

CARTA SOCIAL DA GOLEGÃ

relatório final
dezembro 2023



Cofinanciado por



Entidade Promotora



Entidade Executora



Carta Social da Golegã

Relatório Final dezembro 2023

Equipa Técnica

Coordenação Global

Luís Carvalho

Coordenação Executiva

Inês Andrade

Consultores

Carla Figueiredo

Gonçalo Caetano

Liliana Calado

Sónia Vieira

Índice

0. NOTA DE APRESENTAÇÃO	11
1. ENQUADRAMENTO SOCIAL.....	13
1.1. Conceito de coesão social	13
1.2. Contextualização da rede de equipamentos e respostas sociais no programa de investimentos nacionais	14
1.3. Transferência de Competências para as Autarquias Locais e a Criação do Instrumento Cartas Sociais Municipais	17
1.4. A Carta Social no Município: histórico e processo de revisão em curso	21
2. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL.....	31
2.1. Rede territorial e urbana	31
2.1.1. O contexto regional	31
2.1.2. Transformações concelhias	32
2.1.3. Movimentos pendulares	36
2.2. Dinâmica demográfica	37
2.2.1. Evolução populacional	37
2.2.2. Comportamentos demográficos	38
2.2.3. Estruturas etárias.....	39
2.3. Base económica e social.....	41
2.3.1. Níveis de instrução e qualificação	41
2.3.2. Níveis de atividade e de emprego	42
2.3.3. Grupos sociais carenciados e em situação de risco	44
3. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES GESTORAS DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS .	55
3.1. Perfil das entidades.....	55
3.2. Âmbito de intervenção	56
3.3. Atividade	58
3.4. Investimento Previsto	59
3.5. Potencialidades e Constrangimentos	59

4. CARACTERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS.....	61
4.1. Domínios de Atuação.....	62
4.2. Padrão locativo	62
4.3. Caracterização Geral.....	63
4.4. Recursos Humanos.....	70
5. CARACTERIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS	73
5.1. Infância e Juventude.....	74
5.1.1. Creche	75
5.1.2. Centro de Atividades de Tempos Livres	78
5.1.3. Intervenção Precoce.....	80
5.2. Pessoas idosas.....	81
5.2.1. Academia Sénior	82
5.2.2. Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos.....	83
5.2.3. Centro de Convívio	84
5.2.4. Centro de Dia.....	87
5.2.5. Centro de Férias	91
5.2.6. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	92
5.2.7. Serviço de Apoio Domiciliário	95
5.3. Família e Comunidade.....	101
5.3.1. Ajuda Alimentar.....	102
5.3.2. Cantina Social	102
5.3.3. Centro Comunitário.....	103
5.3.4. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.....	104
5.4. Pessoas Vítimas de Violência.....	105
5.4.1. Centro de Atendimento.....	106
6. EXERCÍCIO DE CENARIZAÇÃO	108
6.1. Enquadramento	108
6.2. Modelo de Estimativa Adotado	108
6.3. Cenarização demográfica (2025 e 2031)	109
6.4. Cenarização por domínio específico	110
7. AUSCULTAÇÃO DE PARCEIROS	114
8. ANÁLISE SWOT	116

9. MODELO ESTRATÉGICO	118
9.1. Visão Estratégica.....	118
9.2. Modelo Territorial.....	128
9.3. Eixos de Intervenção e Tipologias de Ações	130
9.4. Programa de Ação.....	131

Índice de Quadros

Quadro 1 – Investimentos Previstos pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã” (€), de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social, em cada um dos Agrupamentos Territoriais	26
Quadro 2 – Calendarização dos Investimentos Previstos pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã” (€/%), de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social	27
Quadro 3 – Calendarização das Ações Previstas pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã”, de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social.....	28
Quadro 4 – Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (%), em 2001, 2011 e 2021	34
Quadro 5 – Evolução da população em lugares com mais de 300 habitantes no concelho de Golegã (n.º) e taxa de variação (%) 2001-2011; 2011-2021.....	34
Quadro 6 – Evolução da população (n.º) e taxa de variação populacional (%), 2001, 2011 e 2021	38
Quadro 7 – Área (km²) e Densidade populacional (hab./km²), 2011 e 2021	38
Quadro 8 – Evolução dos comportamentos demográficos (‰), 2001, 2011 e 2021	39
Quadro 9 – Evolução da estrutura etária da população residente (%), 2001, 2011 e 2021.....	39
Quadro 10 – Evolução dos índices demográficos (%), 2001, 2011 e 2021	40
Quadro 11 – Evolução da taxa de analfabetismo (%), 2001, 2011 e 2021	41
Quadro 12 – Níveis de instrução da população residente (%), 2021.....	42
Quadro 13 – Evolução das taxas de atividade e desemprego (%), 2001, 2011 e 2021	42
Quadro 14 – Evolução da população desempregada (n.º/%), 2001, 2011 e 2021	43
Quadro 15 – Evolução da estrutura da população ativa (%), 2011 e 2021	43
Quadro 16 – Pensionistas da Segurança Social em 31 dezembro (n.º/%), por tipo de pensão, 2014 e 2020.....	44
Quadro 17 – Pensões da Segurança Social (milhares €), entre 2014 e 2020	46
Quadro 18 – Pensões da Segurança Social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014 e 2020	46
Quadro 19 – Valor médio das pensões da Segurança Social (€), entre 2014 e 2020	47
Quadro 20 – Valor médio anual das pensões da Segurança Social (€), por tipo de pensão, 2014 e 2020.....	47
Quadro 21 – População residente com 15 e mais anos de idade com dificuldades por tipo de dificuldade e grau de dificuldade (n.º), no concelho da Golegã, em 2021	48
Quadro 22 – Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da Segurança Social (n.º), 2019 e 2020	49
Quadro 23 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%), 2001, 2011 e 2021	49
Quadro 24 – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e profissionais não qualificados (€), entre 2014 e 2019.....	51
Quadro 25 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da população residente com 15 ou mais anos (n.º/%), entre 2014 e 2020.....	52
Quadro 26 – Valor processado de subsídios de desemprego da Segurança Social (milhares €), entre 2014 e 2020.....	53
Quadro 27 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da Segurança Social, por grupo etário (n.º), 2021	54
Quadro 28 – Natureza jurídica das entidades gestoras (n.º), 2021	56
Quadro 29 – Âmbito geográfico da intervenção da entidade, segundo a tipologia da entidade (n.º), 2021.....	57
Quadro 30 – Âmbito geográfico da intervenção da entidade, segundo o Domínio de Intervenção da entidade (n.º), 2021.....	57
Quadro 31 – Entidades segundo o Domínio de Intervenção (n.º), 2021	58
Quadro 32 – Constrangimentos à atuação da Entidades, 2021	59
Quadro 33 – Equipamentos por freguesia, segundo a natureza jurídica da entidade (n.º), 2021	62
Quadro 34 – Dimensão dos equipamentos, segundo o número de recursos humanos (n.º/%), 2021	70
Quadro 35 – Oferta de respostas e serviços sociais, por Domínio de Intervenção no concelho da Golegã, 2021 ...	73
Quadro 36 – Síntese da oferta de respostas e serviços sociais, para o Domínio de Intervenção Pessoas idosas, no concelho da Golegã, 2021.....	82
Quadro 37 – Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B - cenário alternativo voluntarista/expansionista, C - cenário alternativo moderado)	110
Quadro 38 – Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial – cenário de referência para a programação).....	111
Quadro 39 – Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial – cenário de referência para a programação), por freguesia	111

Quadro 40 – Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial – cenário de referência para a programação).....	112
Quadro 41 – Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial – cenário de referência para a programação), por freguesia	112
Quadro 42 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local	122
Quadro 43 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade.....	123
Quadro 44 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Central	125
Quadro 45 – Programa de Ação da Carta Social da Golegã	134

Índice de Figuras

Figura 1 – Enquadramento geográfico do concelho de Golegã.....	31
Figura 2 – Sistema Territorial e Urbano do Oeste e Vale do Tejo	32
Figura 3 – Sistema de Acessibilidades do concelho de Golegã e da Região.....	33
Figura 4 – Indivíduos residentes (n.º) no concelho da Golegã, 2011 e 2021	35
Figura 5 – Densidade populacional (hab./km2) no concelho da Golegã, 2021	35
Figura 6 – Proporção da população residente que entra e sai na unidade territorial (movimentos pendulares) (%), 2021.....	36
Figura 7 – População residente empregada ou estudante (n.º), por local de trabalho ou estudo, no concelho da Golegã, 2021	37
Figura 8 – Evolução da população (n.º), no concelho de Golegã, entre 1950 e 2021	37
Figura 9 – Pirâmide etária do concelho de Golegã, 2021	41
Figura 10 – Total de pensionistas da Segurança Social em 31 dezembro (n.º), no concelho da Golegã, entre 2014 e 2020.....	45
Figura 11 – Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), na Lezíria do Tejo e Golegã, entre 2014 e 2019	45
Figura 12 – Abono de família para crianças e jovens, da Segurança Social (n.º), concelho de Golegã, entre 2014 e 2020.....	47
Figura 13 – População estrangeira residente no concelho da Golegã (n.º), entre 2008 e 2021	50
Figura 14 – Taxa de variação da população estrangeira residente (%), entre 2010 e 2021	50
Figura 15 – Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção, da Segurança Social, por grupo etário (%), na Golegã, 2020.....	52
Figura 16 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da Segurança Social, por sexo (n.º), no concelho da Golegã, entre 2014 e 2021.....	53
Figura 17 – Localização dos equipamentos sociais no concelho da Golegã, 2021	61
Figura 18 – Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, de construção e de ocupação do edifício (n.º), 2021	63
Figura 19 – Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento (n.º), 2021	64
Figura 20 – Condições de mobilidade no edifício, pessoas com mobilidade condicionada (n.º), 2021	65
Figura 21 – Condições de acesso ao edifício (n.º), 2021	66
Figura 22 – Funcionalidades dos equipamentos (n.º), 2021	67
Figura 23 – Estado de conservação dos equipamentos (n.º), 2021	68
Figura 24 – Fontes de financiamento utilizadas para criação/aquisição das instalações (n.º), 2021	68
Figura 25 – Fontes de financiamento utilizadas para o funcionamento do equipamento (n.º), 2021	69
Figura 26 – Tipologia de investimentos programados a curto prazo (n.º), 2021	70
Figura 27 – Perfil dos recursos humanos afetos aos equipamentos sociais (%), 2021.....	71
Figura 28 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o Domínio de Intervenção da Infância e Juventude, no concelho da Golegã, 2021	74
Figura 29 – Capacidade máxima e utentes da creche do CSP da Golegã (n.º), em 2018/2019 a 2020/2021	75
Figura 30 – Utesntes da creche, por sexo e grupo etário (n.º), 2021	76

Figura 31 – Capacidade máxima e utentes do CATL, (n.º), 2021	78
Figura 32 – Utentes dos CATL por grupo etário (n.º), 2021	79
Figura 33 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o Domínio de Intervenção Pessoas Idosas, no concelho da Golegã, 2021	81
Figura 34 – Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de convívio (n.º), 2021	85
Figura 35 – Utentes dos centros de convívio (n.º), entre 2019 e 2021	85
Figura 36 – Utentes dos centros de convívio por sexo e grupo etário (n.º), 2021	86
Figura 37 – Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de dia (n.º), 2021	88
Figura 38 – Utentes dos centros de dia, por grupo etário (%), 2021	89
Figura 39 – Perfil etário dos recursos humanos afetos aos centros de dia (5), 2021	90
Figura 40 – Capacidade máxima e utentes atuais das ERPI (n.º), 2021	93
Figura 41 – Utentes das ERPI, por grupo etário (%), 2021	93
Figura 42 – Perfil etário dos recursos humanos afetos às ERPI (%), 2021	94
Figura 43 – Capacidade máxima e utentes atuais dos SAD (n.º), 2021	96
Figura 44 – Utentes dos SAD (n.º), em 2019, 2020 e 2021	97
Figura 45 – Utentes dos SAD, por grupo etário (%), 2021	97
Figura 46 – Recursos humanos afetos ao SAD, segundo a função (%), 2021	99
Figura 47 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o Domínio de Intervenção da Família e Comunidade, no concelho da Golegã, em 2021	101
Figura 48 – Utentes da cantina social (n.º), 2019, 2020 e 2021	Erro! Marcador não definido.
Figura 49 – Utentes do centro comunitário (n.º), em 2019, 2020 e 2021	103
Figura 50 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o Domínio de Intervenção das Pessoas Vítimas de Violência, no concelho da Golegã, 2021	105
Figura 51 – Objetivos da Visão Estratégica da Carta Social da Golegã	119
Figura 52 – Princípios da Visão Estratégica da Carta Social da Golegã	120
Figura 53 – Indicadores de base definidos nas Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos	121
Figura 54 – Contributo da Rede de Equipamentos Coletivos Sociais para o Sistema Urbano Policêntrico do concelho da Golegã	129

Acrónimos

ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
ACIS	Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã
ANTE	Associação Nacional de Turismo Equestre
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
ARSLVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
ASEG	Academia Sénior da Misericórdia da Golegã
CATEI	Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CCDRLVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CEDRU, Lda	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda
CERE	Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento
CFL	Com Fins Lucrativos
CLAS	Conselhos Locais de Ação Social
CLASG	Conselho Local de Ação Social da Golegã
CLDS	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
COVID-19	<i>Coronavirus Disease</i> 2019 (Doença por Coronavírus – 2019)
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI	Centro de Respostas Integradas
CRIT	Centro de Reabilitação e Integração de Torres Novas
CSM	Cartas Sociais Municipais
CSP	Centro Social Paroquial
CSS	Cartas Sociais Supramunicipais
DGOTDU	Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direção-Geral do Território
DS	Diagnóstico Social
EMLT	Equipa Móvel da Lezíria do Tejo
EN	Estrada Nacional
ERPI	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
GIP	Gabinete de Inserção Profissional
GNR	Guarda Nacional Republicana
GRAAL	Associação Social e Cultural
GTO	Grupo Técnico Operativo
IC	Itinerário Complementar
I.D.I.	Índice Dependência de Idosos
I.D.J.	Índice Dependência de Jovens
I.D.T.	Índice Dependência
I.E.	Índice Envelhecimento
IEFP, I.P.	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS, I.P.	Instituto da Segurança Social, I.P.
Km	Quilómetros
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
N.º	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAIES	Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PIDDAC	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PNAI	Plano Nacional de Ação para a Inclusão

PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PROCOOP	Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais
PROTOVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PT2030	Portugal 2030
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RLIS	Redes Locais de Intervenção Social
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RSES	Rede de Serviços e Equipamentos Sociais
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SCM	Santa Casa da Misericórdia
SFL	Sem Fins Lucrativos
SI	Sistemas de Informação
SNIPi	Serviço Nacional de Intervenção Precoce
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SSVP	Sociedade de São Vicente de Paulo
UE	União Europeia
UNECE	Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa

0. Nota de apresentação

O presente documento constitui o Relatório Final da “Carta Social da Golegã” realizado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda. (CEDRU), para a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT).

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização territorial e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate às situações de pobreza tradicionais, mas também às mais recentes formas de privação material, na promoção da inclusão social e na conciliação entre a vida profissional e a vida familiar/pessoal.

Neste contexto, a Carta Social é um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão.

Em Portugal, as Cartas Sociais ganharam visibilidade, nos últimos anos, no âmbito do planeamento social e territorial a diferentes escalas – freguesia, concelho, região ou mesmo do país. Instrumento frequentemente utilizado e para os quais existem vários métodos e técnicas de elaboração, em função dos objetivos pretendidos e dos indicadores e problemáticas em presença em cada território. Concomitantemente, constituem-se como um importante instrumento de suporte ao planeamento setorial/territorial, sendo de grande utilidade para apoiar uma intervenção informada que considere devidamente as principais especificidades, necessidades, problemáticas e desafios de cada território.

O Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, relativo à transferência de competências no domínio da ação social para os Municípios, visa consolidar um maior envolvimento e papel de alguns atores-chave, nomeadamente dos Municípios e das CIM (Comunidades Inter Municipais). Com base nesse enquadramento legal, no quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelece-se que *“cabe aos órgãos dos municípios a competência para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais, para a emissão de parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos, para a coordenação da execução dos programas dos contratos locais de desenvolvimento social, para o desenvolvimento de programas de promoção de conforto habitacional para pessoas idosas, para assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social, para a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, bem como para a implementação da componente de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar da rede pública”*.

Igualmente relevante no contexto do referido diploma, consagra-se *“a transferência de várias competências para as entidades intermunicipais, as quais constituem um instrumento de reforço da cooperação intermunicipal, que passa pela participação na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, pelo exercício das competências das plataformas supraconcelhias e pela elaboração de cartas sociais supramunicipais para a identificação de prioridade e respostas sociais a nível intermunicipal”*. Neste âmbito, a alínea a) do número 2 do artigo 3.º sinaliza como competência dos órgãos das entidades intermunicipais *“Participar na*

organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, exercendo as competências das plataformas supraconcelhias e assegurando a representação das entidades que as integram".

Neste quadro, e dado que a Carta Social anterior data de 2010, o mapeamento de necessidades locais e sub-regionais surge como uma oportunidade para planear e adequar a rede de equipamentos sociais à procura previsível nos próximos anos e, complementarmente, dar suporte e enquadramento informado a candidaturas a apresentar aos diversos instrumentos de financiamento a disponibilizar na presente década.

A elaboração do presente documento considerou um vasto roteiro metodológico, no qual se desta a realização de reuniões com o Município, de entrevistas a alguns atores estratégicos municipais e um processo de inquirição à totalidade das entidades gestoras de equipamentos e respostas sociais presentes no concelho. Foram igualmente utilizadas diversas outras fontes de informação (quantitativa e qualitativa), com particular destaque para os documentos provenientes do Município e outras fontes de informação oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Carta Social do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia mudanças estruturais e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de renegociação de apoios financeiros comunitários). A participação alargada do ecossistema de atores do setor social municipal foi determinante para o exercício de planeamento prospetivo aqui apresentado, que traduz, a um tempo, os desafios que o concelho enfrenta, e a outro tempo, o caminho que se pretende prosseguir de forma a promover um território com maiores níveis de bem-estar para a sua população e de inclusão social e territorial.

1. Enquadramento social

1.1. Conceito de coesão social

No decurso dos últimos anos, o conceito de coesão social registou uma importante evolução, nomeadamente entre as sociedades ocidentais, assumindo particular acuidade e relevância, nos tempos atuais, pautados pela emergência constante de novos desafios, atenuação ou supressão de outros, desencadadores de importantes transformações nas condições da ação pública e privada.

Este conjunto de desafios integra, desde logo, o crescimento do desemprego motivado pelas crises económicas e financeiras cíclicas que têm atingido as sociedades atuais, agravado mais recentemente pela crise pandémica da COVID-19, atingindo grupos tradicionalmente muito afetados pelo fenómeno do desemprego, como sendo a população adulta ativa em idade avançada e fracas qualificações, mas também novos grupos de indivíduos, em particular, a população jovem com qualificação superior, que se confrontam com maiores desafios de inserção profissional.

Este conjunto de desafios integra, igualmente, fenómenos como o envelhecimento populacional (que encerra em si implicações financeiras desconhecidas para o estado até então), a crescente heterogeneidade de pessoas em situação de dependência, com necessidade de apoio continuado, a emergência de patologias que acarretam cuidados sociais prolongados.

Destacam-se também as múltiplas e complexas transformações verificadas na família tradicional, marcadas num primeiro tempo pela sua fragmentação e ingresso massificado da mulher no mercado de trabalho, com perda da disponibilidade da principal cuidadora no contexto familiar, e num segundo tempo pelo facto da entidade família refletir nas suas dinâmicas as muitas transformações sociais que se vão sucedendo, muitas vezes impulsionada pela reconfiguração do emprego e das relações laborais.

Paralelamente, outros fenómenos têm-se consolidado no decorrer do século XXI, associados à crescente preocupação com as questões ambientais e que teve como consequência o aumento da pressão sobre o estado no sentido de demonstrar o impacto ambiental da legislação produzida, das políticas desenhadas e dos projetos implementados; às mudanças tecnológicas potenciadoras de formas inovadoras de desenho e implementação de políticas públicas e de novos métodos de prestação de serviços (por exemplo, o governo eletrónico); ao crescente poder da comunicação social, traduzido em novos níveis de escrutínio e validação de políticas públicas; às perceções mais exigentes sobre os mínimos de qualidade de vida humana, com especial enfoque nos grupos mais vulneráveis ou temáticas mais sensíveis (por exemplo, a pobreza infantil, a violência doméstica, o desemprego de longa duração ou as múltiplas formas de discriminação); à perda de influência das fontes tradicionais de autoridade e controlo social (por exemplo, família tradicional); à insistência na necessidade de novos níveis de *accountability* e transparência públicas; e à mudança de expectativas sobre a qualidade e adaptabilidade dos serviços públicos, potenciada pelos processos de globalização, que facilitaram o contacto com outras realidades sociais proporcionando, por essa via, novas possibilidades e termos de comparação.

Concomitantemente, verifica-se um declínio das capacidades operacionais do Estado, nomeadamente no que se prende com os seus recursos financeiros e humanos, possibilitando a emergência de novos atores, com interesses e motivações distintos, assumindo o Estado cada vez mais funções de regulador. A própria volatilidade e incerteza dos contextos internacionais, leva a que os instrumentos tradicionais de gestão e controlo do Estado, dos quais são exemplo os normativos legais, apresentem dificuldades evidentes de ajuste a estas novas realidades globais, onde o tempo e o espaço são fortemente relativizados pelos novos meios de comunicação e transporte, pelos mercados

únicos e pela abertura de fronteiras e a crescente complexidade dos fenómenos sociais, a qual exige novas formas de conhecimento especializado, tornando o Estado mais dependente de fontes externas de informação.

Esta *new ecology* complexa, desconhecida e em constante mutação, questiona as políticas, programas e serviços públicos (e privados), na sua substância, mas também na sua geometria de implementação e monitorização, obrigando à introdução regular de ajustes e revisões. De igual modo, questiona, em particular, o conceito de coesão social e a forma como o mesmo é apropriado pelos diferentes *stakeholders* (públicos e privados, individuais e coletivos).

Sendo certo que o conceito de coesão social oferece várias definições na literatura sobre o tema, foi adotada, para efeitos do presente trabalho, a definição proposta pelo Conselho da Europa no documento “Concerted development of social cohesion indicators - Methodological guide” (2005), segundo o qual *“A coesão social traduz a capacidade de uma sociedade para garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização, segundo uma perspetiva de responsabilidade partilhada”*.

Esta definição adota dois princípios nucleares e complementares, segundo uma abordagem ativa e dinâmica ao processo de coesão social: i) direito igual de todo e qualquer cidadão aceder ao sistema mais vasto de liberdades, direitos e garantias que possibilite o pleno exercício da sua cidadania; ii) redução das desigualdades socioeconómicas e o aprofundamento das oportunidades de vida para que todos os cidadãos tenham acesso aos recursos disponíveis e considerados fundamentais para o seu bem-estar e qualidade de vida.

A definição proposta pelo Conselho da Europa resulta de um processo gradual de evolução e de adaptação aos novos desafios e prioridades emergentes, baseada no conhecimento e na plena consciencialização sobre os efeitos negativos decorrentes da inexistência de coesão social, assente numa valorização e respeito efetivo pelos Direitos Humanos, com responsabilidades partilhadas entre todos os *stakeholders*, independentemente da sua natureza jurídica e área de atuação.

1.2. Contextualização da rede de equipamentos e respostas sociais no programa de investimentos nacionais

A promoção da coesão social assume elevada transversalidade a diversas áreas da vida humana e social, constituindo-se também ela um domínio-chave na estratégia de desenvolvimento sustentável de um país, tão mais valorizado quanto maior o nível de desenvolvimento humano e social em que um país se encontra. Para o alcance do objetivo da coesão social, concorrem múltiplos fatores, entre os quais os equipamentos, serviços e respostas sociais assumem um papel nevrálgico, na medida em que permitem assegurar respostas a segmentos da população, essenciais para garantir a dignidade humana, o seu bem-estar social e contínuo processo de bem-estar e desenvolvimento.

Por conseguinte, na “Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável”, os serviços e as respostas sociais estão subjacentes a muitos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos. É o caso do objetivo 1 erradicar a pobreza, do objetivo 2 erradicar a fome, objetivo 3 saúde de qualidade, objetivo 4 educação de qualidade, objetivo 5 igualdade de género, objetivo 10 reduzir as desigualdades, entre outros.

Concomitantemente, observa-se também um alinhamento das reformas e investimentos nacionais com a promoção de níveis superiores de dotação destes serviços e respostas sociais nos vários territórios e regiões, em que se tem procurado assegurar o devido equilíbrio entre a necessária racionalidade económica dos investimentos realizados com a fundamental equidade espacial.

Assim, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) desenhado para o país estabelece três roteiros para o reforço da resiliência nacional, um dos quais o roteiro das vulnerabilidades sociais, no qual, a par do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e da Habitação, estão incluídos as respostas sociais e o Programa de Eliminação de Bolsas de Pobreza. Estas componentes são concretizadas através de um conjunto de 16 reformas, que enquadram os investimentos a realizar, entre as quais o RE-5 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, que visa a expansão da rede com o objetivo de aumentar a cobertura populacional e territorial das respostas em matéria de envelhecimento e infância (lares de idosos e creches) e, em simultâneo, a respetiva adaptação estrutural com vista a uma maior resiliência a choques. Na componente C3 – Respostas Sociais do PRR, definem-se como prioritárias as seguintes concretizações:

- › Requalificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais visando, entre outros, a adaptação das estruturas ao atual contexto sanitário e de transição digital, aumentando a cobertura da população e do território;
- › Desenvolver soluções de proximidade e inovadoras para melhor responder às necessidades, promovendo-se a autonomia, prevenindo a dependência e retardando a institucionalização, garantindo ainda formas diferenciadas de prestação de cuidados no contexto sanitário atual;
- › Garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou incapacidade aos diversos domínios da vida em sociedade.

Neste contexto, assume-se como prioritária a implementação de uma nova geração de equipamentos e respostas sociais para o envelhecimento e a infância, bem como para a promoção de combate à pobreza e exclusão social.

Num quadro de promoção da coesão social, decorrente do processo de integração europeia, assistiu-se em Portugal, nas últimas décadas, a um crescimento considerável da oferta de equipamentos sociais, respostas e serviços sociais. Observou-se, assim, uma consciencialização do poder político, com efeitos ao nível da Administração Central e Local, mas também da sociedade, em geral, para a importância que estas estruturas físicas assumem na promoção da oferta de serviços e de respostas sociais, essenciais na promoção do bem-estar e qualidade de vida, bem como de contextos mais integradores e inclusivos. Procurou-se assim intervir em áreas tradicionais centradas na promoção de uma maior equidade, mas também em novos domínios que espelham dinâmicas sociais, económicas, culturais e epidemiológicas emergentes.

O investimento público dirigido a estes equipamentos foi substancial, possibilitando, simultaneamente uma acentuada ampliação da rede e uma renovação das estruturas físicas existentes, o que em muito contribuiu para a qualificação material da oferta.

Os momentos de crise económica, financeira e social experienciados ao longo da última década, seja o desencadeado pela crise económica e financeira em 2009, quer pela recente crise sanitária, vieram reiterar a centralidade das redes de equipamentos, serviços e respostas sociais na provisão de respostas aos segmentos mais vulneráveis da população, sejam os mais convencionais, como as crianças e os idosos, quer a novos públicos como os desempregados, os imigrantes e os que são afetados por quadros de doença e incapacidade inesperada.

Neste contexto, as cartas de equipamentos e respostas sociais, em muito impulsionados nos anos mais recentes, assumiram-se como importantes instrumentos de planeamento. Ao mesmo tempo que têm contribuído para promover um melhor ordenamento e gestão do território, bem como um desenvolvimento mais sustentável, têm-se constituído como determinantes na promoção de melhores e mais equitativas redes a múltiplas escalas, capazes de aumentar a resiliência dos indivíduos, famílias e comunidades para fazer face aos novos desafios e transformações emergentes.

O esforço nacional realizado nesta matéria, no decurso dos últimos anos, materializa-se numa vasta diversidade de programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos, serviços e respostas sociais, assim como de programas de apoio ao desenvolvimento social, entre os quais se destacam os seguintes:

- › **Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)** – Criado pela Portaria n.º 426/2006, tem por finalidade apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais no território continental. Constituiu-se como um programa de investimento muito abrangente e ambicioso, quer em termos territoriais, quer sociais, que explicam que o Programa tenha já conhecido várias gerações (PARES 2.0 e PARES 3.0, esta última criada por via da publicação da Portaria n.º 201-A/2020, de 19 de agosto).
- › **Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)** - no quadro dos objetivos e ações do setor da Segurança Social, com especial relevância para os investimentos em equipamentos sociais, o PIDDC tem como objetivos assegurar às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou entidades equiparadas, apoios financeiros no âmbito dos investimentos, designadamente na criação, ampliação ou remodelação de equipamentos sociais, possibilitando assim melhorar o acesso a esta oferta, bem como promover níveis superiores de qualificação da mesma.
- › **Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES)** – Criado pela Portaria n.º 869/2006 de 29 de agosto, visa estimular o investimento em equipamentos sociais, apoiando as entidades privadas, nomeadamente a iniciativa privada lucrativa.
- › **Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)** – Criado pela Portaria n.º 100/2017, de 7 de março, o PROCOOP que assenta na abertura de procedimentos concursais com vista à seleção de respostas sociais, regula as regras para o alargamento da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I.P.), e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas, através de novos Acordos de Cooperação ou do alargamento dos acordos vigentes.
- › **Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)** – Criados pela Portaria n.º 396/2007 de 2 de abril (com alterações introduzidas pela Portaria n.º 285/2008, de 10 de abril), visa promover a inclusão social multisectorial e integrada dos cidadãos, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. A importância dos CLDS tem-se repercutido na criação de diversas gerações dos mesmos, sendo a mais recente SLDS-4G.
- › **Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais** – Criado em 2003, este Programa visa promover a qualidade das respostas sociais de âmbito público, privado e solidário, garantindo a satisfação das suas necessidades e expectativas.
- › **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)** – Criada em 2006, resultante de uma parceria entre os Ministérios do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS), visam a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou na necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.

Sem prejuízo de outros programas nacionais de apoio ao investimento em equipamentos sociais e de desenvolvimento social poderem aqui ser elencados, os anteriormente apresentados constituem marcos particularmente relevantes da política social promovida no país, sobretudo, no decorrer dos últimos 20 anos. Estes programas demonstram o enfoque na promoção da rede de equipamentos sociais de âmbito coletivo, geral, mas evidenciam também a crescente preocupação com qualificação da oferta adequando-a aos novos padrões de exigência social.

1.3. Transferência de Competências para as Autarquias Locais e a Criação do Instrumento Cartas Sociais Municipais

Num quadro de reforço da autonomia e das competências do poder local, os anos mais recentes ficaram indelevelmente marcados pela transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. Esta nova abordagem assenta no pleno reconhecimento de que as Autarquias constituem estruturas fundamentais para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade e, portanto, de uma importância central na promoção de um melhor acesso e atendimento dos cidadãos aos diversos cuidados sociais.

No âmbito do processo de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social destacam-se, em particular, alguns marcos legais, que importa aqui salientar, pela forma como reconduziram este processo.

- › **Lei n.º 50/2018 - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais** – De acordo com a presente Lei estabeleceu-se o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Em conformidade com o seu Artigo 12.º, em matéria de ação social, estabelece-se como competência dos órgãos municipais:
 - Assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social.
 - Elaborar as Cartas Sociais Municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais.
 - Assegurar a articulação entre as Cartas Sociais Municipais (CSM) e as prioridades definidas a nível nacional e regional.
 - Implementar atividades de animação e apoio à família para as crianças que frequentam o ensino pré-escolar, que correspondam à componente de apoio à família, nos termos do n.º 4 do artigo anterior.
 - Elaborar os relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social.
 - Celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).
 - Desenvolver programas nas áreas de conforto habitacional para pessoas idosas, designadamente em articulação com entidades públicas, instituições particulares de solidariedade social ou com as estruturas de gestão dos programas temáticos.
 - Coordenar a execução do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, em articulação com os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS).
 - Emitir parecer, vinculativo quando desfavorável, sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos.

- › **Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto** – Mais recentemente, o presente Decreto-Lei concretizou mais uma etapa do processo de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. Na sua Secção II relativa aos instrumentos estratégicos e de planeamento, estabelece um conjunto de orientações para instrumentos como a Carta Social Municipal e a Carta Social Intermunicipal, que importa aqui considerar. Assim, no Artigo 4.º estabelece para a Carta Social que:

- A Carta Social municipal é o instrumento estratégico de planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais, incluindo o mapeamento das respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, que prevê a rede de respostas sociais adequada às necessidades e apoia a decisão, devendo estar articulada com as prioridades definidas a nível nacional e regional.
- Compete à câmara municipal elaborar, manter atualizada e divulgar a Carta Social municipal.
- Compete à assembleia municipal aprovar a Carta Social municipal, e as suas revisões, após discussão e parecer dos CLAS.
- Após a aprovação pela assembleia municipal, deve a Carta Social municipal ser remetida aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e da Segurança Social.
- A inclusão, na Carta Social municipal, de novos equipamentos sociais não determina a obrigatoriedade de celebração de Acordos de Cooperação por parte da Segurança Social, estando os mesmos sujeitos à disponibilidade orçamental e aos critérios de acesso e de priorização, nos termos definidos pelo membro do Governo responsável pela área da Segurança Social.

Já no seu Artigo 5.º relativo à Carta Social Supramunicipal estabelece que:

- A Carta Social supramunicipal é o instrumento estratégico para identificação de prioridades de respostas sociais a nível intermunicipal.
- Compete ao conselho intermunicipal ou ao conselho metropolitano das entidades intermunicipais elaborar, manter atualizada e divulgar a Carta Social supramunicipal.
- Compete à assembleia intermunicipal aprovar a Carta Social supramunicipal e as respetivas revisões.
- Os órgãos das entidades intermunicipais competentes devem assegurar a articulação entre a Carta Social supramunicipal e as prioridades definidas a nível nacional e regional.
- A inclusão, na Carta Social supramunicipal, de novos equipamentos sociais não determina a obrigatoriedade de celebração de Acordos de Cooperação por parte da Segurança Social, estando os mesmos sujeitos à disponibilidade orçamental e aos critérios de acesso e de priorização, nos termos definidos pelo membro do Governo responsável pela área da Segurança Social.

Em matéria de conteúdo, atualização e divulgação da Carta Social municipal e supramunicipal, o Artigo 6.º deste mesmo Decreto-Lei define que a caracterização dos conteúdos, assim como as regras de atualização e de divulgação das CSM e CSS, são reguladas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e da Segurança Social. Por último, importa ainda referir que especificamente em matéria de serviços e equipamentos, o Artigo 7.º define que, primeiro, compete à câmara municipal emitir parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais financiados através de programas de investimento com apoios públicos, após aprovação da Carta Social municipal pela assembleia municipal; e em segundo que o parecer referido no número anterior deve estar em conformidade com a Carta Social

municipal e em articulação com as prioridades definidas a nível nacional e regional, e assume carácter vinculativo quando desfavorável.

- › **Portaria n.º 66/2021, de 17 de março** – Já no corrente ano de 2021, foi publicada em Diário da República a presente Portaria relativa à Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Mais especificamente, esta regula o disposto nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e o disposto na secção II do capítulo II do referido decreto-lei, designadamente a criação das CSM e supramunicipais e fixa os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão. De acordo com a mesma Portaria, entende-se que a *“A Carta Social surgiu como resposta à necessidade de reforçar os mecanismos de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, pretendendo-se que constituam um instrumento de carácter oficial, global e de fácil acesso, com a informação mais relevante respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais de um determinado território”, visando assim este instrumento de planeamento a promoção de territórios coesos socialmente, bem como “uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, de forma a responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes, bem como a tentar antecipar aquelas que a um ritmo acelerado vão surgindo, em resultado das transformações sociais, na nossa sociedade”.*

Com a presente portaria criam-se assim as CSM e as Cartas Sociais Supramunicipais (CSS), regulando os respetivos conteúdos, as regras de atualização, divulgação, bem como os procedimentos de revisão.

Esta Portaria estabelece o conceito de CSM, no seu Artigo 3.º, segundo o qual:

- A Carta Social municipal é um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível concelhio.
- A Carta Social municipal é, ainda, um documento fundamental de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais, por forma a garantir que, ao nível do concelho, se dispõe de uma rede de serviços e equipamentos adequadamente dimensionada e distribuída e que responda com eficiência às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.
- Como instrumento de diagnóstico e planeamento prospetivo, a Carta Social municipal deve conter:
 - Uma caracterização do território, designadamente nas vertentes demográfica, socioeconómica e física;
 - O mapeamento dos serviços e equipamentos sociais existentes, incluindo georreferenciação dos mesmos;
 - Uma prospeção que, em face das necessidades identificadas, estabeleça a evolução planeada e programada da rede de serviços e equipamentos sociais, o seu dimensionamento, a tipologia das respostas e a articulação com os índices de cobertura nacional, no quadro da evolução demográfica e socioeconómica de cada concelho.
- A Carta Social municipal deve, necessariamente, estar articulada com o ordenamento da rede de serviços e equipamentos sociais aos níveis supramunicipal e nacional e garantir a coerência com os instrumentos de gestão territorial municipal, bem como com as prioridades definidas a nível nacional e regional.

No seu Artigo 4.º são definidas as finalidades deste instrumento de planeamento, a saber:

- A Carta Social municipal visa, em face das necessidades diagnosticadas, a adequação, otimização e racionalização dos serviços e equipamentos sociais existentes e previstos, bem como a coerência no planeamento do alargamento da rede de serviços e equipamentos.
- Assumindo uma dupla vertente de diagnóstico e intervenção planeada, a Carta Social municipal deve permitir um planeamento conjunto e articulado entre os vários níveis de decisão pública.
- Nos termos do número anterior e por forma a garantir uma gestão mais eficiente, eficaz e racional dos recursos, as entidades públicas competentes devem concertar a sua atuação com as instituições de solidariedade social e os CLAS.

Por último, importa salientar que no seu artigo 5.º são definidos os conteúdos da Carta Social, seguidamente apresentados:

- Para além do disposto no n.º 3 do artigo 3.º, a Carta Social municipal deve conter a caracterização dos serviços e equipamentos sociais existentes, em construção ou com financiamento público aprovado, a respetiva localização, entidade titular, resposta social e capacidades.
- A Carta Social municipal inclui também uma análise prospetiva que, em face das necessidades em serviços e equipamentos diagnosticadas e das principais carências e problemáticas sociais identificadas, determine os domínios e os locais de intervenção social prioritária, defina os critérios de programação dos serviços e equipamentos sociais, oriente os investimentos das entidades públicas, solidárias e lucrativas e defina as medidas a adotar e respetiva justificação.
- Dos elementos referidos nos n. os 1 e 2, e de outros que se considerem necessários, é remetido relatório ao competente organismo da Segurança Social, nos termos a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área da Segurança Social.
- A Carta Social municipal incide sobre os serviços e equipamentos sociais da rede solidária, pública e lucrativa.
- A inclusão na Carta Social municipal de novos serviços e equipamentos sociais ou a ampliação dos existentes não determina a obrigatoriedade de celebração de Acordos de Cooperação por parte da Segurança Social.
- Os acordos referidos no número anterior estão sujeitos à disponibilidade orçamental e às medidas de política definidas pelo membro do Governo responsável pela área da Segurança Social.

A presente Portaria estabelece ainda que a elaboração, atualização e divulgação da Carta Social municipal é da competência da câmara municipal e que esta deverá remeter a proposta de Carta Social municipal para parecer do CLAS, no âmbito do qual se pronunciam os serviços competentes da Segurança Social, dispondo o CLAS de um prazo de 45 dias para o proferir. É ainda responsabilidade da câmara municipal remeter a proposta final, acompanhada do parecer do CLAS, à apreciação e votação pela assembleia municipal. Após aprovação, a Carta Social municipal deverá ainda ser remetida, para conhecimento, aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e Segurança Social e das autarquias locais e, por último, proceder à sua publicitação no respetivo sítio da Internet.

No Artigo 9.º da presente Portaria é estabelecido que a Carta Social municipal tem uma vigência de 4 anos sendo revista, obrigatoriamente, findo esse período. Sem prejuízo deste período de vigência, fica salvaguardado na presente Portaria que constitui fundamento para a sua revisão transformações que se reflitam significativamente no planeamento estratégico e no ordenamento da rede de serviços e equipamentos sociais anteriormente aprovados, bem como a alteração na orientação das políticas

públicas nacionais ou locais, por solicitação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Solidariedade e Segurança Social e das autarquias locais ou por iniciativa do próprio município. Assim, a revisão é efetuada quando é reconhecido que a rede de serviços e equipamentos sociais se revela desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede aplicáveis.

Por último importa ainda salientar que a necessidade da Carta Social municipal se manter atualizada em consonância com o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social elaborados pelo CLAS, e quando ocorra o encerramento ou a criação de serviços e equipamentos sociais.

1.4. A Carta Social no Município: histórico e processo de revisão em curso

O Município da Golegã dispõe de uma Rede Social, um programa criado através da Resolução do Conselho de Ministros de 18 de novembro de 1997, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, com a finalidade de impulsionar o trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abrangendo atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir primordialmente para dois objetivos nevrálgicos, a erradicação da pobreza e da exclusão social e a promoção do desenvolvimento social ao nível local.

A Rede Social do concelho da Golegã foi criada em 2005, através da constituição do Conselho Local de Ação Social da Golegã (CLASG). Atualmente é constituído por 43 entidades:

- › Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Lezíria – Unidade de Cuidados na Comunidade Chamusca/Golegã
- › Agrupamento de Escuteiros da Golegã N.º 1139
- › Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã (ACIS)
- › Agrotejo – União Agrícola Norte Vale do Tejo
- › Alzheimer Portugal
- › Associação de Saúde Mental do Médio Tejo
- › Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Golegã
- › Associação Nacional de Turismo Equestre (ANTE)
- › Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)
- › Associação de Desenvolvimento Regional Tejo d'Honra
- › Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho
- › Centro Distrital da Segurança Social de Santarém
- › Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE)
- › Casa do Povo do Pombalinho (CPP)

- › Centro Social Paroquial (CSP) de Golegã
- › Clube Desportivo em Movimento
- › Conselheira Interna para a Igualdade
- › Conselheira Externa para a Igualdade
- › Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) – Golegã
- › CRI Ribatejo – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT)
- › Centro de Reabilitação e Integração Torrejano (CRIT)
- › Fábrica da Igreja
- › Futebol Clube Goleganense
- › Guarda Nacional Republicana da Golegã (GNR) - Golegã
- › Gabinete de Inserção Profissional (GIP)
- › GRAAL – Associação Social e Cultural
- › Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) – Centro de Emprego e Formação Profissional de Santarém
- › Junta de Freguesia da Azinhaga
- › Junta de Freguesia da Golegã
- › Liga Portuguesa Contra o Cancro – Delegação da Golegã
- › Mendes Gonçalves, S.A.
- › Junta de Freguesia de Pombalinho
- › Ministério da Educação – Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho
- › Município de Golegã – Câmara Municipal
- › Núcleo Local de Inserção
- › Rancho Folclórico da Golegã
- › Rancho “Os Campinos da Azinhaga”
- › Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga (SCM de Azinhaga)
- › Santa Casa da Misericórdia de Golegã (SCM de Golegã)
- › Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) – Conferência Nossa Senhora da Conceição
- › Sociedade Filarmónica Goleganense Primeiro de Janeiro

- › Movimento Fé e Luz
- › Serviço Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI).

Na Lezíria do Tejo existe ainda a Plataforma Supraconcelhia da Lezíria do Tejo, presidida pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, que agrega as Redes Sociais deste território, entre as quais se inclui a Rede Social da Golegã. Estas Plataformas Territoriais, como órgão da Rede Social, foram criadas com a finalidade de promover a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio. Centram-se na discussão e concertação produzida em torno dos diagnósticos sociais e problemáticas identificadas pelos Conselhos Locais de Ação Social.

De acordo com o N.º 3, do Art.º 32.º, do Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho, a Plataforma Supraconcelhia da Lezíria do Tejo tem as seguintes competências:

- › Debater estratégias para a concretização do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) no território;
- › Garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias de âmbito concelhio, que atuam no plano social;
- › Promover reuniões temáticas setoriais para aprofundar o conhecimento e análise dos problemas sociais do território, tendo em conta a dimensão de género;
- › Analisar e promover a resolução ou o encaminhamento para o nível nacional dos problemas que lhe forem apresentados pelos diferentes CLAS da Plataforma, concretizando o princípio da subsidiariedade;
- › Promover a circulação de informação pertinente pelas entidades que compõem os CLAS da Plataforma.

De acordo com o Instituto de Segurança Social, integram a Plataforma Supraconcelhia da Lezíria do Tejo representantes das seguintes entidades:

- › Os representantes dos Centros Distritais do ISS, I.P. das áreas territoriais respetivas;
- › Os dirigentes das entidades e serviços relevantes da Administração Pública das áreas territoriais respetivas;
- › Os presidentes dos CLAS respetivos;
- › Os representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONGs) e Associações Empresariais e Sindicais com expressão nacional e com delegações nos territórios respetivos.

A Rede Social tem inerentes responsabilidades em matéria de planeamento integrado e participado, com o objetivo de assegurar uma adequada e equitativa cobertura de serviços e equipamentos locais, a par da rentabilização dos respetivos recursos, de forma a assegurar um desenvolvimento social integrado e sustentável, nomeadamente, através do Diagnóstico Social (DS), do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), dos Planos de Ação Anuais e dos Sistemas de Informação (SI).

O primeiro Diagnóstico Social de Golegã foi aprovado em outubro de 2007, antecedendo o Plano de Desenvolvimento Social para o período 2008-2010. Atendendo às alterações sociais que se sucederam, em maio de 2015 foi aprovado um novo Diagnóstico Social. Constituindo-se este como um documento relativamente recente, não obstante, a crise pandémica desencadeada pela COVID-19 em 2020 e seus múltiplos efeitos

económicos e sociais, importa destacar os problemas considerados de intervenção mais urgente no concelho, que se repartiam por 5 domínios, nomeadamente:

- › Emprego e formação Profissional:
 - Desemprego, nomeadamente da população mais jovem;
 - Falta de expectativas (pouco investimento na educação, pouca valorização da formação);
 - Necessidade de formação específica;
 - Trabalho precário/sazona.
- › Ordenamento do Território, Habitação e Segurança:
 - Habitações degradadas e/ou devolutas;
 - Insuficiência de habitações sociais;
 - Insuficiência de habitação para jovens;
 - Falta de segurança nas rodovias;
 - Falta de acessibilidades (nos domicílios e nos espaços públicos);
 - Poluição das águas fluviais.
- › Cidadania Ativa:
 - Necessidade de voluntariado ligado à solidariedade efetiva no apoio a famílias;
 - Insuficiência e desarticulação de iniciativas de voluntariado, nomeadamente iniciativas culturais;
 - Défice de participação cívica e cultura.
- › Família e Escola:
 - Necessidades alimentares e económicas;
 - Dependência de apoios sociais por parte de algumas famílias e sua transgeracionalidade;
 - Dificuldade das famílias em gerir a economia familiar;
 - Jovens sem orientação escolar, profissional e vocacional;
 - Abandono, indisciplina e absentismo escolares;
 - Comportamentos desviantes dos jovens.
- › Seniores e Saúde:
 - Isolamento de seniores;
 - Dificuldade em encontrar respostas de internamento dirigidas a seniores;

- Edifícios seculares degradados e pouco adaptados;
- Parque de viaturas insuficiente e pouco atual;
- População sénior e portadora de doença com baixos recursos económicos;
- Dificuldade no atendimento na área de saúde em situações de doença aguda e emergência;
- Alcoolismo (afeta sobretudo os homens);
- Elevado número de pessoas com demências;
- Ausência de técnicos na área da saúde;
- Elevado número de pessoas com perturbação mental.

No âmbito do planeamento social integrado e sustentável, a Carta Social constitui-se como um instrumento de planeamento estratégico da maior relevância, na medida em que permite aos vários atores concelhios, de natureza pública, privada ou social, dispor de um retrato preciso e atualizado da oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais no território concelhio, mas por outro lado, porque possibilita o desenvolvimento de um exercício de programação da rede, para um horizonte temporal de curto e médio prazo, de modo a adequá-la à realidade concelhia e suas especificidades em constante mutação.

Foi neste contexto, que em 2010, foi elaborada a “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã”, realizada pelo CEDRU, Lda. para a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no âmbito de um processo mais alargado que decorreu em simultâneo para os restantes dez municípios da Lezíria do Tejo.

Tendo em vista os fins apresentados, o documento apresentava três objetivos fundamentais:

- › A caracterização da dinâmica territorial e demográfica do município (tendo como padrão comparativo o contexto regional da Lezíria do Tejo e o contexto nacional) e a realização de projeções demográficas de modo a perspetivar a procura previsível para o ano de 2021;
- › A identificação, levantamento e caracterização atualizada da oferta de equipamentos e de respostas sociais existentes no município, identificando as principais carências e constrangimentos existentes;
- › A formulação de um programa de intervenção de qualificação da capacidade de resposta da rede de equipamentos e respostas sociais existente no concelho tendo como horizonte temporal o ano 2021.

A “Carta de Equipamentos Sociais do Município de Golegã” no seu programa de intervenção estimou um total de 14 ações, que totalizam cerca de 3,7 milhões de euros de investimento, repartidos por três domínios de intervenção, a Infância e Juventude, os Idosos e a População Dependente e, por último, a Família e Comunidade, com a seguinte distribuição orçamental:

- › O domínio da População Idosa e Dependente, absorvia cerca de 83,8% do valor total (3,1 milhões de euros) dos 3,7 milhões de euros de investimento previstos pela Carta de Equipamentos Sociais do Município de Golegã. Cerca de 60% deste montante (2,2 milhões de euros) encontrava-se destinado à resposta social de Lar de Idosos. Para além dos lares de idosos, as parcelas de investimento mais importantes destinam-se também a intervenções neste domínio, em Centros de Convívio e Centros de Dia (443 mil euros) e em Residências Sénior (400 mil euros).
- › O domínio da Infância e Juventude abrangia 505 mil euros, correspondente a 13,6% do investimento global.

- › O domínio da Família e da Comunidade totalizava 100 mil euros, que correspondia à menor proporção do investimento estimado (2,7%).

A “Carta de Equipamentos Sociais do Município de Golegã”, de 2010, apresentava uma visão territorial dos investimentos previstos que se pautava por realçar uma ligeira preponderância da sede de concelho. Esta tinha em consideração a população prevista para 2021 pelo exercício de projeções demográficas (cenário tendencial), constatando-se que se previa efetuar um investimento de 519 euros por habitante.

A freguesia da Azinhaga, apesar do menor volume de investimento (1,3 milhões de euros), acabava por ter uma capitação superior (851 euros).

Este padrão territorial de investimento refletia os princípios das políticas regionais e urbanas de discriminação positiva, que tendem a privilegiar os principais centros urbanos enquanto fornecedores de serviços centrais.

Quadro 1 – Investimentos Previstos pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã” (€), de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social, em cada um dos Agrupamentos Territoriais

Domínio /Resposta Social	Azinhaga	Golegã	Todos	TOTAL
Infância e Juventude	259	46	200	505
Creche	234	46	-	280
Outras (Infância)	25	-	200	225
Idosos e População Dependente	1.069	1.626	424	3.119
Centro de Convívio e Centro de Dia	43	0	400	443
Lar de Idosos	1.026	1.226		2.252
Serviço de Apoio Domiciliário	-	-	24	24
Outras (Idosos)	-	400		400
Família e Comunidade	-	-	100	100
Ajuda Alimentar	-	-	100	100
TOTAL (X 1.000€)	1.328	1.672	724	3.724
TOTAL (%)	35,7%	44,9%	19,4%	100,0%
POPULAÇÃO PREVISTA (2021)	1.560	3.223	4.783	4.783
CAPITAÇÃO (€)	851,3	518,8	151,4	778,6

Fonte: Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã, de 2010

O cronograma das intervenções da “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã”, de 2010, considerou investimentos faseados em três momentos: curto prazo (biénio 2010/11), médio prazo (biénio 2012/13) e longo prazo (após 2014).

De acordo com o referido cronograma, detalhadamente apresentado no quadro seguinte, estimava-se que a maioria do investimento fosse efetuada no período posterior ao período de vigência do QREN (após 2014), para o qual se encontravam previstos cerca de 2,3 milhões de euros.

Não obstante esta programação, a imprevisibilidade de contexto económico e social, especialmente atendendo a que a “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã”, de 2010 foi elaborada em plena crise económica e financeira, conhecida como a Crise do Subprime, considerada por muitos economistas a maior crise económica mundial desde a Grande Depressão (1929), levou a que se considerasse em particular no cronograma proposto, que as ações estimadas poderiam ser objetivo de alterações significativas.

Quadro 2 – Calendarização dos Investimentos Previstos pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã” (€/%), de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social

Domínio/Resposta Social	Curto Prazo (2010/11)	Médio Prazo (2012/13)	Longo Prazo (Após 2014)	Ao Longo do Tempo	TOTAL
Infância e Juventude	-	46	259	200	505
Creche	-	46	234	-	280
Outras (Infância)	-	-	25	200	225
Idosos e População Dependente	400	67	2.052	600	3.119
Centro de Convívio e Centro de Dia	-	43	-	400	443
Lar de Idosos	-	-	2.052	200	2.252
Serviço de Apoio Domiciliário	-	24	-	-	24
Outras (Idosos) – Residência	400	-	-	-	400
Família e Comunidade	100	-	-	-	100
Ajuda Alimentar	100	-	-	-	100
TOTAL (X 1.000€)	500	113	2.311	800	3.724
TOTAL (%)	13,4	3,0	62,1	21,5	100,0

Fonte: Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã, de 2010

Uma análise mais detalhada das ações previstas revela que estas se repartiam por três vetores estratégicos fundamentais, nomeadamente:

- › Criar Novas Respostas Sociais, privilegiaram-se as intervenções de carácter estruturante e que poderiam apresentar um maior espectro territorial, de modo a suprir carências detetadas durante o diagnóstico, quer numa lógica concelhia quer numa lógica regional.
- › Melhorar a Cobertura das Respostas Sociais Existentes, pretendia-se elevar os níveis de resposta nos domínios e respostas sociais que denotavam fragilidades de acordo com o diagnóstico realizado no âmbito da Carta de Equipamentos Sociais, em 2010, ou que se estimava virem a ocorrer em resultado das projeções de evolução dos públicos-alvo.
- › Qualificar a Oferta de Equipamentos e Serviços, visava melhorar as condições humanas, operacionais e de funcionamento dos equipamentos e respostas sociais, respondendo às fragilidades identificadas no processo de recenseamento, incrementando os níveis de qualidade do serviço prestado ao cidadão.

O documento, desenvolvido apresentava um conjunto preliminar de propostas relativas à calendarização das ações previstas, por Domínio de Intervenção, tipologia específica de ação e respetivo horizonte temporal.

Quadro 3 – Calendarização das Ações Previstas pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã”, de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social

Domínio	Resposta Social	Projeto/Ação	Agrupamento Territorial	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Infância e Juventude	Creche	Creche da Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga	Azinhaga			X
		Qualificação e Ampliação da Creche do Centro Social	Golegã		X	
	Clube de Jovens	Clube de Jovens da Azinhaga	Azinhaga			X
	CATL	Qualificação e Diversificação dos CATL	Todos	X	X	X
Idosos e Dependentes	Centro de Convívio e Centro de Dia	Requalificação/renovação do Centro de Dia	Golegã	X		
		Requalificação/ampliação do Centro de Dia da	Azinhaga		X	
		Qualificação dos Equipamentos Existentes	Todos	X	X	X
	Lar de Idosos	Lar de Idosos da Azinhaga	Azinhaga			X
		Lar de Idosos da Golegã	Golegã			X
		Qualificação dos Equipamentos Existentes	Golegã	X	X	X
	S. Apoio Domiciliário	Reforço do SAD no concelho	Todos		X	
	Residência	Ampliação do Complexo de Residências Protegidas	Golegã	X		
		Sénior Residence – Edifício D ^a Antónia Franco	Golegã	X		
Família e Comunidade	Ajuda Alimentar	Consolidação da Bolsa de Ajuda Alimentar	Todos	X		

Fonte: Carta de Equipamentos Sociais do Município da Golegã, de 2010

Volidos mais de 10 anos desde a elaboração deste documento, o mesmo encontra-se naturalmente desajustado, pelo que se impõe proceder à sua revisão. O processo agora em curso constitui-se crucial por quatro razões centrais:

- › O processo de recenseamento das entidades equipamentos, serviços e respostas sociais que é desenvolvido, exercício basilar da Carta Social e que constituiu um procedimento complexo, em termos conceituais e operacionais, permite realizar um retrato exato e atualizado da oferta social existente no território concelho, com identificação das principais potencialidades e constrangimentos;
- › O processo de caracterização económica, social e territorial concelhia e sua inserção e principais dinâmicas regionais e nacionais, tendo por base informação oficial tão recente quanto possível, permite melhor identificar padrões e tendências de procura de equipamentos e respostas sociais no curto e médio prazo;
- › A realização de novas projeções demográficas possibilitará perspetivar a procura previsível para os anos de 2025 e de 2031;
- › O exercício de programação da oferta social, considerando as três premissas anteriores (oferta existente, dinâmicas económicas, sociais e territoriais em curso e projeções demográficas) possibilitará assegurar uma contínua adequação do esforço de investimento, público, privado e social, às necessidades, assim como assegurar a necessária sustentabilidade dos equipamentos sociais, que por Lei deverá ser revista ao

fim de 4 anos (2026), mas que será desenhada para garantir a sua adequação até ao final da década, sendo um instrumento de planeamento de suporte aos investimentos até 2030.

Por conseguinte, proceder à revisão da Carta Social da Golegã constitui-se essencial, pois assegurar a necessária compatibilização entre a oferta e a procura, acompanhando as múltiplas dinâmicas que se desenvolvem no território, constitui-se determinante num quadro de promoção do desenvolvimento social integrado e sustentável do concelho.

O processo de revisão da Carta Social da Golegã procura ainda responder a cinco grandes desafios, nomeadamente:

- › Promover um processo de governação ativa, assente na mobilização dos atores-chave ao longo de todo o processo;
- › Compatibilizar a oferta social com o quadro normativo em vigor, que garanta uma efetiva integração das diferentes políticas públicas;
- › Orientar o desenvolvimento de equipamentos e respostas sociais, num quadro de proteção biofísica do território e valorização dos recursos existentes, em estreita articulação com o modelo de ordenamento concelhio e regional;
- › Promover um processo de monitorização e de avaliação que garanta o devido acompanhamento da Carta Social, com mecanismos devidamente estabelecidos que permitam aceder regularmente a informação crítica, essencial para garantir a flexibilidade deste instrumento de planeamento;
- › Criar um instrumento de referência concelhio que possibilite uma tomada de decisões informada e adequada, com vista à promoção de melhores condições de vida para os seus residentes, num horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (aproximadamente 2030).

(página propositadamente deixada em branco)

2. Quadro de referência territorial

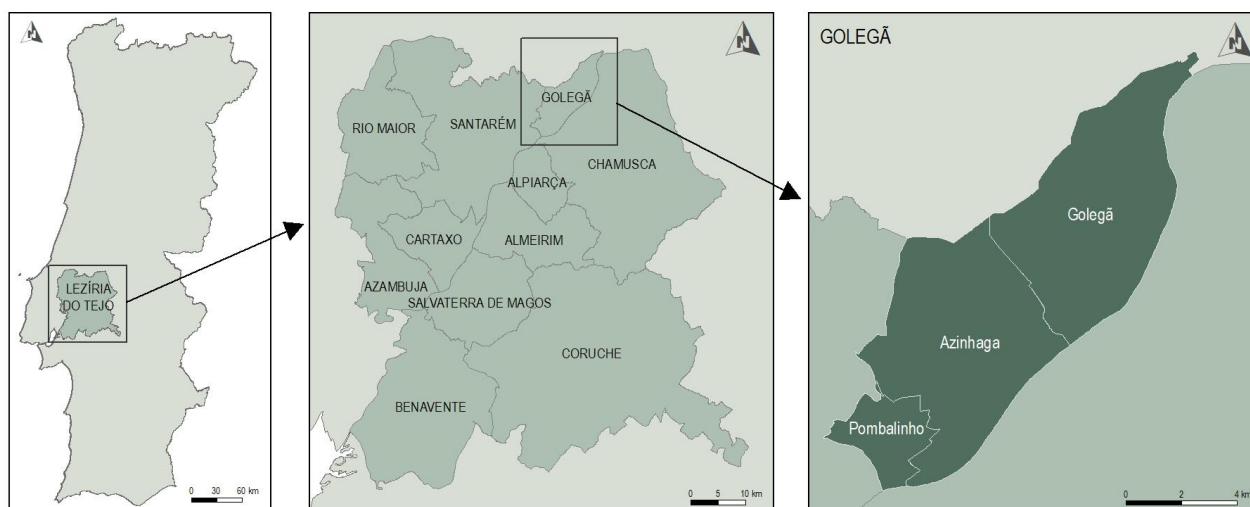
2.1. Rede territorial e urbana

2.1.1. O contexto regional

A Lezíria do Tejo, com uma área de aproximadamente 4.275 Km² e com cerca de 247 mil habitantes, constitui uma sub-região de média dimensão no contexto nacional e regional. Em termos de hierarquia urbana esta sub-região é dominada pela cidade de Santarém. O nível intermédio é desempenhado pelas cidades de Almeirim, Cartaxo, Rio Maior e pelas vilas de Benavente e Coruche, enquanto as restantes sedes de concelho constituem o nível seguinte.

O concelho da Golegã está situado na margem direita do rio Tejo integrando a sub-região da Lezíria do Tejo. Composto por três freguesias (Golegã, Azinhaga e, desde 2013, Pombalinho), este concelho é limitado a Norte pelos concelhos de Torres Novas, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha; a Sul e a Este pelos concelhos de Santarém e da Chamusca. O concelho da Golegã constitui um território de intermediação entre subsistemas territoriais diferenciados, constituindo, nomeadamente, uma porta de intermediação entre a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo e, simultaneamente, entre a margem norte e a margem sul do Tejo. Desenvolve forte articulação com o eixo urbano Torres Novas/Entroncamento.

Figura 1 – Enquadramento geográfico do concelho de Golegã



Fonte: CEDRU, 2021

As transformações recentes do sistema territorial e urbano da Lezíria do Tejo têm favorecido a emergência de dois tipos de dinamismos. Por um lado, os processos de concentração inter e intra concelhos têm despoletado um crescente protagonismo territorial dos centros urbanos de pequena e média dimensão. Por outro, têm vindo a consolidar-se subsistemas territoriais e urbanos, sob a forma de eixos e conurbações, sustentados pelas principais vias de comunicação.

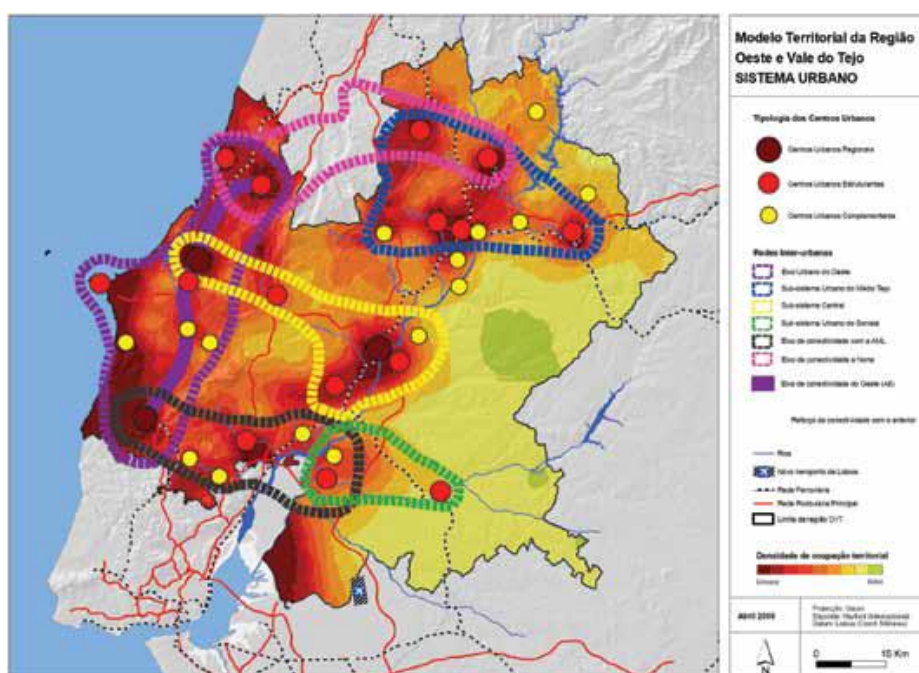
Relativamente ao primeiro aspeto, a vila da Golegã constitui um centro urbano que concentra funções centrais com um espectro territorial limitado, sobretudo associado ao seu território municipal, adquirindo a sua população bens e serviços raros, fundamentalmente, nos municípios vizinhos de Torres Novas e do Entroncamento.

No que diz respeito aos subsistemas territoriais, importa destacar o subsistema Torres Novas/Entroncamento/Vila Nova da Barquinha/Golegã, cuja dinâmica está, em grande medida, associada ao processo de terciarização e industrialização do eixo Torres Novas/Entroncamento.

As orientações do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT) para a componente da equipamento territorial estão em estreita articulação com a modelação do sistema territorial e urbano, designadamente:

- a rede de equipamentos e serviços deve responder adequadamente à diversidade dos contextos territoriais, atendendo às características das estruturas sociais e económicas e aos níveis e tipologia dos problemas presentes e emergentes;
- o sistema urbano regional orienta a definição e a estruturação das redes de serviços, infraestruturas e equipamentos públicos de âmbito supramunicipal e regional, garantindo condições de equidade territorial em termos de cobertura e acessibilidade;
- a rede de equipamentos e serviços deve assentar em sistemas de articulação, de forma a dar coerência à oferta, rendibilizar recursos humanos e físicos e permitir uma melhor adaptação aos novos desafios da sociedade e da economia.

Figura 2 – Sistema Territorial e Urbano do Oeste e Vale do Tejo

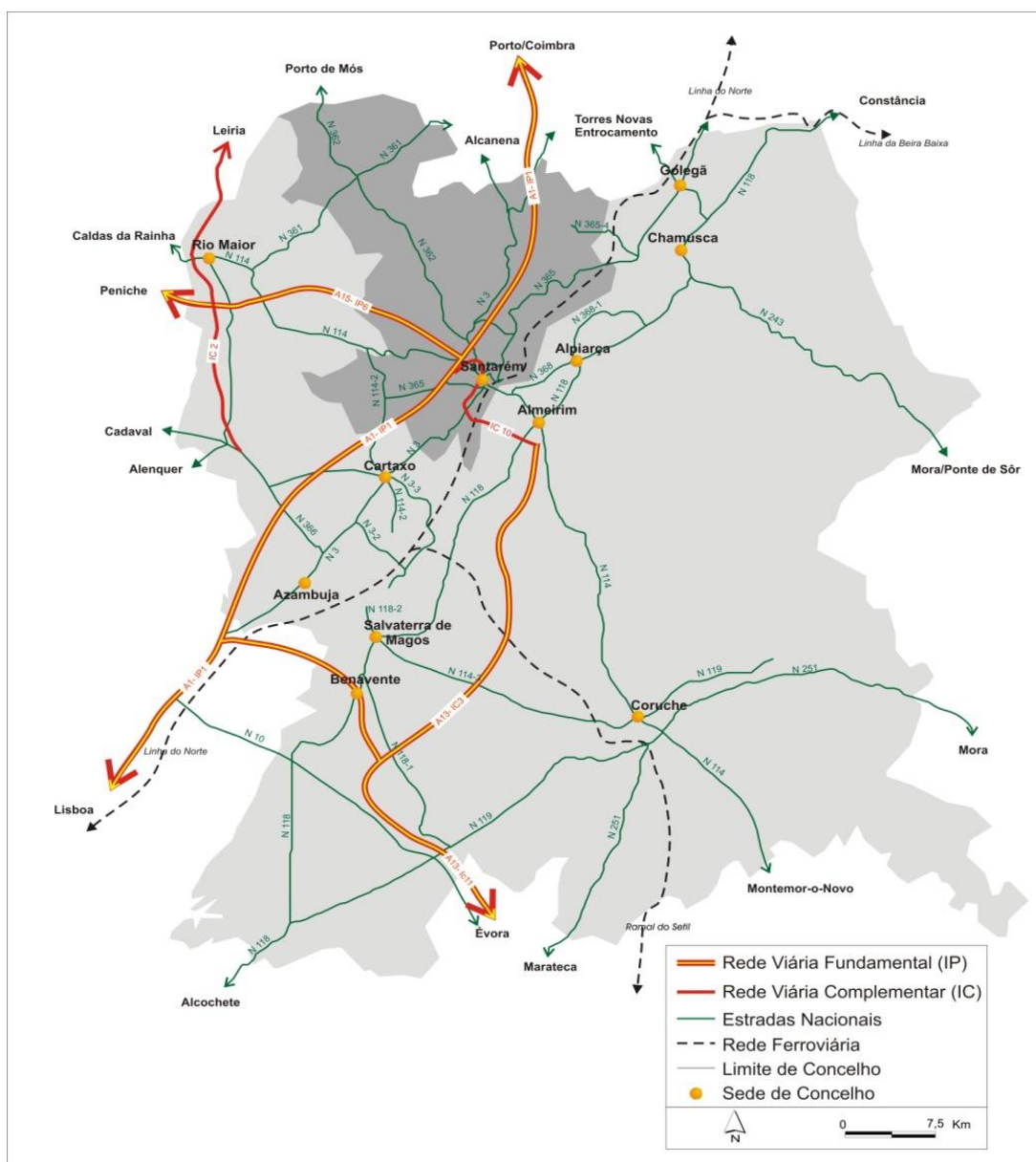


Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), PROT do Oeste e Vale do Tejo, 2009

2.1.2. Transformações concelhias

Nas acessibilidades, o concelho detém uma posição relativamente privilegiada no que respeita à proximidade de alguns nós importantes dos sistemas rodoviário e ferroviário. Assim, quanto à rede viária, encontra-se na área de influência imediata da A23, e do futuro IC3; é também percorrida pelas EN243 e EN365. A sua proximidade da Estação de Mato Miranda e a relativa proximidade ao importante nó ferroviário do Entroncamento garante, igualmente, o acesso quer à linha do Norte, quer ainda à linha do Leste com ligação a Espanha.

Figura 3 – Sistema de Acessibilidades do concelho de Golegã e da Região



Fonte: CEDRU, 2021

As transformações económicas, sociais e culturais ocorridas nos últimos anos em Portugal introduziram, também, modificações relevantes na forma como as populações se distribuem pelo território. As linhas gerais do povoamento apontam para a concentração da população nos aglomerados de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica.

O concelho da Golegã caracteriza-se pela existência de uma estrutura de povoamento bastante concentrada, na medida em que a vila sede de concelho e as aldeias da Azinhaga e do Pombalinho concentram cerca de 91,7% da população total residente no concelho.

A análise da variação demográfica dos lugares com mais de 300 habitantes permite concluir que, entre 2011 e 2021, a população se manteve estável na vila sede de concelho e que diminuiu na aldeia da Azinhaga e, fundamentalmente, na aldeia do Pombalinho. Entre 2011 e 2021, estes lugares registaram diminuições notáveis acima dos 6,9%, com especial incidência na aldeia de Azinhaga e Pombalinho.

Quadro 4 – Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (%), em 2001, 2011 e 2021

Ano	Unidade Territorial	Isolados	<1.999	2.000-4.999	5.000-9.999	>10.000
2001	Golegã	2,5	32,0	65,6	0,0	0,0
	Lezíria do Tejo	3,4	42,0	17,6	20,6	16,3
	Continente	2,8	41,9	9,2	7,8	38,2
2011	Golegã	1,8	35,2	62,9	0,0	0,0
	Lezíria do Tejo	3,0	39,7	13,7	18,2	25,4
	Continente	1,7	36,9	9,1	9,0	43,3
2021	Golegã	2,1	33,8	64,1	0,0	0,0
	Lezíria do Tejo	2,1	44,5	15,0	18,4	20,1
	Continente	1,5	37,0	10,3	9,4	41,8

Fonte: INE, 2001, 2011, 2021

Face ao exposto, pode hierarquizar-se a rede urbana do concelho da Golegã do seguinte modo:

- Pólo Urbano – A vila da Golegã constitui o principal núcleo urbano do concelho, atraindo população de todo o concelho, devido à concentração de atividades e equipamentos;
- Pólo Complementar Principal – O núcleo da Azinhaga constitui o segundo nível, apresentando, dada a proximidade geográfica, alguma capacidade de polarização relativamente à freguesia vizinha do Pombalinho, estando a sua base económica associada à atividade agrícola;
- Pólo Complementar Secundário – O núcleo do Pombalinho, integrado no Município da Golegã em 2013, constitui o terceiro nível hierárquico do concelho, caracterizando-se por fortes problemas de recessão e envelhecimento demográfico.

Quadro 5 – Evolução da população em lugares com mais de 300 habitantes no concelho de Golegã (n.º) e taxa de variação (%) 2001-2011; 2011-2021

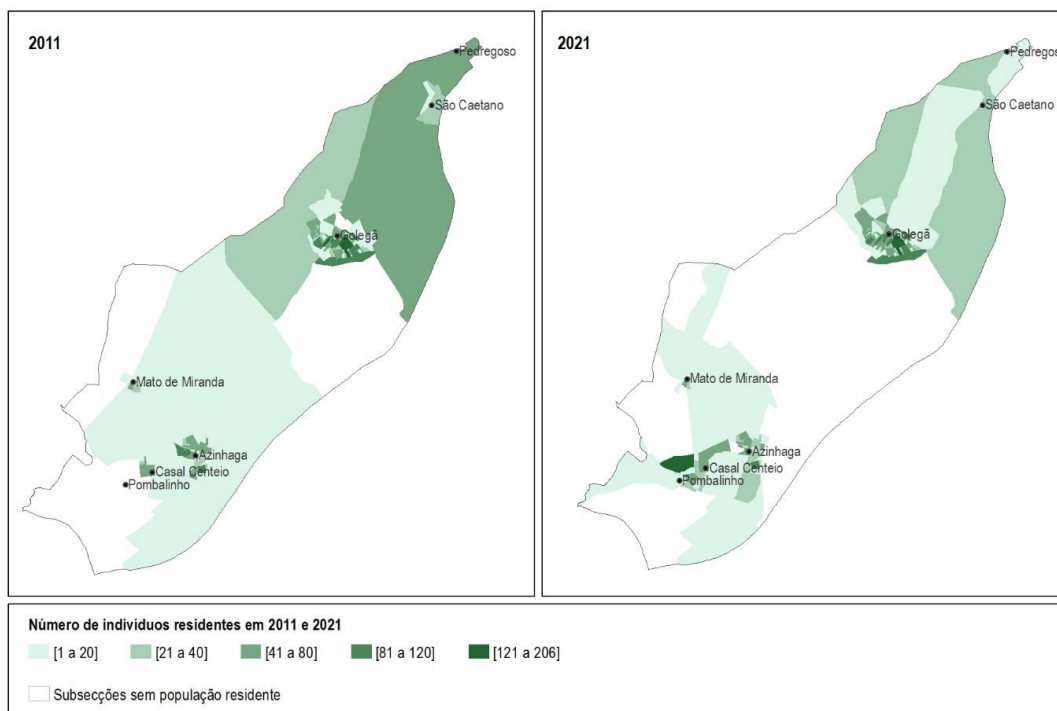
Lugar	Pop. 2001	Pop. 2011	Pop. 2021	Var. 2001-2011 (%)	Var. 2011-2021 (%)
FR: Azinhaga	1.379	1.257	1.415	-8,8	12,6
FR: Golegã	3.743	3.721	3.591	-0,6	-3,5
FR: Pombalinho a)	520	441	394	-15,2	-10,7

a) Pombalinho fazia parte do concelho de Santarém até à reforma administrativa de 2013 (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro)

Fonte: INE, 2001 e 2011

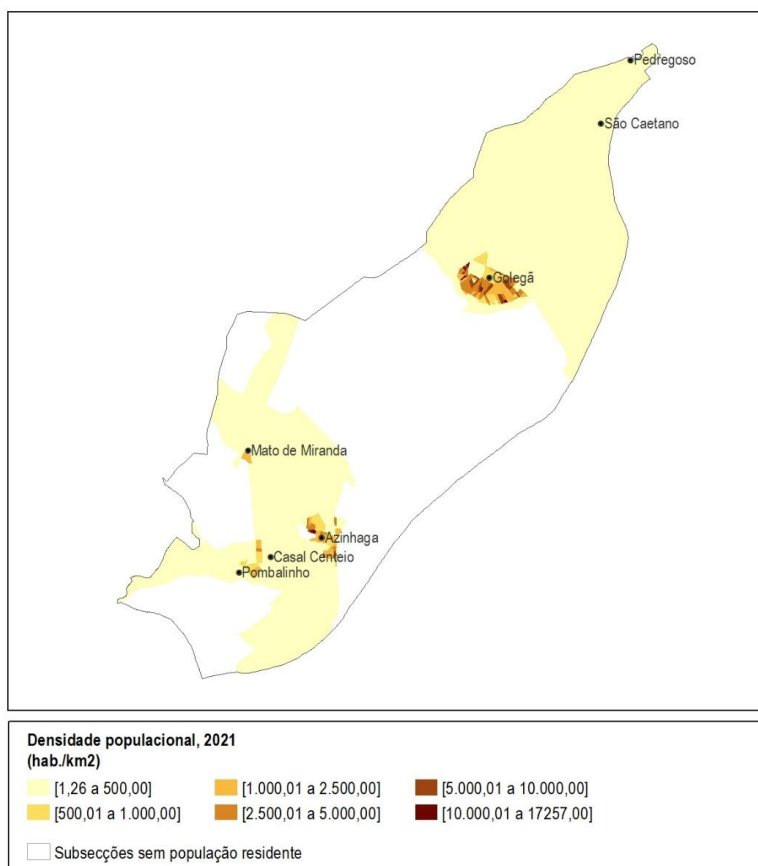
Os mais recentes dados resultantes do recenseamento populacional de 2021 espelham o decréscimo populacional na generalidade do concelho (-8,7% entre 2011 e 2021) e o aumento da concentração da população, nomeadamente na sede de concelho, local onde se atingem as maiores densidades.

Figura 4 – Indivíduos residentes (n.º) no concelho da Golegã, 2011 e 2021



Fonte: INE, 2011 e 2021

Figura 5 – Densidade populacional (hab./km2) no concelho da Golegã, 2021



Fonte: INE, 2021

Ainda assim, considerando a escala das freguesias, entre 2011 e 2021, as três freguesias conheceram uma trajetória de quebra populacional, particularmente pronunciada na Azinhaga (-12,7%) e Pombalinho (-11,8%). A freguesia da Golegã embora apresentando uma diminuição mais ligeira do número de residentes, acompanhou igualmente a trajetória de perda demográfica (-6,6%).

2.1.3. Movimentos pendulares

A separação entre o local de trabalho e a residência é uma das características mais relevantes da sociedade contemporânea. De facto, na atualidade, uma parte considerável da população ativa e estudantil residente no concelho da Golegã desloca-se a outro concelho para exercer a sua atividade ou para estudar.

O incremento das deslocações casa-trabalho ganha cada vez mais relevância no território concelhio e regional, contribuindo, por um lado, para a redefinição das necessidades a satisfazer pelos sistemas de transporte e, por outro, para a identificação das relações de complementaridade que a procura de mão-de-obra impõe, enquanto fator produtivo territorialmente localizado.

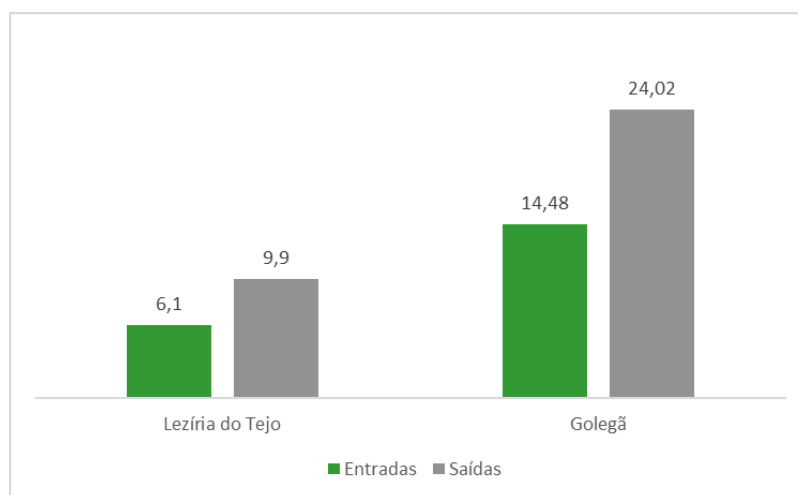
Considerando o movimento de entradas e saídas de população ativa e estudantil, constata-se que em 2011 o saldo global para o Município da Golegã era bastante negativo (-677). Com efeito, o número de saídas mais do que duplicava o número de entradas.

Este facto traduz, fundamentalmente, uma situação deficitária do concelho da Golegã em termos de emprego, levando a que exista uma percentagem elevada de ativos a saírem do concelho para exercerem a sua atividade. A maioria dirige-se para o eixo Torres Novas/Entroncamento ou para a Área Metropolitana de Lisboa.

Importa também salientar que tradicionalmente um número considerável de alunos residentes no concelho procuram os municípios vizinhos de Torres Novas e Entroncamento para prosseguirem os seus estudos (sobretudo no ensino secundário).

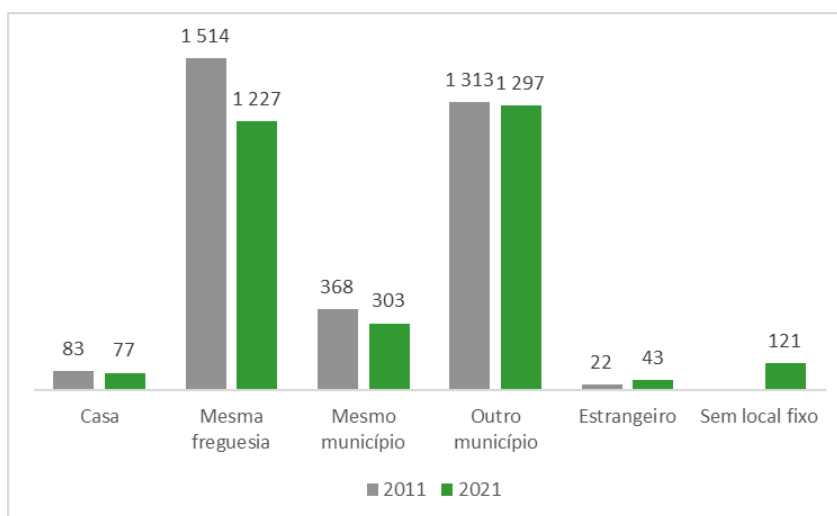
Em 2021, considerando a população trabalhadora e estudante, o número de saídas foi de 1.340. As saídas (24,02%) permanecem em maior proporção do que as entradas (14,48%), sendo comparativamente a 2011, menor o número de residentes que trabalham/estudam no concelho da Golegã (1.965, em 2011; 1.607 em 2021). Em 2021, a duração média dos movimentos pendulares foi de 19,10 min.

Figura 6 – Proporção da população residente que entra e sai na unidade territorial (movimentos pendulares) (%), 2021



Fonte: INE, 2021

Figura 7 – População residente empregada ou estudante (n.º), por local de trabalho ou estudo, no concelho da Golegã, 2021



Fonte: INE, 2021

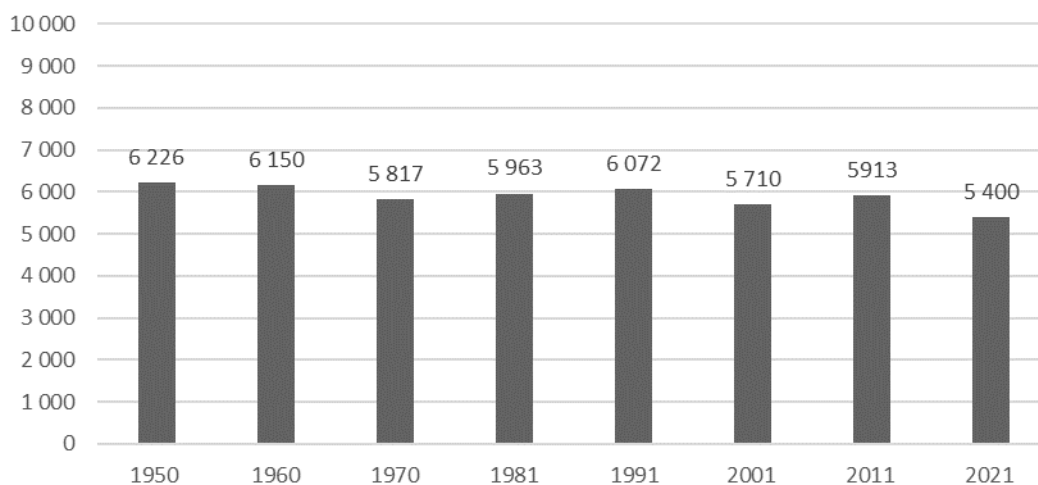
2.2. Dinâmica demográfica

2.2.1. Evolução populacional

Ao longo dos últimos sessenta anos o concelho da Golegã registou uma tendência demográfica globalmente recessiva, tendo passado de 6.226 habitantes, em 1950, para 5.465 habitantes em 2011 (com a incorporação da freguesia de Pombalinho, em 2013, contabilizaram-se 5.913 residentes). Em 2021, atinge-se o valor mais baixo do período considerado, tendo sido recenseados 5.400 indivíduos. O período de maior quebra populacional ocorreu precisamente entre 2011 e 2021 (-8,7%).

Em consequência deste padrão de evolução, o peso demográfico do concelho da Golegã na sub-região da Lezíria do Tejo tem vindo a diminuir, situando-se em 2,3%, em 2021.

Figura 8 – Evolução da população (n.º), no concelho de Golegã, entre 1950 e 2021



Fonte: INE, vários anos

Uma análise demográfica desagregada por freguesia para 2001 e 2011 permite verificar que a freguesia sede de concelho diminuiu ligeiramente a sua população, enquanto as freguesias da Azinhaga e do Pombalinho registaram decréscimos populacionais significativos. No último período intercensitário (2011-2021), também a freguesia sede de concelho sofreu um decréscimo significativo (-6,6%), sendo que as freguesias de Azinhaga e Pombalinho continuam numa dinâmica de evolução populacional negativa, mas de forma ainda mais acentuada.

Quadro 6 – Evolução da população (n.º) e taxa de variação populacional (%), 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial	População (2001)	População (2011)	População (2021)	Variação 2001-2011 (%)	Variação 2011-2021 (%)
FR: Azinhaga	1.817	1.620	1.414	-10,8	-12,7
FR: Golegã	3.893	3.845	3.591	-1,2	-6,6
FR: Pombalinho	530	448	395	-15,5	-11,8
CC Golegã	6.240	5.913	5.400	-5,2	-8,7
Lezíria do Tejo	240.832	247.453	235.861	2,7	-4,7
Continente	9.869.343	10.047.621	9.855.909	1,8	-1,9

Fonte: INE, 2001, 2011 e 2021

A densidade populacional do concelho (64,1 habitantes por km²) situa-se entre a média sub-regional e nacional. Consta-se que existe uma grande diferença entre os níveis de ocupação do território na freguesia sede de concelho, onde a densidade populacional mais se aproxima da média nacional, e as freguesias da Azinhaga e do Pombalinho, onde a densidade populacional é mais baixa, nomeadamente na Azinhaga (37,0 habitantes por km²).

Quadro 7 – Área (km²) e Densidade populacional (hab./km²), 2011 e 2021

Unidade Territorial	Área Km ²	Densidade Populacional (2011)	Densidade Populacional (2021)
FR: Azinhaga	38,2	42,4	37,0
FR: Golegã	38,4	100,1	93,5
FR: Pombalinho	7,7	58,2	51,3
CC Golegã	84,3	70,1	64,1
Lezíria do Tejo	4.275,0	57,9	55,2
Continente	89.088,9	112,8	110,6

Fonte: INE, 2001, 2011 e 2021

2.2.2. Comportamentos demográficos

Os fatores que têm estado subjacentes à dinâmica populacional do território nacional têm vindo a sofrer alterações consideráveis. De facto, se nos anos 60 e 70 a evolução demográfica era, em grande medida, determinada pelas migrações internas e externas, já durante a última década é a componente do saldo fisiológico a principal responsável pelas alterações populacionais registadas nas unidades territoriais portuguesas.

No concelho da Golegã, a taxa de natalidade diminuiu de 9,3‰, em 2001, para 8,1‰, em 2011, e 7,9‰, em 2021, o que constitui, em 2021, uma taxa superior às médias da Lezíria do Tejo e nacional.

A taxa de mortalidade bruta, após um período de decréscimo, entre 2001 e 2011, registou no Município da Golegã um acréscimo considerável, situando-se em 19,2‰ no ano de 2021, consequência do aumento da proporção de idosos na população total, acima das médias da sub-região da Lezíria do Tejo e do Continente. Por conseguinte, o concelho da Golegã continua a registar uma taxa de saldo fisiológico bastante negativa.

Uma das transformações demográficas mais positivas do período pós-25 de abril em Portugal prende-se com o decréscimo acentuado da taxa de mortalidade infantil, que regista em 2021 um valor significativo (23,3‰).

Quadro 8 – Evolução dos comportamentos demográficos (‰), 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade			Taxa de Mortalidade Infantil		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Golegã	9,3	8,1	7,9	17,0	13,0	19,2	0,0	22,7	23,3
Lezíria do Tejo	10,0	8,3	7,2	12,4	11,7	14,8	3,7	2,4	2,9
Continente	10,8	9,1	7,7	10,1	9,8	12,1	4,8	3,1	2,4

Fonte: PORDATA, vários anos

2.2.3. Estruturas etárias

A quebra acentuada da natalidade reforçou a tendência, já anteriormente esboçada, para o envelhecimento da população. Em todas as unidades territoriais em análise verifica-se que a percentagem de idosos aumentou consideravelmente. De facto, no concelho da Golegã, a percentagem de idosos com mais de 65 anos aumentou de 23,3%, em 2001 para 29,3% em 2021. As freguesias do Pombalinho e da Azinhaga são as mais envelhecidas. Em sentido contrário, deteta-se a evolução da percentagem de jovens, que no mesmo período diminuiu de 13,9%, em 2001, para 11,3%, em 2021, no concelho da Golegã.

Quadro 9 – Evolução da estrutura etária da população residente (%), 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial	2001				2011				2021			
	0-14	15-24	25-64	65 ou +	0-14	15-24	25-64	65 ou +	0-14	15-24	25-64	65 ou +
FR: Azinhaga	15,3	12,3	50,5	22,0	12,8	11,3	50,6	25,3	9,2	9,3	49,7	31,8
FR: Golegã	13,8	12,8	50,8	22,6	13,7	9,4	51,7	25,2	12,1	10,4	49,6	28,0
FR: Pombalinho	10,0	9,6	47,5	32,8	8,9	7,8	44,6	38,6	11,4	9,1	47,3	32,2
CC: Golegã	13,9	12,4	50,4	23,3	13,1	9,8	50,8	26,2	11,3	10,0	49,4	29,3
Lezíria do Tejo	14,1	13,1	53,0	19,8	14,7	9,6	53,7	22,0	12,9	10,3	51,0	25,8
Continente	15,8	14,2	53,5	16,5	14,8	10,7	55,2	19,3	12,8	10,5	53,0	23,7

Fonte: INE, 2001, 2011 e 2021

Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à jovem assiste-se a um progressivo incremento do índice de envelhecimento que, no concelho da Golegã, passou de 167,4% em 2001 para 260,4 em 2021, percentagem consideravelmente superior à média da sub-região da Lezíria do Tejo e do Continente Na freguesia da Azinhaga o índice de envelhecimento é bastante elevado (346,2), constatando-se que o número de idosos mais do que triplica o número de jovens.

O rápido envelhecimento populacional levou a que o índice de dependência total e o índice de dependência dos idosos aumentasse de 2011 para 2021. A freguesia de Pombalinho apresenta um comportamento diferenciado na última década, diminuindo o seu índice de envelhecimento e aumentando a proporção de jovens.

Quadro 10 – Evolução dos índices demográficos (%), 2001, 2011 e 2021

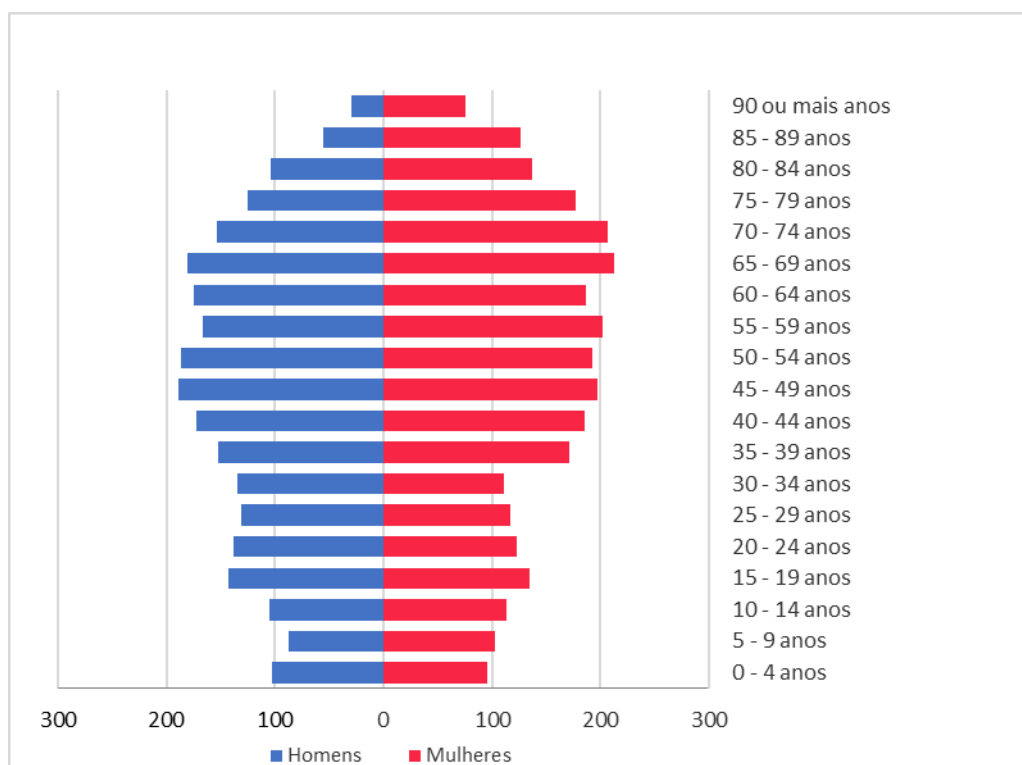
Unidade Territorial	2001				2011				2021			
	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.
FR: Azinhaga	143,5	59,4	24,4	35,0	197,1	61,7	20,8	40,9	346,2	69,5	15,6	54,0
FR: Golegã	163,9	57,2	21,7	35,5	183,9	63,7	22,4	41,3	232,3	66,9	20,1	46,8
FR: Pombalinho	328,3	74,9	17,5	57,4	432,5	90,6	17,0	73,6	282,2	77,1	20,2	57,0
CC: Golegã	167,4	59,2	22,1	37,1	200,3	64,9	21,6	43,3	260,4	68,3	19,0	49,3
Lezíria do Tejo	139,8	51,3	21,4	29,9	150,4	58,0	23,2	34,8	199,6	63,0	21,1	42,0
Continente	104,5	47,7	23,3	24,4	130,6	51,6	22,4	29,2	184,6	57,5	20,2	37,3

I.E. – Índice Envelhecimento; I.D.T.– Índice Dependência Total; I.D.J.– Índice Dependência Jovens; I.D.I. – Índice Dependência Idosos

Fonte: INE, 2001, 2011 e 2021

O envelhecimento demográfico é particularmente evidente quando se observa a Pirâmide Etária do concelho da Golegã no ano de 2021. Com efeito, é notório o fenómeno de duplo envelhecimento, quer na base (devido à quebra da taxa de natalidade) quer no topo da pirâmide (devido ao aumento da proporção de idosos, reflexo, em parte, do aumento da esperança média de vida).

Figura 9 – Pirâmide etária do concelho de Golegã, 2021



Fonte: INE, 2021

2.3. Base económica e social

2.3.1. Níveis de instrução e qualificação

Nas sociedades contemporâneas os níveis de instrução e qualificação dos recursos humanos constituem uma das dimensões mais relevantes, contribuindo para uma maior coesão social e uma maior competitividade da base económica.

Ainda que subsistam carências consideráveis neste domínio em Portugal, têm vindo a registar-se progressos consideráveis. No concelho da Golegã constata-se que a taxa de analfabetismo continuou o seu decréscimo acentuado, tal como na Lezíria do Tejo e em Portugal. A taxa de analfabetismo verificada no concelho, em 2021 (7,3%) permanece superior à média nacional e próxima da média sub-regional.

Quadro 11 – Evolução da taxa de analfabetismo (%), 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial	2001	2011	2021
CC: Golegã	13,5	7,9	4,6
Lezíria do Tejo	13,0	7,5	4,3
Continente	8,9	5,2	3,0

Fonte: INE, 2001, 2011 e 2021

De resto, é ainda muito significativa a percentagem de população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico (cerca de 61%), sendo ainda pouco significativa a percentagem de população residente com o ensino superior (13,8%), valor inferior às médias sub-regional e nacional.

Quadro 12 – Níveis de instrução da população residente (%), 2021

Unidade Territorial	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Ensino Superior
CC: Golegã	6,7	24,4	10,2	19,6	23,9	1,3	13,8
Lezíria do Tejo	7,3	24,0	9,8	19,2	23,5	1,2	15,1
Continente	5,8	22,2	9,4	17,8	23,6	1,1	20,0

Fonte: INE, 2021

2.3.2. Níveis de atividade e de emprego

Durante a primeira década do século XXI a taxa de atividade não registou alterações significativas, situando-se no Município da Golegã em torno dos 43%, em 2021.

Já no que se refere à taxa de desemprego, observou um incremento considerável entre 2001 e 2011, em todas as unidades territoriais, consequência do período de crise económica iniciado no início do século, a taxa de desemprego aumentou de 8,5%, em 2001 para 11,1%, em 2011.

Em 2021, verifica-se uma inversão desta tendência, registando-se uma taxa de desemprego de 4,5%, a mais baixa dos municípios da Lezíria do Tejo, e muito abaixo da taxa média nacional.

Quadro 13 – Evolução das taxas de atividade e desemprego (%), 2001, 2011 e 2021

Unidade territorial	Taxa de atividade			Taxa de desemprego		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
CC: Golegã	43,9	44,2	43,2	8,5	11,1	4,5
Lezíria do Tejo	48,1	46,6	44,7	8,1	12,7	6,8
Continente	48,4	47,6	46,6	6,9	13,2	8,1

Fonte: INE, 2001, 2011 e 2021

De facto, a descida no número de desempregados nas diversas unidades territoriais em análise é considerável. A título exemplificativo, constata-se que no concelho da Golegã o valor passou de 268, em 2001, para 106, em 2011.

No concelho da Golegã, em 2021, consolidou-se a percentagem de desempregados à procura de novo emprego, que representam cerca de 86% do total de desempregados. Este padrão é semelhante ao que sucede na Lezíria do Tejo e no Continente. Na maioria trata-se de ativos com poucas qualificações e de difícil integração nos outros setores, saídos da atividade agrícola; mais recentemente são provenientes do processo de reestruturação e de encerramento de pequenas empresas do setor industrial e dos serviços.

Quadro 14 – Evolução da população desempregada (n.º/%), 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial	Total			Procura do 1º emprego (%)			Procura de novo emprego (%)		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
CC: Golegã	212	268	106	15,1	13,4	14,2	84,9	86,6	85,8
Lezíria do Tejo	9.418	14.571	7.218	15,7	14,2	8,0	84,3	85,8	92,0
Continente	327.404	630.711	369.937	21,0	18,2	9,9	79,0	81,8	90,1

Fonte: INE, 2001, 2011 e 2021

Nos últimos anos alterou-se profundamente a estrutura do emprego nacional, regional e local. Efetivamente acelerou-se o processo de terciarização, tendo no concelho da Golegã aumentado o peso do sector de serviços entre 2001 e 2011. Contudo, o peso do setor terciário no concelho, diminuiu ligeiramente face a 2011, situando-se nos 70%, em 2021. Esta mudança, embora ténue, faz-se pela transferência do setor terciário para o secundário e setor primário. O valor percentual dos ativos no terciário de natureza económica é ainda dominante, mas tal como noutros concelhos da sub-região, o que se verificou foi essencialmente uma expansão do terciário de natureza social.

Quadro 15 – Evolução da estrutura da população ativa (%), 2011 e 2021

Unidade Territorial	2011					2021				
	Primário	Secundário	Terciário			Primário	Secundário	Terciário		
			Total	Social	Económico			Total	Social	Económico
FR: Azinhaga	11,5	22,2	66,3	24,3	42,0	12,6	22,5	64,9	25,7	39,2
FR: Golegã	7,2	18,9	73,9	35,8	38,1	6,5	20,3	73,2	36,1	37,0
FR: Pombalinho	16,1	19,0	65,0	22,6	42,3	24,0	20,5	55,5	25,3	30,1
CC: Golegã	8,8	19,8	71,4	32,1	39,4	9,1	20,9	70,0	32,9	37,1
Lezíria do Tejo	7,3	24,2	68,5	26,7	41,9	7,6	22,6	69,9	28,4	41,5
Continente	2,9	26,9	70,2	28,4	41,8	2,8	25,2	71,9	29,5	42,4

Fonte: INE, 2011 e 2021

Uma análise mais fina permite concluir que nem todas as freguesias do concelho se comportam da mesma maneira. O peso do terciário é particularmente evidente na freguesia urbana, sede de concelho, que absorve 2/3 da população residente. Parte destes ativos exercem a sua atividade no eixo Torres Novas/Entroncamento. Já na freguesia da Azinhaga (12,6%) e, fundamentalmente, do Pombalinho (24,0%), o peso do setor primário é muito significativo, em 2021, tendo ganho importância face a 2011, refletindo o perfil agrícola dominante neste território, com excelentes condições edafo-climáticas para a prática desta atividade.

2.3.3. Grupos sociais carenciados e em situação de risco

A Lezíria do Tejo, perdeu aproximadamente 11 mil habitantes face a 2011, apresentando uma população total de 235.861 habitantes, em 2021. Na Golegã, deu-se uma evolução análoga, tendo sido recenseados menos 513 residentes que dez anos antes, um total de 5.400 habitantes, -8,7% de população residente. A perda de população tem consequências na evolução do número de beneficiários de apoios sociais, que teve uma trajetória decrescente nos últimos anos.

Pensionistas da Segurança Social

Os pensionistas da Segurança Social constituem o principal grupo-alvo de apoios sociais, mas há outros que, embora em menor número, necessitam de apoio financeiro para assegurar condições básicas de vida.

Em 2020, residiam na Golegã 2.082 pensionistas da Segurança Social, o que equivale a 2,7% do total regional e a 39,4% da população do concelho. No mesmo ano, os beneficiários de abono de família para crianças e jovens, eram 602, o subsídio de desemprego chegava a 159 indivíduos, enquanto o Rendimento Social de Inserção (RSI) era recebido por 76 pessoas. A prestação social para a inclusão, para pessoas com deficiência/incapacidade, foi atribuída a 54 pessoas.

Quadro 16 – Pensionistas da Segurança Social em 31 dezembro (n.º/%), por tipo de pensão, 2014 e 2020

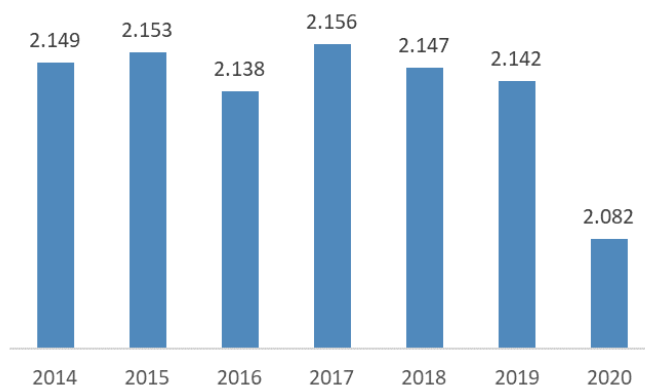
Unidade Territorial		2014				2020			
		Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Golegã	n.º	2.149	279	1.356	514	2.082	227	1.356	499
	%	100	13,0	63,1	23,9	100	10,9	65,1	24,0
Lezíria do Tejo	n.º	79.265	7.478	52.106	19.681	77.512	6.524	51.658	19.330
	%	100	9,4	65,7	24,8	100	8,4	66,6	24,9
Continente	n.º	2.783.908	237.313	1.881.190	665.405	2.753.610	159.322	1.932.166	662.122
	%	100	8,5	67,6	23,9	100	5,8	70,2	24,0
Portugal	n.º	2.900.792	254.161	1.947.286	699.345	2.869.492	172.836	2.001.710	694.946
	%	100	8,8	67,1	24,1	100	6,0	69,8	24,2

Fonte: INE, 2014 e 2020

Considerando o período 2014-2020, o número de pensionistas da Segurança Social diminuiu nas diferentes tipologias, com exceção das pensões de velhice, que depois de um período de aumento do número de beneficiários atingiu o mesmo número de 2014, também pelo decréscimo da população residente. Os pensionistas abrangem, essencialmente, a população idosa, dependente das transferências da Segurança Social, grupo etário cada vez mais representativo, fruto do aumento da esperança média de vida e da diminuição da mortalidade.

A exigência e as carências em apoios sociais e financeiros são cada vez maiores, com o envelhecimento populacional e as alterações na estrutura familiar tradicional.

Figura 10 – Total de pensionistas da Segurança Social em 31 dezembro (n.º), no concelho da Golegã, entre 2014 e 2020

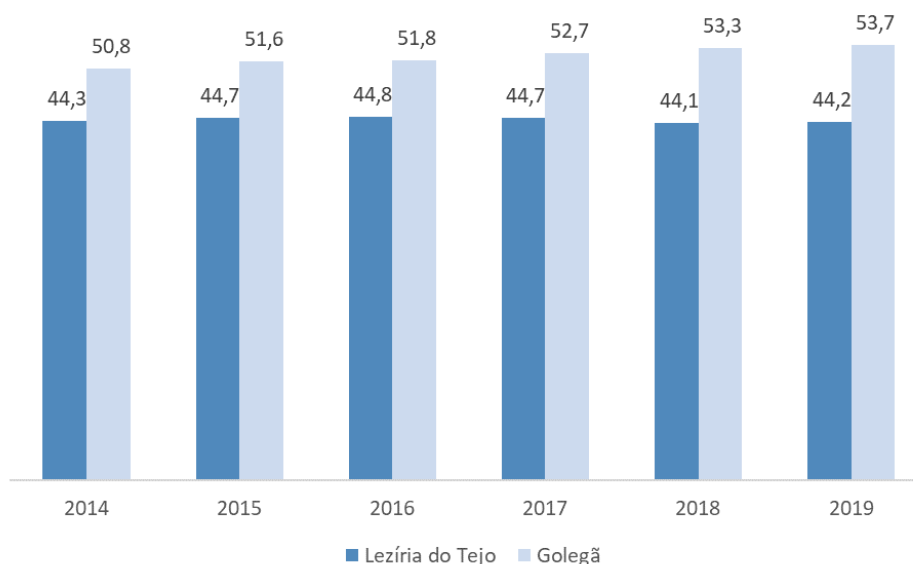


Fonte: INE, vários anos

Entre os pensionistas, a idade constitui o principal motivo para apoio financeiro, as pensões de velhice representam cerca de 65,1% do total de pensões atribuídas na Golegã, seguidas das pensões de sobrevivência, com 24% desta fatia, que constituem um meio de compensar a perda de rendimentos por motivo de falecimento. Os valores registados no concelho da Golegã situam-se ligeiramente abaixo da média da Lezíria do Tejo e da média nacional, exceto na atribuição das pensões de invalidez.

Após uma trajetória de crescimento, na primeira década do século XXI, o número de pensionistas da Segurança Social tem vindo a diminuir no concelho.

Figura 11 – Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), na Lezíria do Tejo e Golegã, entre 2014 e 2019



Fonte: PORDATA, vários anos

Se para além dos pensionistas da Segurança Social considerarmos também os pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, este grupo representa 53,72% da população residente com idade igual ou superior a 15 anos, em 2019, o que revela uma elevada percentagem da população dependente destes apoios financeiros.

O montante de pensões pagas pela Segurança Social no concelho da Golegã passou dos 103 milhões de Euros em 2014 para aproximadamente 11 milhões durante o ano de 2020. Este aumento, contrário ao da evolução dos pensionistas, dever-se-á às atualizações ao valor das pensões.

Quadro 17 – Pensões da Segurança Social (milhares €), entre 2014 e 2020

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Golegã	10.227	10.452	10.625	10.742	11.035	11.375	11.365
Lezíria do Tejo	383.206	389.310	398.280	403.869	411.828	430.466	440.728
Continente	14.585.462	14.790.108	15.149.426	15.410.489	15.711.720	16.418.803	16.854.138
Portugal	15.118.219	15.330.973	15.712.185	15.989.923	16.292.968	17.021.937	17.477.556

Fonte: INE, vários anos

Quadro 18 – Pensões da Segurança Social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014 e 2020

Unidade Territorial	2014				2020			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Golegã	10.227	1.349	7.421	1.457	11.365	1.320	8.368	1.677
Lezíria do Tejo	383.206	37.370	289.452	56.384	440.728	39.123	336.366	65.238
Continente	14.585.462	1.148.922	11.358.048	2.078.492	16.854.138	920.905	13.494.715	2.438.518
Portugal	15.118.219	1.234.836	11.708.832	2.174.550	17.477.556	1.003.224	13.928.526	2.545.806

Fonte: INE, 2014 e 2020

De igual modo, cresceu significativamente o valor médio das pensões pagas pela Segurança Social, cuja média anual passou de cerca de 4.515 € no ano de 2014, para 5.129€, em 2020.

A pensão de velhice, era a que tinha em 2020, no concelho da Golegã, o valor médio anual processado mais elevado (mais de 5.831€). A pensão de invalidez tinha um montante médio anual próximo daquele. A pensão de sobrevivência era substancialmente mais reduzida (3.044€). Os valores referidos eram geralmente inferiores aos encontrados na região e no país.

Quadro 19 – Valor médio das pensões da Segurança Social (€), entre 2014 e 2020

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Golegã	4.515	4.584	4.716	4.717	4.836	5.007	5.129
Lezíria do Tejo	4.618	4.677	4.791	4.887	5.031	5.263	5.401
Continente	5.027	5.079	5.207	5.310	5.465	5.713	5.840
Portugal	4.998	5.052	5.182	5.283	5.436	5.684	5.811

Fonte: INE, vários anos

Quadro 20 – Valor médio anual das pensões da Segurança Social (€), por tipo de pensão, 2014 e 2020

Unidade Territorial	2014				2020			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Golegã	4.515	4.783	5.186	2.639	5.129	5.741	5.831	3.044
Lezíria do Tejo	4.618	4.897	5.317	2.697	5.401	5.854	6.211	3.144
Continente	5.027	4.717	5.813	2.951	5.840	5.594	6.698	3.451
Portugal	4.998	4.732	5.787	2.937	5.811	5.617	6.672	3.433

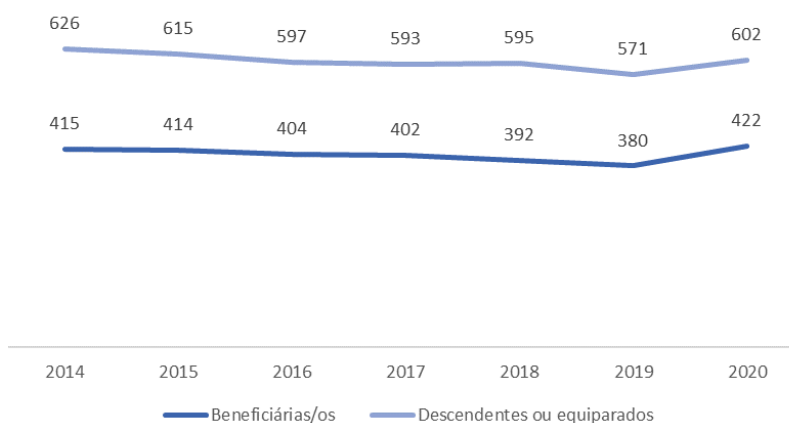
Fonte: INE, 2014 e 2020

Este valor coloca a Golegã significativamente abaixo da média nacional e do valor médio anual de pensão obtido para a Lezíria do Tejo, que é de 5.401€ por pensionista.

Beneficiárias/os do abono de família

No que respeita às prestações familiares, a evolução da atribuição do abono de família observou uma trajetória de decréscimo, chegando a 602 crianças e jovens, com um valor total atribuído de 376 milhares de euros, em 2020.

Figura 12 – Abono de família para crianças e jovens, da Segurança Social (n.º), concelho de Golegã, entre 2014 e 2020



Fonte: INE, vários anos

População residente com dificuldades

Noutra vertente, a população residente com dificuldades constitui-se também como um grupo particularmente vulnerável, na medida em que as dificuldades que enfrentam por razões de doença acarretam muitas vezes constrangimentos múltiplos à sua plena integração profissional e social.

No concelho da Golegã, em 2001, estavam recenseados 384 cidadãos com deficiência, de vários tipos e graus de deficiência, sendo que, no concelho cerca de 6,7% da população registava algum tipo de deficiência.

Os resultados dos Censos 2021 não permitem efetuar uma análise evolutiva direta face a 2001, atendendo a que consideram a “existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções definidas no modelo recomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) para utilização em recenseamentos da população, que permitem uma aproximação ao conceito de incapacidade com base na funcionalidade, ou seja, como resultado da interação entre a pessoa e os fatores contextuais, e não o resultado de uma avaliação baseada em diagnósticos médicos de deficiência”.

Assim, considerando a população residente no concelho com 15 ou mais anos de idade com dificuldades, verifica-se que considerando cumulativamente os dois graus de dificuldades mais severas (não consegue efetuar a ação e tem muita dificuldade em efetuar a ação), o tipo de dificuldade quantitativamente mais significativo é o de andar ou subir degraus (406 indivíduos). Seguem-se as dificuldades relacionadas com a visão, atingindo um total de 273 indivíduos. As dificuldades no que concerne a ouvir, à memória ou concentração e a tomar banho ou vestir-se sozinho apresentam uma incidência similar, designadamente, 202, 193 e 183 indivíduos. Por conseguinte, as dificuldades em compreender os outros ou fazer-se compreender representam efetivamente os tipos de dificuldade menos significativos quantitativamente no concelho (85 indivíduos).

Quadro 21 – População residente com 15 e mais anos de idade com dificuldades por tipo de dificuldade e grau de dificuldade (n.º), no concelho da Golegã, em 2021

Grau de dificuldade	Tipo de Dificuldade					
	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
Não consegue efetuar a ação	11	14	68	38	97	19
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	262	188	338	155	86	66

Fonte: INE, 2021

Como dado positivo, importa destacar que considerando apenas o grau de dificuldade máximo (não consegue efetuar a ação), nenhum tipo de dificuldade atinge uma centena de residentes no concelho.

A prestação social para a inclusão¹, um apoio específico para os cidadãos com deficiência/incapacidade igual ou superior a 60%, foi atribuída a 546 indivíduos no concelho, em 2020, o que representou um aumento face a 2019 (52).

1 A Prestação Social para a Inclusão tem como objetivo promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família.

Quadro 22 – Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da Segurança Social (n.º), 2019 e 2020

Unidade Territorial	2019	2020
Golegã	52	54
Lezíria do Tejo	2.549	2.748
Continente	99.911	107.578
Portugal	106.567	114.726

Fonte: INE, 2019 e 2020

População imigrante

A população imigrante constitui também um grupo da população particularmente vulnerável, na medida em que enfrenta diversas barreiras no seu processo de integração na sociedade de acolhimento.

Em 2001, eram apenas 20 os residentes de nacionalidade estrangeira no concelho da Golegã, valor correspondente a cerca de 1% deste grupo na NUTS III (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), e que no contexto da população concelhia representavam apenas 0,39%, abaixo da Lezíria do Tejo e do valor para Portugal. Em 2011, essa percentagem aumentava para 1,08%, atingindo em 2021 2,09% da população residente.

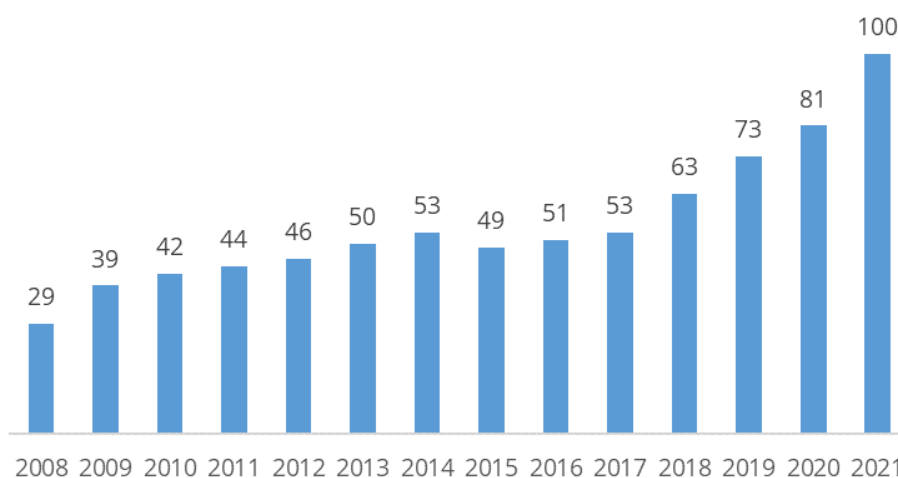
Quadro 23 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%), 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial	2001	2011	2021
Golegã	0,39	1,08	2,09
Lezíria do Tejo	1,27	3,54	4,62
Continente	2,29	3,84	5,40
Portugal	2,24	3,73	5,24

Fonte: INE, 2001, 2011 e 2021

O número de residentes de nacionalidade estrangeira aumentou significativamente desde 2011, estando a residir no concelho 100 cidadãos estrangeiros, com autorização/cartão de residência, ou visto de longa duração, em 2020, constituindo o pico de afluência dos últimos anos.

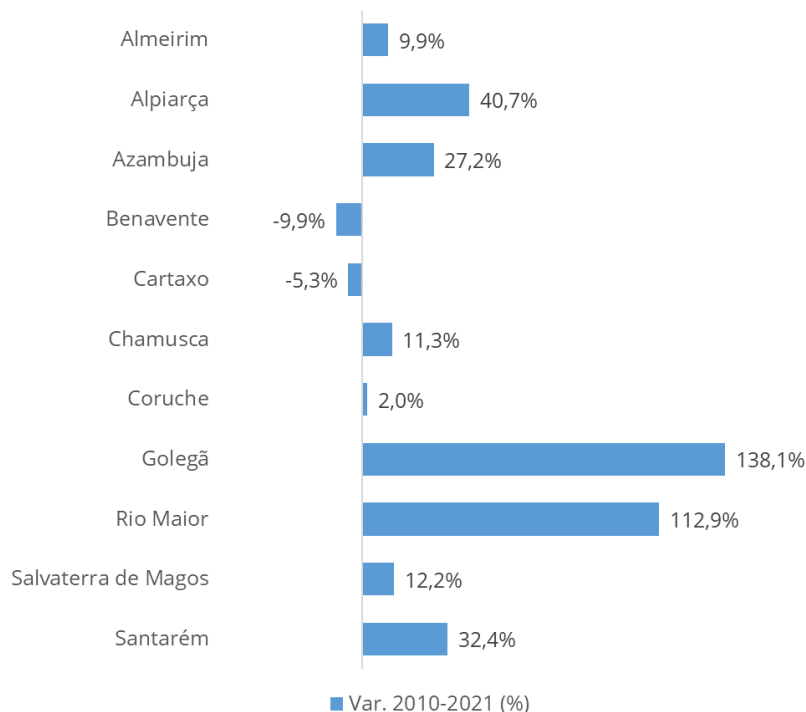
Figura 13 – População estrangeira residente no concelho da Golegã (n.º), entre 2008 e 2021



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTAT), vários anos

No contexto da Lezíria do Tejo, e considerando dois momentos, 2010 e 2021, o quantitativo de residentes estrangeiros na Golegã sofreu grandes alterações (+138%), tendo ganho 58 residentes de nacionalidade estrangeira, contrariamente à evolução ocorrida em concelhos como a Chamusca ou Cartaxo, onde as perdas foram significativas.

Figura 14 – Taxa de variação da população estrangeira residente (%), entre 2010 e 2021



Fonte: INE, 2010 e 2021

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Muito dependente da evolução socioeconómica, parte da população ativa sofre de importantes problemas sociais de pobreza e exclusão social. O trabalho precário e pouco qualificado, os baixos salários, o desemprego, associados a menores níveis de instrução e a determinadas tipologias de famílias de maior dimensão, tornam esta população dependente de ajudas e apoios sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou o subsídio de desemprego. Como exemplo, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem na Golegã, que se situam aquém dos valores médios regionais e nacionais, no geral, mas também no que respeita ao grupo de profissionais não qualificados, aqueles com remuneração mais baixa.

Quadro 24 – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e profissionais não qualificados (€), entre 2014 e 2019

Unidade Territorial	Total						Profissionais não qualificados					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Golegã	809,5	819,3	839,6	897,7	925,0	973,7	581,4	592,8	617,1	639,8	671,5	729,8
Lezíria do Tejo	966,2	977,9	976,7	989,3	1.016,0	1.037,3	645,4	655,2	677,3	710,9	742,4	754,6
Continente	1.093,2	1.096,7	1.107,9	1.133,3	1.170,3	1.209,9	666,2	671,2	687,0	717,5	746,1	769,4
Portugal	1.090,6	1.094,1	1.105,6	1.130,8	1.166,9	1.206,3	667,5	672,4	688,5	718,6	746,8	770,5

Fonte: PORDATA, vários anos

A criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) em 1996, e do RSI, que o substituiu em 2003, visou o combate à pobreza e à exclusão social, apoiando assim a população mais desprotegida.

O balanço² nacional realizado pelos 25 anos das medidas RMG/RSI, conclui que o número mais elevado de beneficiários foi registado em 2010, ano a partir do qual, o número de cessações deste apoio ultrapassou o número de entradas. Contrariamente ao acontecido no quinquénio anterior, a partir de 2020 e até maio de 2021, o número de beneficiários que entraram pela primeira vez na medida (55%) é superior ao dos que regressam à mesma (45%). Outra conclusão importante é que a grande maioria dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) (96% em 2021) não dispunha de rendimentos do trabalho, sendo que a população beneficiária em idade ativa era inferior a 2/3. Estimativas referem que 16% da população em situação de pobreza ou 45% da população em situação de pobreza extrema era abrangida pelo RSI, em 2019.

Na Golegã, o número de beneficiários do RSI, que tinha ultrapassado a centena de beneficiários no início do século XXI, diminuiu, ficando-se 76 beneficiários no ano de 2020, o que equivale a cerca de 1,6% da população residente, com idade igual ou superior a 15 anos.

² RSI, 25 anos - Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2021.

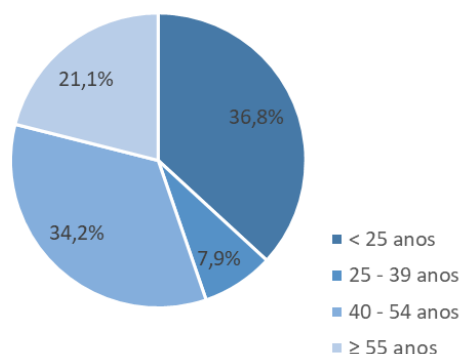
Quadro 25 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da população residente com 15 ou mais anos (n.º/%), entre 2014 e 2020

Unidade Territorial	2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Golegã	81	1,6	62	1,3	91	1,8	85	1,7	90	1,8	77	1,6	76	1,6
Lezíria do Tejo	5.715	2,7	5.299	2,5	5.303	2,5	5.044	2,4	4.918	2,4	4.622	2,2	4.408	2,1
Continente	288.961	3,4	264.991	3,1	257.261	3,0	258.194	3,1	252.859	3,0	239.341	2,8	232.117	2,7
Portugal	320.811	3,6	295.704	3,3	287.534	3,2	288.194	3,2	282.288	3,2	267.403	3,0	257.939	2,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) (n.º), PORDATA (% da população residente), vários anos

Os principais beneficiários deste apoio social têm menos de 25 anos (36,8%), em 2020, com uma distribuição quase equitativa pelos dois sexos (51% homens; 49% mulheres).

Figura 15 – Beneficiárias/os do Rendimento Social de Inserção, da Segurança Social, por grupo etário (%), na Golegã, 2020



Fonte: INE, 2020

O número de beneficiárias/os do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa situa Golegã (16,14‰) abaixo da média regional (21,28‰) e nacional (28,96‰), em 2020. Neste ano foram processados 90 milhares de euros em RSI.

Beneficiários do Subsídio de Desemprego

Em 2007, eram 279 os beneficiários de subsídio de desemprego no Município da Golegã, que no seu conjunto recebiam um total de 902 mil euros de apoio financeiro. O número de beneficiários diminuiu para os 156 em 2020, que recebem apoios no valor de 444 mil euros, que se traduz num valor médio anual de 2.795€.

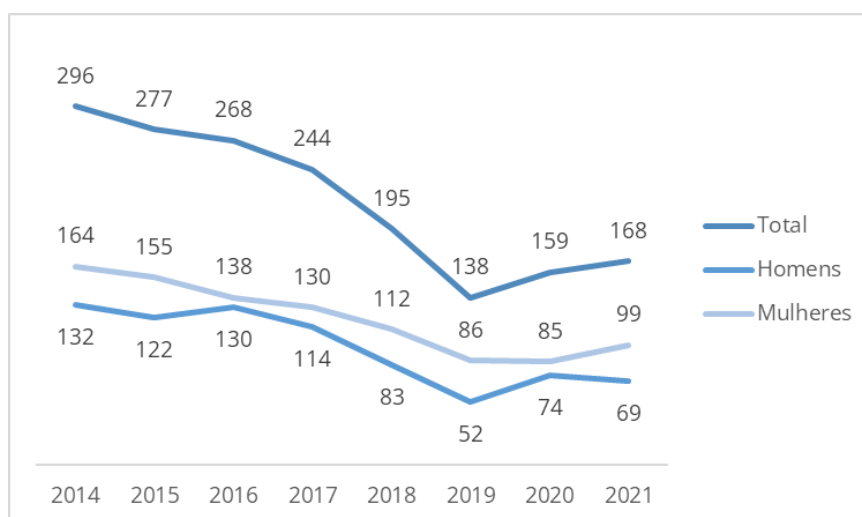
Quadro 26 – Valor processado de subsídios de desemprego da Segurança Social (milhares €), entre 2014 e 2020

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Golegã	855	780	760	639	507	367	444
Lezíria do Tejo	47.206	38.258	32.736	28.234	25.986	23.745	28.301
Continente	1.876.629	1.508.437	1.267.490	1.076.909	1.015.677	991332	1.301.346
Portugal	1.978.733	1.594.416	1.345.095	1.146.817	1.083.993	1051759	1.366.508

Fonte: INE, vários anos

Em 2011, a taxa de desemprego na Golegã era de 11,24%, sendo inferior à taxa regional (12,65%) e nacional (13,18%). Em 2021, os Censos apontam para uma taxa de desemprego bastante inferior, 4,54% (6,84% na Lezíria do Tejo). Os beneficiários do subsídio de desemprego aumentaram a partir de 2019, o que estará relacionado com o efeito da pandemia COVID-19.

Figura 16 –Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da Segurança Social, por sexo (n.º), no concelho da Golegã, entre 2014 e 2021



Fonte: INE, vários anos

Como já foi assinalado anteriormente, no concelho o número de desempregados masculinos beneficiários de subsídio de desemprego (41%) é inferior aos beneficiários do sexo feminino (59%). Outro dado relevante é a diminuição do número de novas/os beneficiárias/os deste subsídio, que foi de 84, em 2021, e de 70, em 2019. O ano de 2020 revela-se atípico com 91 novos desempregados.

Analisando a estrutura etária dos beneficiários do subsídio de desemprego no concelho verificamos que 52% dos beneficiários, em 2021, têm uma idade compreendida entre os 40 e os 54 anos, sendo que o maior contingente tem uma idade compreendida entre os 50-54 anos (27%), uma idade em que a dificuldade em mudar de emprego e de ser contratado começa a ser maior.

Quadro 27 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da Segurança Social, por grupo etário (n.º), 2021

Unidade Territorial	Total	Menos de 25 anos	25 - 29 anos	30 - 39 anos	40 - 49 anos	50 - 54 anos	55 e mais anos
Golegã	168	15	22	19	43	45	24
Lezíria do Tejo	9.456	585	2.249	1.037	2.160	2.400	1.025
Continente	391.251	24.158	89.064	46.793	94.851	96.211	40.174
Portugal	411.031	25.407	93.159	49.387	99.712	100.900	42.466

Fonte: INE, 2021

Segundo informação do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, desde 15 de janeiro de 2021, houve 980 empresas com pedidos de *Layoff* Simplificado na Lezíria do Tejo, que envolvem 5.458 trabalhadores³, algumas destas empresas poderão não conseguir recuperar após a crise económica o que agravará significativamente o desemprego na região.

A pandemia COVID-19 teve efeitos diretos na economia nacional e regional ainda não mensurados e veio agudizar situações de carência económica. No mercado de trabalho, estes são visíveis, nomeadamente, nas medidas e apoios sociais destinados às empresas, trabalhadores e famílias, neste contexto e que inverteram as tendências que se faziam sentir até 2020.

³ A informação respeita aos trabalhadores das empresas que entregaram documento, não necessariamente ao número total de trabalhadores efetivamente com apoio.

3. Caracterização das entidades gestoras dos equipamentos sociais

Por entidade consideram-se todos os proprietários e/ou responsáveis pela gestão de um ou mais equipamentos sociais, onde se desenvolvem os serviços e as respostas sociais, bem como os proprietários e/ou responsáveis pela gestão dos serviços e respostas sociais que funcionam desprovidas de equipamento.

Num quadro de caracterização da oferta de equipamentos e respostas sociais num determinado território, importa primeiramente conhecer algumas das características primordiais das entidades proprietárias e gestoras dos equipamentos sociais.

Nos últimos anos tem-se observado uma crescente diversificação das entidades proprietárias e gestoras dos equipamentos e respostas sociais, uma transformação que procura acompanhar a crescente heterogeneidade das problemáticas e dos desafios que emergem na sociedade e para os quais há necessidades de continuidade de respostas tradicionais, mas também de abordagens inovadoras e disruptivas, como forma de atender a todas as necessidades. Conhecer o perfil das entidades gestoras constitui-se, portanto, crucial no âmbito de uma Carta Social municipal, na medida em que estes configuram os agentes de intervenção direta no domínio social.

O presente instrumento, sendo de escala municipal, foi desenvolvido no âmbito de um processo mais amplo que envolveu, em simultâneo, os 11 Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. O processo de inquirição, dada a sua complexidade e densidade, desenvolveu-se num período bastante prolongado no tempo. Acresce que se assumiu a importância de todas as entidades presentes nos 11 Municípios fossem envolvidas e participassem no referido inquérito o que se manifestou, em muitos casos, sobretudo como resultado do período conturbado que se atravessava (pandemia COVID-19), de muito difícil concretização.

Neste quadro, o período de inquirição global decorreu entre 30 de março de 2021 e 1 de setembro de 2022, sendo que apenas após essa data foi possível avançar para a definição de um modelo estratégico que fosse coerente e adaptado à realidade municipal e supramunicipal (preocupação que algumas respostas sociais de elevado grau de espacialização pudessem possuir uma escala de abrangência supramunicipal/sub-regional). No caso específico da Golegã, a informação que se apresenta seguidamente reporta ao segundo trimestre de 2021, resultado da aplicação do processo de inquirição às entidades presentes no concelho e à sua disponibilidade quase imediata para o preenchimento/disponibilização da informação solicitada. A equipa técnica agradece a colaboração de todas as entidades respondentes.

3.1. Perfil das entidades

Tendo por base os resultados dos inquéritos aplicados no âmbito do presente trabalho, identificaram-se 8 entidades proprietárias/gestoras de equipamentos e respostas sociais em funcionamento no concelho da Golegã, tendo a totalidade destas entidades respondido ao inquérito realizado.

Mais especificamente, trata-se das seguintes entidades:

- › Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – Equipa Móvel da Lezíria do Tejo (APAV-EMLT)
- › Câmara Municipal da Golegã

- › Casa do Povo do Pombalinho
- › Centro Social Paroquial de Golegã
- › Conferência de São Vicente de Paulo
- › Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/Ministério da Educação/Ministério da Saúde
- › Santa Casa da Misericórdia da Golegã
- › Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga

Acresce ainda notar que alguns serviços e respostas sociais funcionam em parceria. No entanto, por razões metodológicas diversas, nas situações em que algumas respostas sociais foram incluídas apenas na sua fase final do presente relatório e, portanto, desprovidas do método basilar de suporte à análise desenvolvida (inquérito), estas foram apenas indicadas enquanto entidades gestoras das respetivas respostas sociais, não se dispondo de uma avaliação exaustiva das mesmas. Com efeito, não se dispõe de informação para 3 entidades gestoras.

Uma desagregação da natureza jurídica da entidade gestora/proprietária dos equipamentos sociais revela uma exclusividade da atuação por parte de entidades sem fins lucrativos no concelho. Não obstante, uma desagregação mais detalhada destas entidades revela a existência de uma heterogeneidade de entidades gestoras, indicativa de uma certa diversidade da oferta, requisito cada vez mais imperioso na resposta à crescente complexidade de problemáticas sociais e de públicos-alvo, enquanto atesta a cada vez mais significativa complexidade que marca a atual gestão do domínio social e reitera a importância de instrumentos e mecanismos reguladores e estruturantes.

Assim, entre as entidades sem fins lucrativos, identificam-se exclusivamente entidades privadas, desagregadas em quatro tipologias, designadamente, uma Associação de Solidariedade Social, um Centro Social Paroquial (IPSS), as Irmandades da Misericórdia/Santa Casa da Misericórdia da Golegã e Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, uma Casa do Povo (IPSS).

Quadro 28 – Natureza jurídica das entidades gestoras (n.º), 2021

Tipologia da Entidade Gestora	N.º
Com Fins Lucrativos (CFL)	0
Sem Fins Lucrativos (SFL)	8
Total	8

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

3.2. Âmbito de intervenção

As entidades recenseadas, muito embora desenvolvendo a sua intervenção no concelho da Golegã, apresentam âmbitos de intervenção geográficos diversos. Importa, desde logo, notar que 3 entidades não têm o seu âmbito de intervenção circunscrito ao concelho, uma vez que 2 entidades apresentam efetivamente um âmbito nacional (APAV e Santa Casa da Misericórdia da Golegã) e 1 tem um âmbito de intervenção à escala da região em que se insere (CSP da Golegã).

A Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga e a Casa do Povo de Pombalinho, apresentam um âmbito de intervenção concelho/local. Trata-se de entidades cuja oferta se apresenta substancialmente orientada para assegurar uma resposta às necessidades do dia-a-dia das populações que vivem ou trabalham no concelho, salvaguardando assim a existência de respostas de proximidade que possibilitam melhorar a qualidade de vida das populações.

Quadro 29 – Âmbito geográfico da intervenção da entidade, segundo a tipologia da entidade (n.º), 2021

Âmbito Geográfico	Tipologia da Entidade		
	Lucrativa	Não Lucrativa	Total
Nacional	0	2	2
Regional	0	1	1
Concelhio/Local	0	2	2
Total	0	5	5

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Verificam-se, no entanto, dissemelhanças no âmbito de intervenção da entidade, considerando os seus domínios de intervenção, de acordo com os inquéritos recebidos, designadamente:

- › No Domínio da Infância e Juventude verifica-se que o âmbito de atuação é exclusivamente concelhio/local (1 entidade);
- › No Domínio da População Adulta (Pessoas Idosas), e da Família e Comunidade as entidades têm um âmbito de atuação concelhio/local (2 entidades), e nacional (2);
- › No Domínio de Intervenção das Pessoas Vítimas de Violência, a entidade gestora tem um âmbito de intervenção nacional, situação que decorre da rarefação de entidades com intervenção nestes domínios, recorrendo nos concelhos da Lezíria do Tejo a uma única Equipa Móvel, com atendimento em dia e horas específicos em cada concelho.

Quadro 30 – Âmbito geográfico da intervenção da entidade, segundo o Domínio de Intervenção da entidade (n.º), 2021

Domínios de Intervenção	Âmbito Geográfico			Total
	Nacional	Regional	Concelhio/Local	
Infância e Juventude	0	0	1	1
Pessoas Idosas	1	0	2	3
Família e Comunidade	1	0	1	2
Pessoas Adultas com Deficiência	0	0	0	0
Pessoas Imigrantes	0	0	0	0
Pessoas Vítimas de Violência	1	0	0	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

3.3. Atividade

As entidades com atuação no concelho da Golegã desenvolvem a sua intervenção em quatro Domínios de Intervenção, designadamente:

- › Infância e Juventude;
- › Pessoas Idosas;
- › Família e Comunidade;
- › Pessoas Vítimas de Violência.

Estes Domínios de Intervenção revelam uma assinalável cobertura temática das principais problemáticas transversais à sociedade, quer em áreas de intervenção (educação, saúde/doença, pobreza e privação económica, violência, dependência e perda de autonomia), quer em públicos-alvo (crianças e jovens, idosos, adultos em geral, famílias, vítimas das mais diversificadas formas de violência).

A distribuição das entidades segundo o Domínio de Intervenção revela-se assimétrica, com o domínio da Família e Comunidade a ser o que apresenta uma maior concentração de entidades (4), ainda que em algumas situações funcionando em parceria. Seguem-se os Domínios de Intervenção correspondentes aos grupos etários convencionalmente mais vulneráveis, designadamente, Infância e Juventude e Pessoas Idosas, cada um dos quais contando com a atuação de 3 entidades gestoras, fator indissociável do crescimento do fenómeno de envelhecimento demográfico, a par de uma massificação das mulheres inseridas no mercado de trabalho, as quais tradicionalmente desempenhavam o papel de cuidadoras familiares informais quer das crianças e jovens quer dos familiares mais idosos. No domínio de intervenção das Pessoas Vítimas de Violência, verifica-se a intervenção de uma única entidade.

Importa ainda salientar que algumas entidades apresentam intervenções transversais a vários domínios de intervenção.

Quadro 31 – Entidades segundo o Domínio de Intervenção (n.º), 2021

Domínios de Intervenção	N.º
Infância e Juventude	3
Pessoas Idosas	3
Família e Comunidade	4
Pessoas Adultas com Deficiência	0
Pessoas Imigrantes	0
Pessoas Vítimas de Violência	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

3.4. Investimento Previsto

De acordo com o recenseamento realizado, verificou-se que 3 das 5 entidades proprietárias/gestoras de equipamentos, serviços e respostas sociais dispõem de investimentos programados a curto prazo, a realizar no horizonte temporal dos próximos 2 anos.

Este é um dado relevante, em particular atendendo ao contexto de pandemia e crise que se vive atualmente e que tem afetado amplamente o normal funcionamento da economia e da sociedade e de alguns equipamentos e respostas sociais, em particular.

Existem investimentos programados em diversas áreas, com particular relevância para a renovação e remodelação, objetivo de investimento de 1 entidade, em dois equipamentos. Outras 2 entidades indicaram ter investimentos programados em matéria de ampliação das instalações.

Releve-se a Casa do Povo do Pombalinho que pretende construir um novo equipamento, para alojar as valências de ERPI e Serviço de Apoio Domiciliário. O CSP de Golegã pretende ampliar as suas instalações. Enquanto a Santa casa da Misericórdia da Golegã, tem programados investimentos nos equipamentos “ERPI Francisco Mendes Brito” (ampliação das instalações e renovação e remodelação, possibilidade de abertura de uma unidade para pessoas com demência) e “ERPI Rodrigo Cunha Franco” (renovação e remodelação). A Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga pretende reabilitar o espaço do Salão. A sua requalificação irá permitir o desenvolvimento de variadas atividades, contribuindo para o desenvolvimento social e comunitário. É pretensão também criar uma resposta social permanente dirigida a idosos ou a outros públicos em situação de vulnerabilidade.

3.5. Potencialidades e Constrangimentos

A identificação da matriz de potencialidades e constrangimentos que se colocam às entidades proprietárias/gestoras dos equipamentos, serviços e respostas sociais constitui uma componente central da Carta Social, na medida em que permite identificar os principais desafios que estas enfrentam e antecipar eventuais medidas mitigadoras ou facilitadoras que garantam um harmonioso funcionamento da oferta social no território concelhio, no decurso dos próximos anos.

Três entidades referem constrangimentos para o exercício da sua atividade, designadamente, dificuldades financeiras, agudizadas pela situação pandémica atual (1 entidade gestora/proprietária), necessidades de manutenção e conservação do edificado ou substituição e aquisição de equipamentos (2 entidades gestoras/proprietárias).

Quadro 32 – Constrangimentos à atuação da Entidades, 2021

Entidade	Principais constrangimentos/ necessidades com que a Entidade se depara
Centro Social Paroquial de Golegã	Escassez de fundos influenciada pela situação pandémica COVID-19
Santa Casa da Misericórdia da Golegã - ERPI Francisco Mendes Brito - ERPI Rodrigo Cunha Franco	Edificado a necessitar de obras de requalificação e de ampliação em todo o edifício, de forma a criar melhores condições de habitabilidade, tanto a nível dos utentes como dos profissionais. Criar condições de acordo com legislação, no que concerne a Estruturas residenciais. Parque de viaturas envelhecido, necessidade de um transporte ligeiro, adaptado para cadeira de rodas. Atualização do sistema de chamada de enfermeira. Substituição de portas interiores e dotar os quartos de mobiliário mais funcional e adaptado ao público alvo.

Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga	As infraestruturas existentes, já com muitos anos, relacionadas com o edificado desta instituição encontram-se a necessitar de melhorias constantes.
--	--

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

As entidades sem fins lucrativos encontram-se associadas a menores margens de lucro nas receitas geradas, a par de dificuldades de financiamento, agravadas nos anos mais recentes, em resultado dos amplos cortes no investimento e financiamento público, e um acréscimo das despesas associadas à atual crise de saúde pública, que veio criar novas exigências em termos de plano de saúde interno, com múltiplas medidas de proteção à COVID-19.

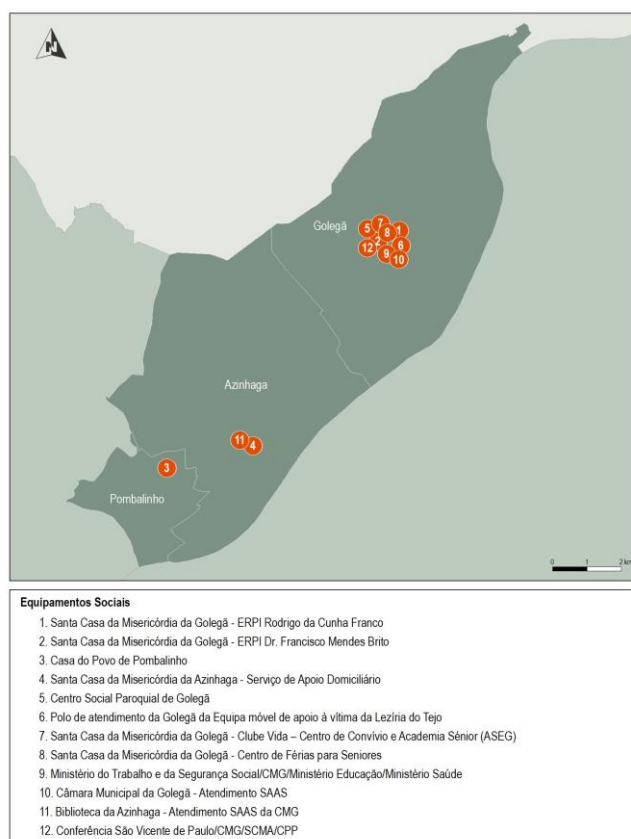
4. Caracterização dos equipamentos sociais

No contexto da Carta Social, entende-se por equipamento social *“toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais, ou, onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas”* (Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório de 2019, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social).

Com a adesão de Portugal à União Europeia (UE), em 1986, assistiu-se desde então a um processo de crescente preocupação com a coesão social, o que motivou, entre inúmeros outros aspetos, uma nova consciência coletiva para a importância da existência de uma rede alargada e qualificada de equipamentos sociais, com oferta de respostas sociais orientadas para as mais diversas necessidades sociais e públicos-alvo, numa sociedade em célere transformação, que visava superar os atrasos que o país então enfrentava, face aos demais Estados-Membros.

Foi neste contexto que se verificou uma gradual reorientação da política social, materializada num substancial investimento público em equipamentos sociais, que contribuiu de forma determinante para a ampliação, renovação e qualificação destas estruturas físicas. Nos anos mais recentes, a estratégia política tem ficado ainda mais marcada pelos desafios em garantir a crescente necessidade de proximidade dos equipamentos sociais às populações, num tempo marcado pelo forte envelhecimento demográfico, diversificação das situações de dependência e crescente necessidade de compatibilização da vida pessoal, familiar e laboral.

Figura 17 – Localização dos equipamentos sociais no concelho da Golegã, 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

4.1. Domínios de Atuação

Uma análise evolutiva dos dois recenseamentos realizados aos equipamentos sociais no concelho da Golegã, no âmbito das Cartas Sociais de 2010 e da atual, evidencia, uma triplicação dos equipamentos sociais no intervalo destes 13 anos, tendo passado de uma dotação de 4 equipamentos, em 2010, para 12, em 2023.

A análise da distribuição dos equipamentos sociais segundo os Domínios de intervenção carece de duas notas prévias. Primeiro salientar os desafios de realizar uma análise comparativa entre as duas Cartas Sociais, uma vez que a organização das respostas sociais conheceu alterações por Domínios de Intervenção. Segundo, notar que alguns equipamentos sociais agregam respostas sociais transversais a dois ou mais Domínios de Intervenção, pelo que o seu cumulativo excede o total de equipamentos sociais.

Os equipamentos sociais são na sua totalidade geridos por entidades sem fins lucrativos, o que evidencia a importância das entidades no Terceiro Setor do concelho da Golegã. A situação concelhia acompanha assim a tendência verificada a nível nacional.

4.2. Padrão locativo

A distribuição territorial dos equipamentos sociais no concelho da Golegã apresenta uma forte polarização na freguesia sede de concelho, que concentra 9 dos 12 equipamentos, enquanto a freguesia de Azinhaga tem 2 e Pombalinho têm apenas um equipamento⁴.

Quadro 33 – Equipamentos por freguesia, segundo a natureza jurídica da entidade (n.º), 2021

Freguesias	Natureza Jurídica da Entidade		
	Lucrativa	Não Lucrativa	Total
FR: Azinhaga	0	2	2
FR: Golegã	0	9	9
FR: Pombalinho	0	1	1
Total	0	12	12

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

⁴ A restante análise no âmbito da “Caracterização dos Equipamentos Sociais” não considerou os equipamentos desprovidos de inquéritos em tempo útil. Todavia, as respetivas respostas e serviços sociais são objeto de análise específica na “Caracterização das Respostas Sociais”.

4.3. Caracterização Geral

Início de Funcionamento

Os equipamentos sociais em atividade no concelho apresentam-se heterogéneos quanto ao ano de entrada em funcionamento, tendo iniciado o seu funcionamento ao longo de diferentes décadas do século XX (5), com exceção das instalações cedidas à APAV (sala), que são utilizadas com essa finalidade desde 2019.

O mais antigo é o equipamento da Casa do Povo do Pombalinho (década de 30 do século XX), seguido pelo CSP de Golegã que data dos anos 50 do século XX. Os restantes 3 equipamentos datam da segunda metade do século XX (anos 70, anos 80 e anos 90).

Instalações

A análise do perfil das instalações dos equipamentos sociais na Golegã evidencia que as respostas e serviços sociais são desenvolvidas a partir de edifícios (5 equipamentos) e salas (1 equipamento).

O tipo de construção do equipamento revela um equilíbrio entre os que foram adaptados para o uso de equipamento social (3), e aqueles construídos de raiz (3) para essa finalidade.

Quanto ao regime de ocupação do edifício, prevalece amplamente o regime de propriedade (5 equipamentos), encontrando-se apenas 1 equipamento social (sala) a funcionar em regime de cedência. As instalações não são consideradas temporárias em nenhum dos casos.

Figura 18 – Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, de construção e de ocupação do edifício (n.º), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

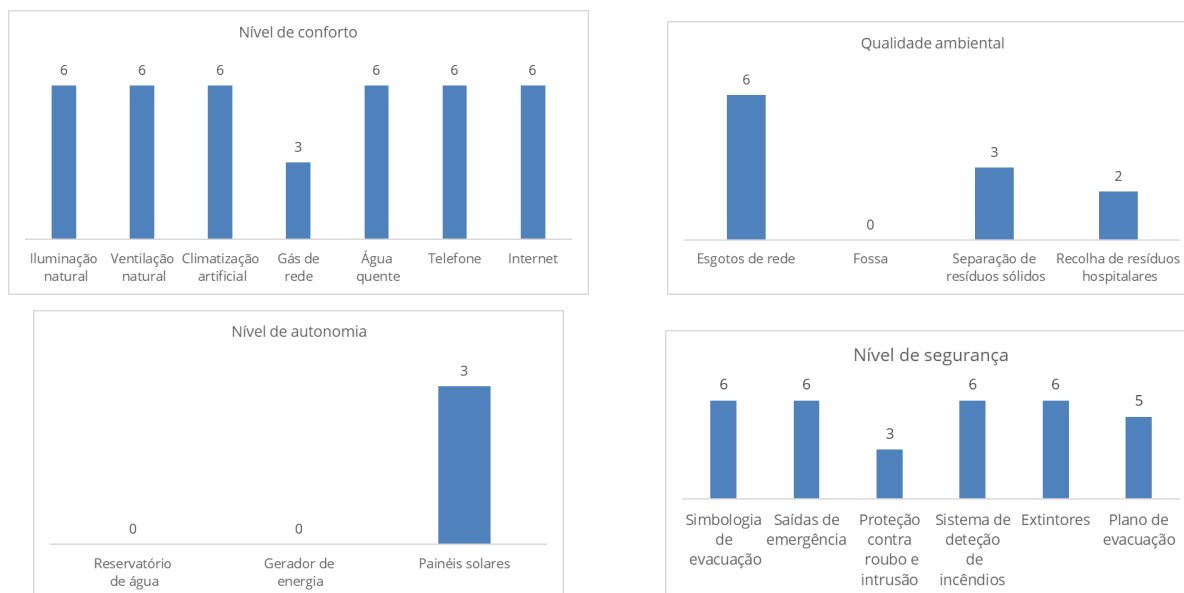
Avaliação das Condições de Funcionamento

A avaliação das condições de conforto dos equipamentos sociais é impreterível no âmbito do instrumento Carta Social, na medida em que permite efetuar um retrato atualizado dos designados fatores de conforto, identificar potenciais constrangimentos e subsequentemente reorientar opções futuras de investimento nestes equipamentos, designadamente, em matéria de recuperação, modernização e qualificação.

Globalmente, os equipamentos sociais no concelho da Golegã apresentam uma avaliação satisfatória do nível de conforto, dispondo da generalidade dos fatores de conforto considerados. De destacar que a totalidade dos 6 equipamentos recenseados dispõem de iluminação e ventilação natural, climatização artificial, água quente,

telefone e internet, sendo que 3 equipamentos não dispõem de gás de rede, podendo efetivamente esta situação resultar da existência de alternativas similares.

Figura 19 – Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento (n.º), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

As questões ambientais assumem atualmente uma importância sem precedentes, face ao impacte que as alterações climáticas registam na sustentabilidade dos ecossistemas, na economia, na saúde e bem-estar, assim como no equilíbrio das várias atividades humanas em todo o planeta. Num tempo marcado por compromissos ambiciosos e fulcrais em matéria ambiental, importa que as diversas atividades e setores mais do que assumirem compromissos ambientais ambiciosos, mitiguem a sua pegada ecológica.

Não obstante o contexto atual, na avaliação ambiental dos equipamentos sociais ressalta o facto de nas quatro dimensões consideradas, nenhuma delas ser concretizada pela totalidade dos equipamentos sociais. Apenas metade dos equipamentos sociais realizavam separação de resíduos sólidos, sintomático da persistência de uma parcela muito significativa dos equipamentos sociais desprovidos de uma das práticas mais elementares de adequada gestão ambiental pela preservação de recursos naturais que promove, mas também porque com a valorização dos resíduos contribuiu-se para uma redução do respetivo depósito em aterros.

Quanto à autonomia dos equipamentos sociais a avaliação realizada não se apresenta muito favorável, na medida em que apenas 3 equipamentos dispõem de painéis solares, e nenhum dos equipamentos tem geradores de energia e reservatório de água. Muito embora estes equipamentos de apoio à autonomia possam não ser cruciais num ou outro equipamento, de um modo geral, constituem-se um requisito crucial, na medida em que o seu funcionamento se deve verificar de forma regular e constante, não podendo fatores exógenos condicionar a existência de resposta. Acresce notar ainda a dupla importância de algumas destas componentes, como por exemplo os painéis solares, pelos ganhos ambientais que também possibilita.

Na avaliação das condições de funcionamento, o domínio da segurança é um dos que se apresenta mais favorável, indicativo do maior investimento e valorização das entidades gestoras/proprietárias nesta área. Com efeito, verifica-se que a totalidade dos equipamentos sociais dispõe de extintores, simbologia de evacuação, saídas de emergência e sistemas de deteção de incêndio, sendo que um equipamento não dispõe de plano de evacuação. Somente a proteção contra roubo e intrusão manifesta menor valorização e investimento por parte das entidades, verificando-se apenas em metade dos equipamentos sociais do município.

Acessibilidade

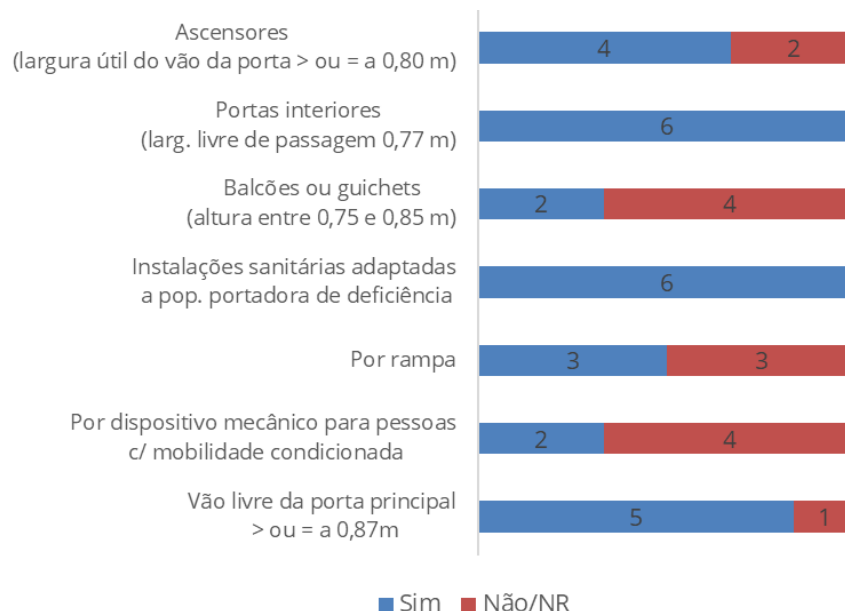
A acessibilidade aos equipamentos coletivos representa uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nos últimos anos, decorrente de uma vontade política inequívoca em promover a acessibilidade para todos, muitos têm sido as alterações introduzidas em matéria de enquadramento legal e de ordenamento jurídico-administrativo, o que tem motivado melhorias substanciais na promoção do acesso para todos, assim como a existência de mais e mais eficazes mecanismos fiscalizadores e sancionatórios. Não obstante os ganhos alcançados, a eficácia das medidas legais e técnicas adotadas encontra-se estreitamente dependente da responsabilização e mobilização de todos os atores envolvidos, assim como da sociedade civil.

As condições de mobilidade no edifício apresentam-se globalmente positivas, com a totalidade dos equipamentos a disporem de instalações sanitárias adaptadas a população portadora de deficiência, de portas interiores, com largura livre de passagem de 0,77 m; quatro equipamentos referem a existência de ascensores (largura útil do vão da porta > ou = a 0,80 m). Persistem, no entanto, algumas lacunas, com 4 equipamentos sociais que não apresentam balcões/guichets (altura entre 0,75 e 0,85 m).

No que trata às condições de acessibilidade ao edifício de pessoas com mobilidade condicionada, apenas 3 equipamentos sociais indicaram dispor de acesso por rampa, e 2 equipamentos têm acesso por dispositivo mecânico, sendo que apenas um equipamento apresenta as duas possibilidades de acesso (rampa e dispositivo mecânico).

A quase totalidade dos equipamentos apresentam vão livre da porta principal superior ou igual a 0,87m (5 equipamentos), no equipamento que não tem estas condições é referida a possibilidade da sua adaptação com pequenos ajustes.

Figura 20 – Condições de mobilidade no edifício, pessoas com mobilidade condicionada (n.º), 2021

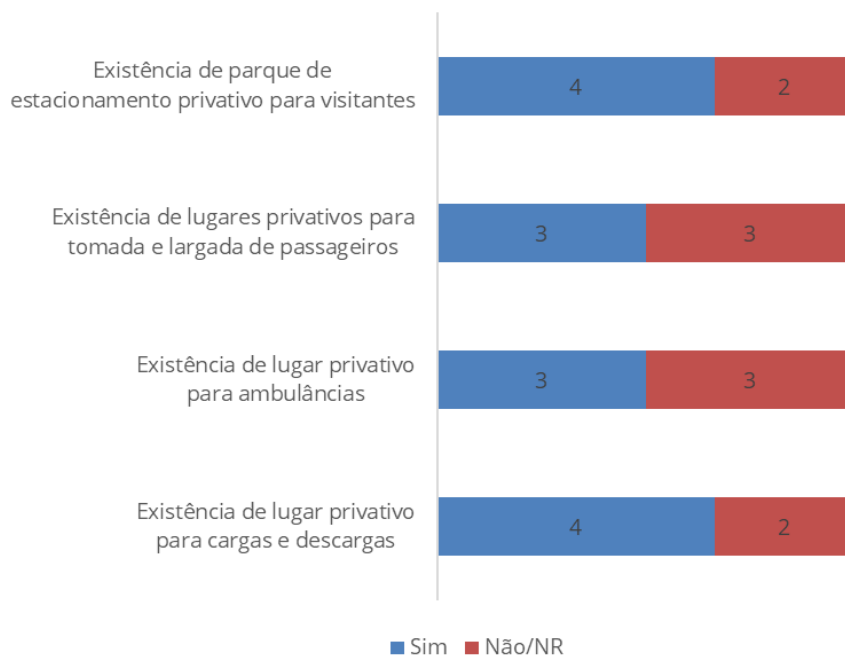


Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Uma avaliação mais abrangente das condições de acesso ao edifício revela uma situação global intermédia, verificando-se para as quatro dimensões de análise consideradas, que apenas cerca de metade dos equipamentos dispõe destas condições de acesso. Assim, 4 equipamentos apresentam a existência de lugar privativo para cargas e descargas e parque de estacionamento privativo para visitantes (36 lugares, 6 destes para cidadãos portadores

de deficiência). Metade dos equipamentos (3) tem lugares privativos para a tomada e largada de passageiros (5 lugares, 2 destes para cidadãos portadores de deficiência), e lugares para ambulância.

Figura 21 – Condições de acesso ao edifício (n.º), 2021

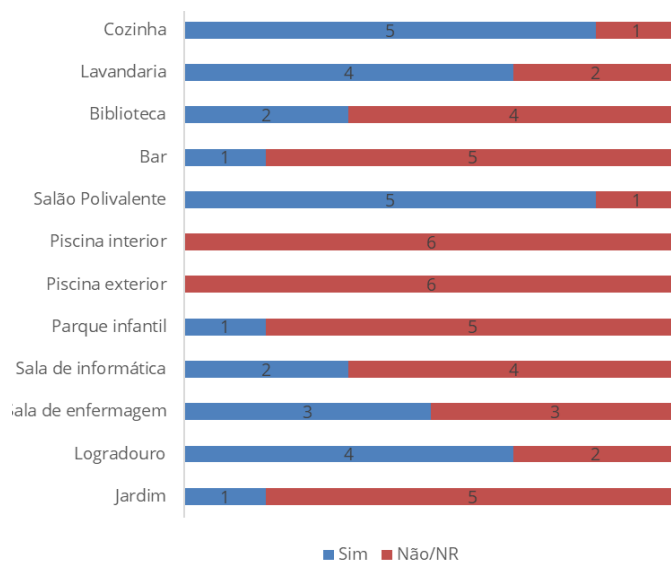


Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Funcionalidades

Em 2021, os equipamentos sociais existentes no concelho apresentavam-se substancialmente heterogéneos, dispondo de funcionalidades distintas. A cozinha e o salão polivalente constituíam as funcionalidades mais comuns, existentes em 5 equipamentos. Seguiu-se a lavandaria e o logradouro funcionalidades existente em 4 equipamentos e a sala de enfermagem, existente em 3 equipamentos sociais. Coexistem ainda outras funcionalidades pouco frequentes, o que em algumas situações decorre da sua função, mas em outros evidencia as lacunas existentes na oferta social concelhia.

Figura 22 – Funcionalidades dos equipamentos (n.º), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Foram ainda identificadas diversas outras funcionalidades como uma capela, ginásio, ou um parque geriátrico.

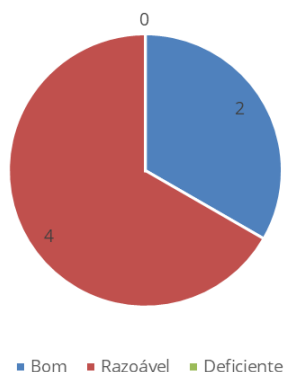
Quanto à instituição/entidade gestora disponibilizar ou poder vir a disponibilizar alguns dos espaços do respetivo equipamento para atividades e fins exteriores à sua própria atividade, 4 dos equipamentos estão em condições de fazê-lo:

- › Auditório e sala polivalente para palestras e formação (APAV);
- › Salão com palco (Casa do Povo do Pombalinho);
- › Anexo da capela; Pátio com apoio de bar, Instalações sanitárias e palco (Santa Casa da Misericórdia da Golegã);
- › Celeiro e Salão da Instituição (Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga).

A avaliação das condições de operacionalidade permite verificar que a totalidade das entidades considerava que o espaço que utilizam reúne condições adequadas para o serviço e resposta social que desenvolvem.

De acordo com a perceção das entidades proprietárias/gestoras dos equipamentos sociais, o estado de conservação dos equipamentos acolheu uma avaliação amplamente favorável, com 2 equipamentos a serem avaliados como tendo um bom estado de conservação, outros 4 equipamentos com razoável, não existindo equipamentos com avaliação deficiente.

Figura 23 – Estado de conservação dos equipamentos (n.º), 2021



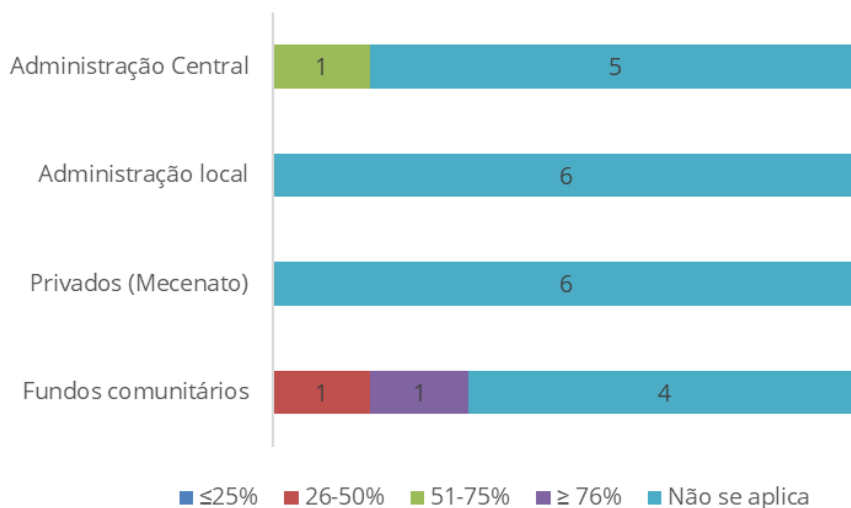
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Financiamento

O financiamento das entidades gestoras e proprietárias dos equipamentos representa uma questão central na caracterização e análise dos equipamentos, serviços e de respostas sociais, uma vez que a sequência de contextos de crise económica de natureza diversa tende a manifestar amplo impacto na sustentabilidade e viabilidade económica dos equipamentos sociais.

Numa primeira leitura, de âmbito geral, sobre o financiamento utilizado para criação/aquisição das instalações, verifica-se que metade das entidades gestoras e proprietárias de equipamentos, serviços e respostas sociais na Golegã não foram responsáveis pela construção de raiz do edificado onde desenvolvem a sua atividade, utilizando instalações adaptadas para o efeito. As 3 instalações/equipamentos construídos de raiz socorreram-se da administração central e/ou de fundos comunitários como fonte parcial de financiamento.

Figura 24 – Fontes de financiamento utilizadas para criação/aquisição das instalações (n.º), 2021

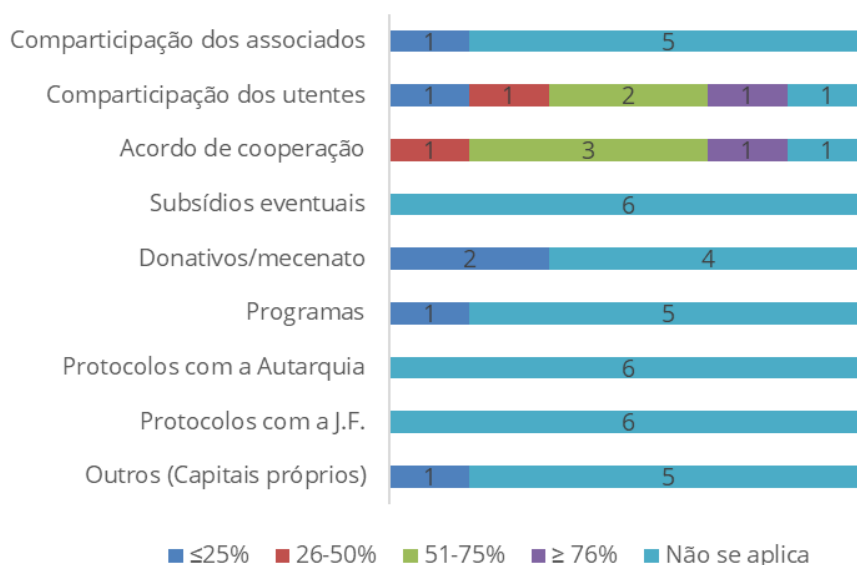


Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

No que trata às fontes de financiamento utilizadas para o funcionamento dos equipamentos, são diversificadas as tipologias de financiamento identificadas.

Não obstante, a comparticipação dos utentes e os Acordos de Cooperação com a Segurança Social representam as duas principais fontes de financiamento, identificadas em 5 equipamentos. Para além destas tipologias de financiamento surgem, com menor relevância os donativos/mecenato (2 equipamentos), o financiamento proveniente de Programas (1 equipamento) e capitais próprios (1 equipamento). Os Acordos de Cooperação têm um contributo fundamental para o funcionamento destes equipamentos com pesos superiores a 50%, na maioria dos casos.

Figura 25 – Fontes de financiamento utilizadas para o funcionamento do equipamento (n.º), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Investimentos

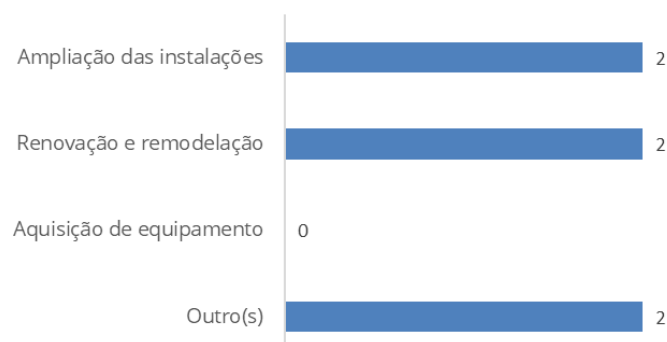
A importância dos investimentos constitui-se inequívoca em qualquer setor de atividade, sendo determinante para garantir a continuidade de melhoria na qualidade, segurança, eficiência e sustentabilidade da oferta.

Atualmente, a maioria dos equipamentos sociais (4) tem investimentos programados a curto prazo, para o horizonte temporal dos próximos 2 anos, um valor assinalável, no contexto económico atual, resultado da crise pandémica da COVID-19. À margem do contexto sanitário atual, o Terceiro Setor, na sua globalidade, tende a confrontar-se com sérios desafios de sustentabilidade económica, reduzindo subsequentemente a sua capacidade de investimento e expansão.

Entre as entidades que responderam afirmativamente, os investimentos programados para os próximos 2 anos, repartem-se em três tipologias, com prevalência das ações de renovação e de remodelação e/ou de ampliação das instalações, referidas em 3 equipamentos.

Releve-se que a Casa do Povo do Pombalinho prevê a construção de um novo equipamento, para as respostas Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário, e a Santa Casa da Misericórdia da Golegã, nas instalações da ERPI Francisco Mendes Brito, prevê a criação de uma Unidade para pessoas com demência, caso consiga financiamento para tal. A Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga pretende a reabilitação do espaço do salão e a criação de uma resposta social permanente dirigida a idosos ou a outros públicos em situação de vulnerabilidade.

Figura 26 – Tipologia de investimentos programados a curto prazo (n.º), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

4.4. Recursos Humanos

No concelho da Golegã, 6 equipamentos com respostas sociais agregam um total de 114 recursos humanos, uma vez que não foi obtida informação em tempo útil para os demais equipamentos. De acordo com dados que se reportam a março de 2021, os recursos humanos variam entre um mínimo de 4 (APAV) e um máximo de 53 (ERPI Rodrigo Cunha Franco- SCM Golegã), o que se traduz numa dotação média de 16 trabalhadores por equipamento.

A estrutura de recursos humanos dos equipamentos sociais evidencia uma prevalência dos de pequena dimensão, uma vez que 5 dos equipamentos emprega menos de 20 trabalhadores e dois deles empregam menos de 10 pessoas.

No concelho, não existem equipamentos sociais de grande dimensão, em que a estrutura de recursos humanos ultrapassa os 250 trabalhadores, aspeto naturalmente compreensível face à dimensão populacional do concelho e sua inserção territorial.

Quadro 34 – Dimensão dos equipamentos, segundo o número de recursos humanos (n.º/%), 2021

Dimensão dos equipamentos	Equipamentos (n.º)	Recursos humanos (n.º)	Recursos humanos (%)
Micro (≤ 10)	2	11	33%
Pequena (entre 11 e 50)	3	50	50%
Média (entre 51 e 250)	1	53	17%
Total	6	114	100

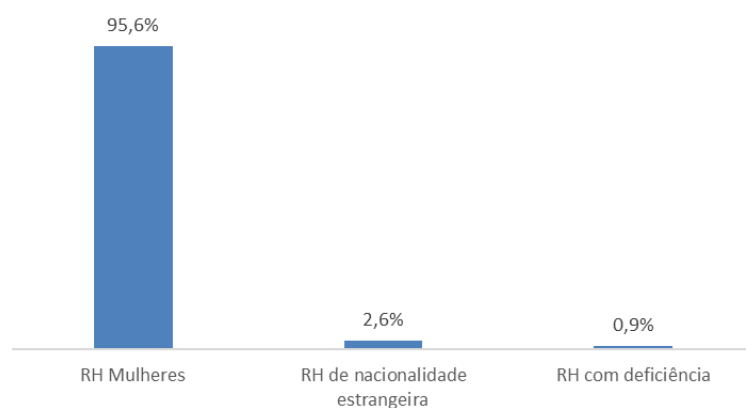
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Considerando o total de equipamentos sociais existentes no concelho, o perfil dos trabalhadores evidenciava uma preponderância das mulheres (109 trabalhadores do sexo feminino, correspondentes a cerca de 96%). Estes dados são indicativos da persistência de baixa taxa de atividade masculina no Terceiro Setor e predominância feminina nas atividades que envolvem cuidados pessoais. A inserção de trabalhadores com deficiência nos equipamentos

sociais do concelho, constitui-se atualmente residual, uma vez que apenas 1 equipamento apresenta um trabalhador com esta condição.

A inserção de trabalhadores de nacionalidade estrangeira nos equipamentos sociais do concelho, em março de 2021, constituía-se como uma realidade igualmente residual, com 2 equipamentos a recorrerem a trabalhadores de nacionalidade estrangeiras, num total de 3 trabalhadores, correspondentes a cerca de 3% do total de recursos humanos afetos ao setor social concelhio.

Figura 27 – Perfil dos recursos humanos afetos aos equipamentos sociais (%), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Segundo as entidades gestoras, a dotação de recursos humanos por equipamento apresenta-se adequada na maioria dos equipamentos sociais (5 equipamentos).

(página propositadamente deixada em branco)

5. Caracterização das respostas sociais

Em 2021, a oferta de respostas e serviços sociais no concelho da Golegã distribui-se por 4 domínios de intervenção, orientados para públicos-alvo específicos, totalizando uma oferta global de 15 respostas e serviços sociais. A oferta existente, muito embora não se constituindo substancialmente ampla, apresenta uma repartição pelas áreas de vida centrais do apoio social e revelam um alargamento à população sénior, em resultado do seu crescimento nos últimos anos.

Na tabela seguinte apresenta-se a estrutura da rede de serviços e respostas sociais, segundo os respetivos domínios de intervenção, cuja análise detalhada é desenvolvida de seguida.

Quadro 35 – Oferta de respostas e serviços sociais, por Domínio de Intervenção no concelho da Golegã, 2021

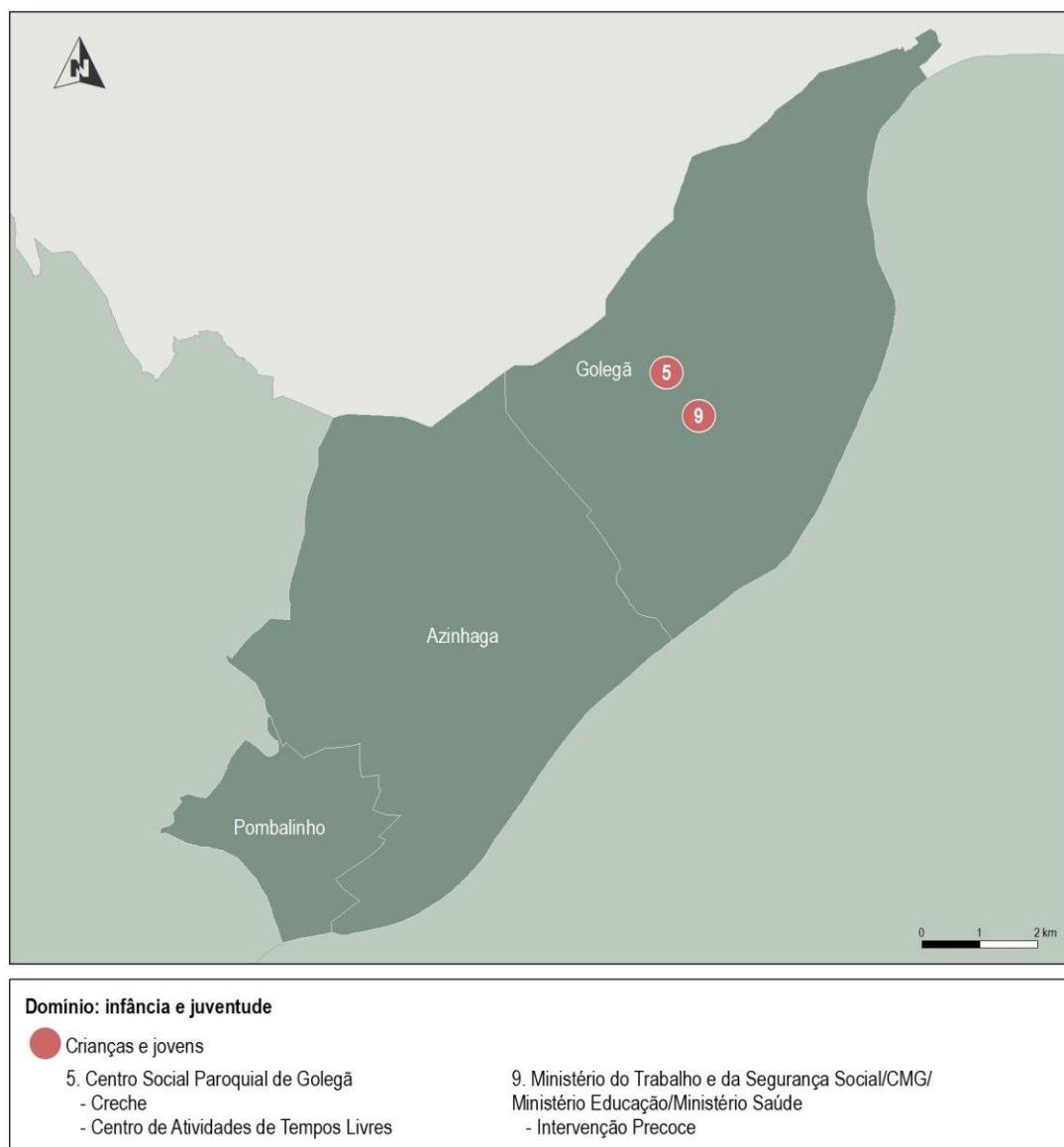
Domínios de Intervenção	Respostas e Serviços Sociais
Infância e Juventude	Creche
	Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)
	Intervenção Precoce
Pessoas Idosas	Academia Sénior
	Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos (CATEI)
	Centro de Convívio
	Centro de Dia
	Centro de Férias
	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)
	Aldeamento Nossa Senhora das Misericórdias – Sénior Residence
	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)
Família e Comunidade	Ajuda Alimentar
	Cantina Social
	Centro Comunitário
	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)
Pessoas Vítimas de Violência	Centro de Atendimento

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

5.1. Infância e Juventude

O Domínio da Infância e Juventude agrega respostas dirigidas a crianças e jovens em situações diversas, as crianças e jovens em geral, as crianças e jovens portadoras de deficiência ou em situação de risco. Neste domínio foram identificadas 3 tipologias de respostas sociais no concelho especificamente orientadas para este público-alvo nomeadamente, uma Creche, um Centro de Atividades de Tempos Livres e a Intervenção Precoce.

Figura 28 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o Domínio de Intervenção da Infância e Juventude, no concelho da Golegã, 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

5.1.1. Creche

A creche constitui uma resposta social de âmbito socioeducativo, destinada a crianças até aos três anos de idade e visa proporcionar às crianças condições adequadas para o seu desenvolvimento, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto. Esta resposta social encontra-se vocacionada para o apoio à criança e para a cooperação com as famílias/os responsáveis pela guarda de facto das crianças no seu processo educativo (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existia 1 creche gerida por uma entidade não lucrativa

Em 2021, existia exclusivamente uma creche no concelho da Golegã, gerida pelo CSP de Golegã, uma entidade sem fins lucrativos. A creche tem uma localização central no município, situando-se na freguesia sede de concelho. Esta resposta já havia sido recenseada na Carta Social anterior, uma vez que está em funcionamento desde os anos 90 do século XX.

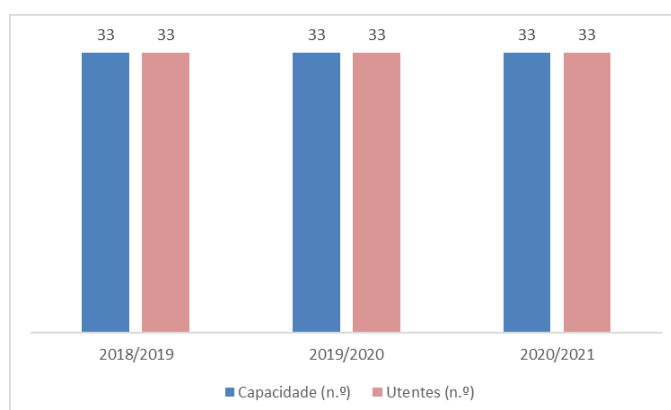
Procura estável nos últimos três anos

A resposta creche apresenta uma capacidade máxima instalada de 33 crianças até setembro de 2023, passando em outubro a 44 crianças. Uma análise do triénio 2019/2021, evidencia uma procura constante e uma lotação máxima, que poderá indicar efetivamente uma capacidade instalada no concelho insuficiente para apoiar as crianças e respetivas famílias com necessidades nesta área de intervenção.

Resposta social com uma taxa de cobertura de 31%, em 2021

A capacidade instalada nesta resposta social era de 33 lugares, sendo que eram 33 as crianças inscritas em 2021.

Figura 29 – Capacidade máxima e utentes da creche do CSP da Golegã (n.º), em 2018/2019 a 2020/2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Considerando a capacidade máxima instalada e o número de utentes atual, verifica-se uma taxa de ocupação de 100%, não existindo lugares disponíveis para responder a possíveis acréscimos da procura, encontrando-se a funcionar no limite da capacidade instalada (existem 3 crianças em lista de espera).

Considerando a procura efetiva (número de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 2 anos de idade, residentes no concelho da Golegã), à data dos Censos de 2021, bem como a capacidade máxima instalada, o município dispõe de uma taxa de cobertura de 30%.

Neste contexto importará notar que a Golegã, à semelhança dos demais municípios da Lezíria do Tejo, apresenta uma importante polarização dos mais recentes fluxos migratórios associados ao crescimento de algumas cidades médias no país e crescimento de alguns ramos da agricultura, em regiões onde o quantitativo de mão-de-obra nacional disponível é manifestamente insuficiente. Embora prevaleça um perfil de migrante jovem, em idade ativa e sem filhos, este é um fator a considerar na análise das respostas e serviços sociais para a Infância e Juventude, na medida em que poderá constituir fator de pressão acrescida, à semelhança de outros fatores em transformação, como a gradual consolidação dos modelos de trabalho à distância.

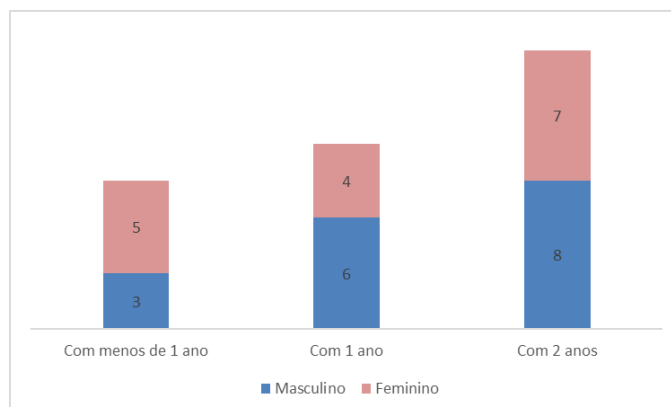
Prevalência de utentes proveniente da freguesia e aumento da procura com o aumento da idade

As creches constituem respostas sociais preferencialmente de nível local, devendo situar-se próximas das áreas de residência dos utentes, de forma a assegurar que estes efetuam deslocações de curta distância, fator da maior relevância para o seu desenvolvimento saudável e equilibrado.

Esta é uma realidade para as famílias/responsáveis pelas crianças no concelho da Golegã, como o demonstra a proveniência dominante dos utentes, uma vez que estes são provenientes maioritariamente da freguesia onde se localiza a resposta.

Quanto ao sexo, não se assinalam diferenças significativas, com as crianças do sexo masculino a representar 52% dos utentes. Pelo contrário, no que trata à idade dos utentes, existe uma forte relação entre o aumento da idade e o aumento da procura, sendo que a maioria das crianças inscritas tem 2 anos de idade (45% dos utentes).

Figura 30 – Utentes da creche, por sexo e grupo etário (n.º), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

O reduzido número de utentes até ao 1º ano de vida (24%) e o acréscimo substancial da procura a partir do primeiro ano de vida, é demonstrativo, por um lado, do uso das licenças parentais no país, mas também a preferência simultânea das famílias por outras opções, numa fase de especial importância do desenvolvimento infantil, a que acresce a menor capacidade dos berçários face às salas a partir da aquisição de marcha e dos custos financeiros elevados associados à resposta social. Com o aumento da idade, em geral, há uma valorização crescente do papel das creches na promoção de um harmonioso desenvolvimento infantil, o que motiva um acréscimo da procura desta resposta social.

Oferta diversificada de serviços complementares

Os serviços complementares prestados pela creche são diversificados e correspondem ao trabalho central e basilar da resposta social. Para além da confeção de refeições acresce a promoção de atividades musicais, lúdicas e desportivas.

As instalações da creche apresentam-se adequadas às suas especificidades

A creche do CSP da Golegã funciona em instalações em bom estado de conservação. A creche funciona num espaço construído de raiz para o efeito, e dispõe de espaços exclusivos para o seu funcionamento. Estreitamente associada a esta avaliação positiva, esta reúne as condições adequadas para a prestação do serviço, de acordo com as informações disponibilizadas pela entidade gestora.

Resposta social com prevalência de trabalhadores do sexo feminino

Em 2021, excetuando os cargos dirigentes, a creche empregava 10 trabalhadores a tempo inteiro (2 técnicos, 5 auxiliares, 1 administrativo, 2 recursos humanos não especificados), exclusivamente do sexo feminino.

Contexto de crise agudiza a dependência de apoios públicos para a realização de investimentos a curto prazo

O financiamento da resposta social creche, sendo uma entidade sem fins lucrativos, depende dos Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social (ISS), que abrangem os 33 utentes da creche.

A creche tem prevista a ampliação das suas instalações a curto prazo (2 anos), estando dependente do financiamento público.

Constrangimentos das creches marcados pela prevalência de limitações financeiras

Os constrangimentos apontados são as dificuldades financeiras particularmente emergentes no contexto pós-pandémico.

5.1.2. Centro de Atividades de Tempos Livres

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, funciona um 1 CATL no concelho, gerido pelo Centro Social Paroquial da Golegã

Em 2021, existia uma resposta social de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), assegurada pelo CSP da Golegã (entidade SFL), desde os anos 80 do século XX e localizada na freguesia sede de concelho. Trata-se de uma oferta com largos anos de experiência e claramente consolidada no concelho.

Importa notar que no concelho existem ainda outras respostas similares, mas que em resultado das suas especificidades (por exemplo, idade do público-alvo e) não integra a resposta social de CATL aqui analisada. Trata-se de uma oferta gerida pela Câmara Municipal da Golegã (CMG)/Agrupamento de Escolas Golegã, Azinhaga e Pombalinho (AEGAP) e pela Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga.

Durante o período laboral dos pais e dada a ampla consciencialização da eficiência de um acompanhamento adequado nestas faixas etárias no combate a problemáticas sociais futuras, como o abandono precoce e o insucesso escolar, esta resposta social é de extrema importância. Pese embora as restantes freguesias do concelho não terem oferta desta resposta social, verifica-se que a oferta suplanta a procura.

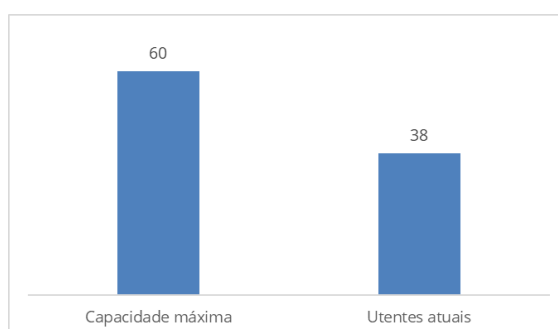
A Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga oferecia esta tipologia de resposta social, com capacidade para 20 crianças, aquando da anterior Carta Social municipal.

Resposta social com uma taxa de ocupação de 61%, em 2021

A capacidade instalada nesta resposta social é de 60 lugares, enquanto o quantitativo de utentes situava-se nos 38 utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação de 61% dos lugares disponíveis em CATL. O concelho dispõe assim de uma taxa de ocupação que permite acompanhar evoluções positivas da procura (existência de 22 lugares disponíveis).

No triénio 2019 a 2021, o número de crianças e jovens no CATL estabilizou nos 38 utentes.

Figura 31 – Capacidade máxima e utentes do CATL, (n.º), 2021



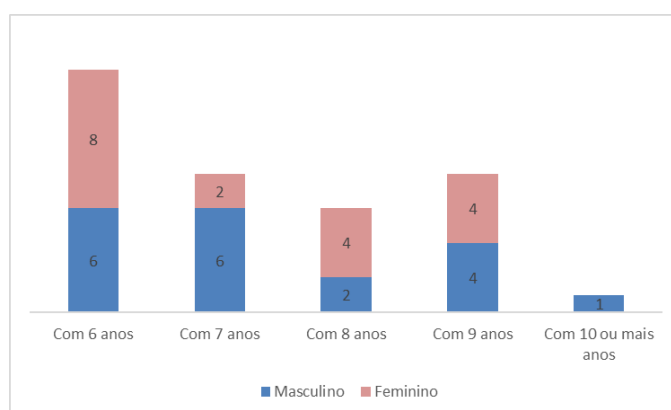
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Prevalência de utentes provenientes maioritariamente da freguesia

Maioritariamente os utentes dos CATL são provenientes da própria freguesia onde equipamento se localiza, freguesia sede de concelho. O CATL dá resposta a crianças a partir dos 6 anos de idade e/ou que estejam inseridos no 1º Ciclo do Ensino Básico da Golegã. Verifica-se um equilíbrio entre o número de crianças do sexo masculino e feminino, com ligeira primazia dos utentes do sexo masculino. Relativamente à idade, as crianças com 6 anos representam 38% do total.

Os benefícios decorrentes da primazia por respostas educativas e sociais para a infância que exponham as crianças a curtas distâncias percorridas nas pendularizações quotidianas são amplamente bem conhecidas e justificam a prevalência de utentes dos CATL provenientes da própria freguesia. Acresce que o transporte de crianças, quando assegurado por estas respostas sociais, tende a apresentar custos significativos para os agregados familiares, pelo que reforça a preferência por opções locais.

Figura 32 – Utes dos CATL por grupo etário (n.º), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

No que trata ao grupo de crianças com 10 ou mais anos, a que se encontra frequentemente associada uma mudança para o 2º Ciclo do Ensino Básico e tem associado maiores níveis de autonomia, verifica-se uma quebra significativa da procura desta resposta por parte das famílias.

Resposta social nevrálgica durante os períodos de interrupções letivas e férias, os serviços complementares prestados pelo CATL encontram-se amplamente centrados na prestação de apoio e acompanhamento das crianças durante o período laboral dos seus pais ou responsáveis. Neste CATL são asseguradas atividades lúdicas e desportivas e é disponibilizado às crianças o acesso à internet, evidência que decorre de um contexto de crescente valorização dos recursos tecnológicos e digitais.

As atividades de férias são igualmente asseguradas, constituindo-se como uma resposta social de importância nevrálgica no acompanhamento das crianças durante os períodos de interrupções letivas e férias.

Instalações adequadas às suas especificidades da resposta

As instalações do CATL apresentam um estado de conservação razoável. A resposta funciona em espaços construídos de raiz para o efeito, sendo que dispõe de espaços exclusivos, de acordo com as informações disponibilizadas pela gestão.

A entidade gestora considera que o espaço de funcionamento da resposta social reúne as condições adequadas para a prestação do serviço.

Perfil de trabalhadores marcado pela primazia de indivíduos do sexo feminino

Em 2021, a resposta social de CATL totalizava 7 recursos humanos, não contabilizando os dirigentes: 2 técnicos, 1 administrativo, 2 auxiliares e 2 trabalhador incluído na categoria “outros”, todos eles do sexo feminino.

Contexto atual de crise desfavorável à realização de investimentos a curto prazo

O financiamento desta resposta social é feito com base no Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social (ISS), complementado com as mensalidades dos utentes. O funcionamento dos CATL pauta-se ainda pela existência de projetos em parceria com outras instituições, sintomático da prevalência de um contexto de interação entre as organizações como a Câmara Municipal de Golegã, a Escola Superior de Educação Santarém e a Escola Profissional de Torres Novas.

No âmbito do CATL não há investimentos programados, para um horizonte temporal de curto prazo. Muito embora os investimentos se constituam como nevrálgicos num quadro de contínua melhoria, ampliação e qualificação das respostas sociais, o contexto de incerteza económica, social e sanitária fundamenta os receios das entidades em investir, em particular nos próximos 2 anos.

Constrangimentos

A entidades gestora indica como constrangimento ao funcionamento da resposta social dificuldades financeiras devido a diminuição das mensalidades, causada pela situação pandémica atual.

5.1.3. Intervenção Precoce

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança (entre os 0 e os 6 anos de idade) e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitava, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social. (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2023, o concelho da Golegã dispunha de resposta de intervenção precoce para a infância

Em 2023, a Golegã dispunha de uma única resposta social no domínio da infância e juventude orientada para crianças com deficiência, a intervenção precoce. O concelho integra uma Equipa Local de Intervenção (ELI) do SNIPI (Serviço Nacional de Intervenção Precoce na Infância), a ELI Lezíria Norte juntamente com os concelhos de Chamusca, Alpiarça e Almeirim, de acordo com dados da Rede Social do Município.

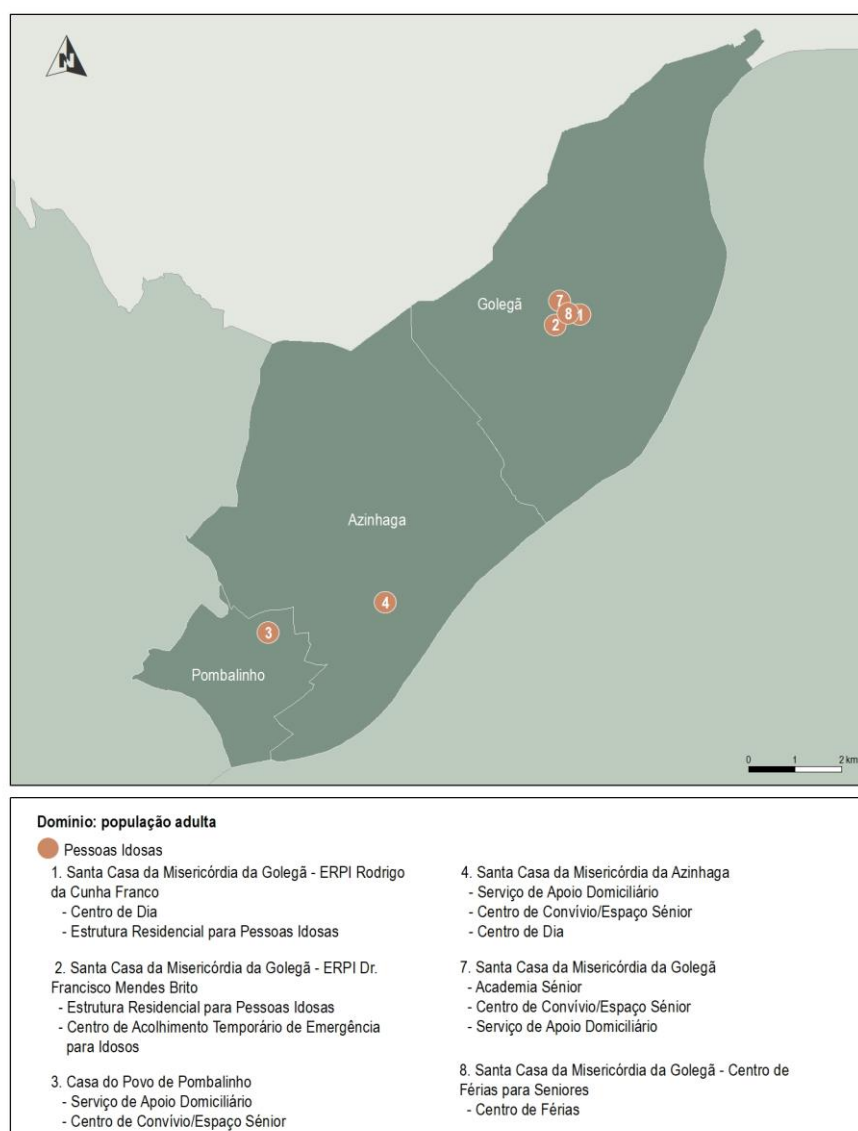
A ELI, embora com sede no Centro de Saúde Almeirim, assegura cobertura territorial a todo o concelho da Golegã. Em dezembro de 2023, registava um total de 18 utentes.

5.2. Pessoas idosas

O envelhecimento populacional representa uma problemática multidimensional que encerra em si mesmos diversos desafios. Um dos mais relevantes consiste na acentuada diversificação do perfil das pessoas maiores de 65 anos, em termos de níveis de escolaridade, inserção no mercado de trabalho, em atividades sociais ou culturais diversas, em termos familiares, quer no que trata à dimensão, ao seu papel mais ou menos ativo de suporte à família, mas também em termos de condição de saúde, fatores que concorrem para níveis de autonomia, independência e isolamento social distintos e que lhes atribuem condições muito díspares.

Subsequentemente, impõe-se cada vez mais a necessidade de diversificação das respostas e serviços orientados para pessoas idosas, adequando-os à sua crescente heterogeneidade, bem como à necessidade de promover um envelhecimento ativo, reduzir o isolamento e incentivar a intergeracionalidade, com vista a uma sociedade mais inclusiva. Neste domínio foram identificadas 7 tipologias de respostas sociais no concelho, especificamente orientadas para este público-alvo, o que faz deste o Domínio de Intervenção com maior densidade da oferta social.

Figura 33 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o Domínio de Intervenção Pessoas Idosas, no concelho da Golegã, 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Quadro 36 – Síntese da oferta de respostas e serviços sociais, para o Domínio de Intervenção Pessoas idosas, no concelho da Golegã, 2021

Domínios de Intervenção	Respostas e Serviços Sociais
Pessoas Idosas	Academia Sénior
	Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos (CATEI)
	Centro de Convívio
	Centro de Dia
	Centro de Férias
	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)
	Aldeamento Nossa Senhora das Misericórdias – Sénior Residence
	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

5.2.1. Academia Sénior

Esta não é uma resposta social formal ou com acordo com a Segurança Social. No entanto, por promover o combate ao isolamento e à exclusão social através da educação/formação (não certificada) contribui para a manutenção de uma vida social ativa da população sénior, por via do desenvolvimento de atividades socio-recreativas e culturais, o que justifica a sua inclusão e abordagem no presente documento.

Em 2023, existia uma Academia Sénior no concelho

Em 2023, existia uma Academia Sénior no concelho, localizada na freguesia da Golegã. Considerando os resultados da ação destas respostas sociais no envelhecimento ativo e no bem-estar dos cidadãos, as Academias Seniores desempenham considerável relevância na oferta social, especialmente considerando as transformações recentes verificadas no perfil deste público-alvo, pelo que a sua existência no concelho se constitui incontornavelmente como uma mais-valia.

A Academia Sénior tem como entidade gestora a Santa Casa da Misericórdia da Golegã.

Academia Sénior com uma taxa de ocupação de 100%

Em novembro de 2023, a Academia Sénior tinha uma capacidade máxima instalada de 75 lugares e registava 75 utentes. Por conseguinte, apresentava uma taxa de ocupação de 100%, não dispondo de lugares disponíveis que lhe permitam responder a eventuais acréscimos da procura.

No triénio 2020 a 2022, o quantitativo da procura tem-se mantido inalterado nos 75 utentes, evidenciando assim uma pressão assinalável da procura.

A Academia Sénior desenvolve atividades essencialmente centradas em componentes lúdicas e sócio recreativas. Na oferta desenvolvida, esta dispõe de uma considerável diversidade de disciplinas, tais como aulas de restauro, bordados, artes manuais, pintura decorativa, rendas e outras similares, mas também disciplinas nas áreas do teatro e da dança (por exemplo, Grupo de Cantares e Tocar e Grupo de Teatro), bem como do desporto e da saúde (tais como ginástica, hidroginástica, ioga e saúde) ou ainda de aulas de informática, inglês ou ciências para a vida. Trata-se de uma oferta bastante heterogénea que procura responder à crescente diversidade de interesses e gostos da população sénior.

Os serviços desenvolvidos contemplam ainda visitas culturais, almoços e lanches temáticos em datas comemorativas, serviços de estética e de bem-estar, acompanhamento técnico, apoio administrativo, serviço de fisioterapia e de reabilitação e animação sociocultural.

5.2.2. Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente de pessoas idosas em situação de risco social, podendo o acolhimento ser temporário ou permanente.

Em 2023, existia um Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos localizado na freguesia da Golegã

Em 2023, a Golegã dispunha de um Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos (CATEI), o qual apresentava um padrão locativo central, localizando-se na freguesia sede de concelho.

Destinada ao acolhimento temporário de pessoas idosas em emergência, da responsabilidade da Segurança Social (seleção e encaminhamento), o CATEI desempenha um papel tanto nevrálgico quanto singular, atendendo à rarefação desta tipologia de resposta social na região, embora seja ainda uma resposta frequentemente subvalorizada a nível nacional.

O aumento do envelhecimento populacional e crescente heterogeneidade de situações de vulnerabilidade social têm exigido um repensar das políticas e respostas sociais orientadas para a população idosa, de forma que estas assegurem a contínua qualificação das condições de vida deste segmento da população e garantam a defesa dos seus direitos.

Resposta social com uma taxa de ocupação de 100% que se manteve inalterada entre 2020 e 2023

Em 2023, a taxa de ocupação do CATEI era de 100%, uma vez que registava um total de 17 utentes e a capacidade máxima instalada era igualmente de 17 lugares. A evolução da procura indica níveis persistentemente elevados, tendo-se verificado um quantitativo anual de 17 utentes no período entre 2020 e 2022, evidência da pressão assinalável que a resposta social enfrenta.

Estreitamente associado aos objetivos subjacentes ao CATEI, os serviços disponibilizados apresentam-se diversos, desde serviços essenciais (tais como alimentação e nutrição, cuidados de higiene e conforto pessoal e serviços de lavandaria), a serviços na área da saúde (cuidados de saúde e enfermagem e serviço de fisioterapia e reabilitação), a serviços que visam a promoção do bem-estar psicológico e social dos utentes (como sendo o apoio religioso, a animação sociocultural e os serviços de estética e bem-estar), integrando ainda serviços de acompanhamento

técnico e apoio administrativo. Esta é assim uma resposta social estruturada para responder amplamente às necessidades das pessoas idosas em contextos de emergência, que procura garantir o seu bem-estar integral.

5.2.3. Centro de Convívio

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

(Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existiam 3 centros de convívio na Golegã com uma distribuição territorial homogénea

Em 2021, existem 3 centros de convívio no concelho geridos por entidades Sem Fins Lucrativos: Casa do Povo do Pombalinho, SCM da Golegã e SCM da Azinhaga. A distribuição territorial da oferta é homogénea, com um centro de convívio em cada uma das freguesias do concelho (Golegã, Azinhaga e Pombalinho).

Estas respostas já existiam na anterior Carta Social⁵, a SCM da Golegã e a SCM da Azinhaga, têm os Centros de Convívio em funcionamento desde os anos 90, enquanto o centro de convívio do Pombalinho data de 2007, por conseguinte, importa salientar a considerável experiência destas entidades nesta resposta social.

Contudo, desde 2015, que o Centro de Convívio da Casa do Povo do Pombalinho, funciona 5 dias/semana, com horário ininterrupto das 10h/16.30h, prestando serviços de Transporte, Alimentação (Almoço e Lanche), e Serviço de Animação/Socialização.

Resposta social com uma taxa de ocupação de 60%, em 2021

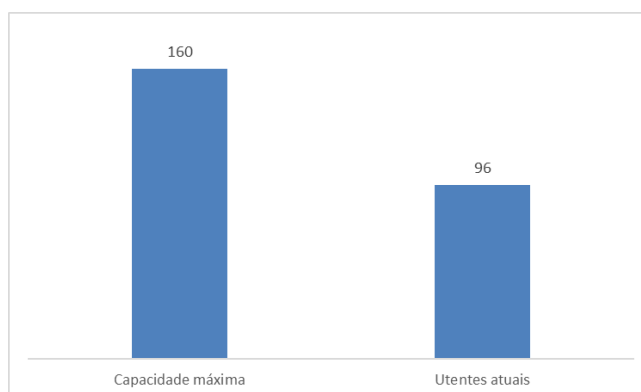
A capacidade instalada nesta resposta social é de 160 lugares, muito embora as três respostas sociais apresentem capacidades instaladas distintas, oscilando entre um número mínimo de 30 lugares (2 respostas) e um número máximo de 100 lugares (SCM da Golegã).

A distribuição da capacidade instalada era concordante com a territorialização da resposta social. Assim, a freguesia da Golegã apresenta a maior capacidade instalada (100 lugares correspondente a 62,5% da oferta global concelhia), enquanto a freguesia da Azinhaga e a Freguesia de Pombalinho têm capacidades instaladas idênticas (30 lugares, cada, o que representa 19% da oferta concelhia em cada freguesia).

O quantitativo de utentes em centro de convívio, em 2021, situava-se nos 96 utentes.

⁵ O Centro de Convívio do Pombalinho constava da Carta Social de Santarém, devido à anterior reorganização administrativa do território.

Figura 34 – Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de convívio (n.º), 2021



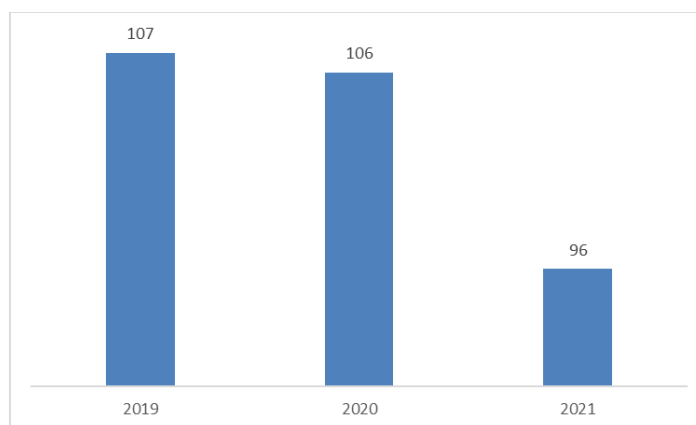
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Considerando a capacidade máxima instalada e o número de utentes atual, verifica-se uma taxa de ocupação de 60%, encontrando-se, portanto, disponíveis 64 lugares para responder a acréscimos da procura, existindo vagas em todos os centros de convívio.

Nos últimos 3 anos, o quantitativo de utentes diminuiu 10%

Os utentes diminuíram 10,3% no triénio 2019/2021, embora o ano de 2021 seja o responsável pelo maior decréscimo (9,4%), o que estará relacionado com a pandemia da doença COVID-19, e com a determinação do encerramento de algumas respostas direcionadas para idosos, como os centros de dia, as universidades seniores e os centros de convívio para idosos durante o estado de emergência.

Figura 35 – Utentes dos centros de convívio (n.º), entre 2019 e 2021



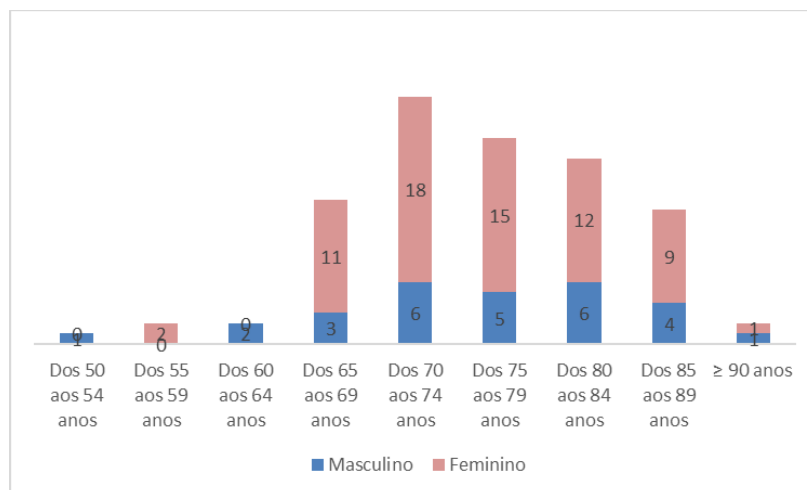
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Prevalência de utentes provenientes maioritariamente das freguesias onde estão inseridos

Os centros de convívio constituem respostas sociais preferencialmente de nível local, devendo situar-se próximas das áreas de residência dos utentes, de forma a assegurar que estes efetuam deslocações de curta distância, devido à idade avançada.

Quanto ao sexo dos utentes, assinala-se a clara prevalência das mulheres (71%). No que trata à idade dos mesmos, cerca de 65% dos utentes têm idades compreendidas entre os 70 e os 84 anos. Com o avançar da idade, em geral, há uma maior dificuldade na deslocação para estes centros e menor capacidade e predisposição natural para a realização de atividades propostas, o que motiva um decréscimo da procura desta resposta social nos estratos etários mais envelhecidos.

Figura 36 – Utentes dos centros de convívio por sexo e grupo etário (n.º), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Oferta diversificada de atividades e serviços complementares

Os serviços complementares prestados pelos centros de convívio são diversos, as atividades desportivas são disponibilizadas nos 3 centros, constituindo-se como os serviços complementares com maior relevância, enquanto as atividades musicais são disponibilizadas em dois deles, tal como a confeção de refeições (3 entidades servem lanches e 2 entidades servem almoços). Estes centros de convívio disponibilizam serviços e atividades adicionais, como: cabeleireiro, manualidades (por exemplo, bordados à mão, malhas, trapologia), acesso à internet, restauro, meditação, yoga.

As instalações dos centros de convívio apresentam-se amplamente adequadas às suas especificidades

Os centros de convívio no município funcionam maioritariamente em instalações em razoável estado de conservação, tendo 2 entidades gestoras/proprietárias indicado a classificação de “razoável”, enquanto uma entidade assinalou “bom”. Estreitamente associada a esta avaliação positiva, a totalidade dos centros funciona em espaços que reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço.

Verifica-se que apenas um dos centros funciona em espaço adaptado para as especificidades desta resposta social, e em todos eles a valência dispõe de espaços exclusivos, de acordo com as informações disponibilizadas pelos seus gestores.

Em 2021, os centros de convívio empregavam 17 trabalhadores no concelho, não contabilizando os dirigentes, 16 deles do sexo feminino.

Uma das entidades refere a existência de projetos em parceria com a Câmara Municipal da Golegã (hidroginástica) e com o Atelier Mestre Rui Fernandes (Módulo de Restauro).

Contexto atual de crise amplamente desfavorável à realização de investimentos a curto prazo

O financiamento da resposta social apresenta como principais fontes de financiamento os Acordos de Cooperação com a Segurança Social (3 entidades, que envolvem 100 utentes), e protocolos com a Câmara Municipal (1 entidade; 15 utentes).

Em 2021, apenas um centro de convívio (SCM Golegã) tem planeados investimentos para a resposta social, para um horizonte temporal curto (próximos 2 anos), nomeadamente para renovação e remodelação e aquisição de equipamento. Estes investimentos estão interligados com os constrangimentos à gestão apontados pela entidade gestora, nomeadamente a necessidade de requalificar alguns dos espaços ao nível da manutenção do edifício e ainda o equipamento estar dotado de um elevador para acesso aos pisos superiores, e serão financiados por capitais próprios da instituição.

O centro de convívio da Casa do Povo do Pombalinho aponta como constrangimento a falta de 1 animador sociocultural.

5.2.4. Centro de Dia

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar. (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existiam 2 centros de dia geridos pela Santa Casa da Misericórdia da Golegã e pela Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga

Em 2021, existem no município 2 respostas sociais de centro de dia orientados para as pessoas idosas, tratando-se de uma resposta social gerida exclusivamente por entidades SFL, concretamente as Irmandades da Misericórdia da Golegã e da Azinhaga. Os centros encontram-se localizados na freguesia sede de concelho e na freguesia da Azinhaga.

A oferta que desejavelmente deverá apresentar um âmbito de intervenção local, situando-se inserida nos territórios do quotidiano dos seus utentes, não existe na freguesia de Pombalinho.

A oferta de centros de dia caracteriza-se por apresentar um importante histórico de intervenção, na medida em que os centros de dia existentes já se encontravam em funcionamento aquando da realização da Carta Social da Golegã, em 2010, tendo iniciado o seu funcionamento em 1979 e 1999.

Não obstante a importância dos centros de dia para responder às necessidades de um segmento importante das pessoas idosas, a crescente heterogeneidade do perfil da população com 65 ou mais anos, a par de uma crescente diversificação de respostas e serviços sociais que têm surgido nos últimos anos, com vista a responder a procura

diferenciadas, não justificou a criação de centros de dia, não existindo procura que tenha justificado a criação de mais centros.

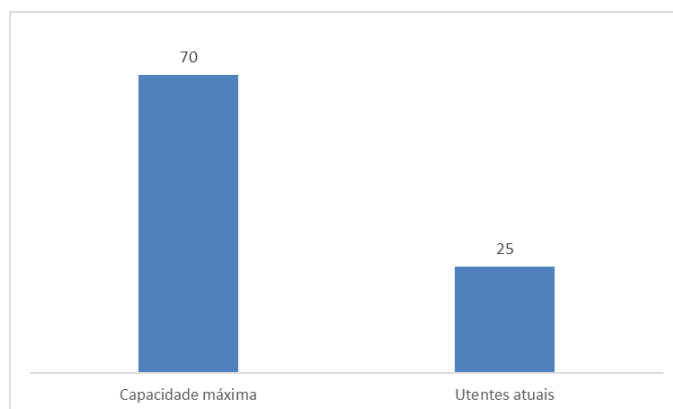
Resposta social com uma taxa de ocupação de 36%, em 2021

A capacidade instalada atualmente nesta resposta social é de 70 lugares, no entanto, em 2021, os centros de dia totalizavam apenas 25 utentes, o que resulta numa taxa de ocupação de 36%.

A procura é comparada nos dois centros (13 utentes na Azinhaga e 12 utentes na Golegã), embora a capacidade instalada seja diferente (40 lugares + 30 lugares), sendo de destacar que nenhuma delas se encontra a funcionar no limite da sua capacidade, dispondo, por conseguinte, de capacidade para responder a eventuais incrementos da procura.

Estes dois centros têm um horário de funcionamento compreendido entre as 8h30/9h30 da manhã e as 17h30.

Figura 37 – Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de dia (n.º), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

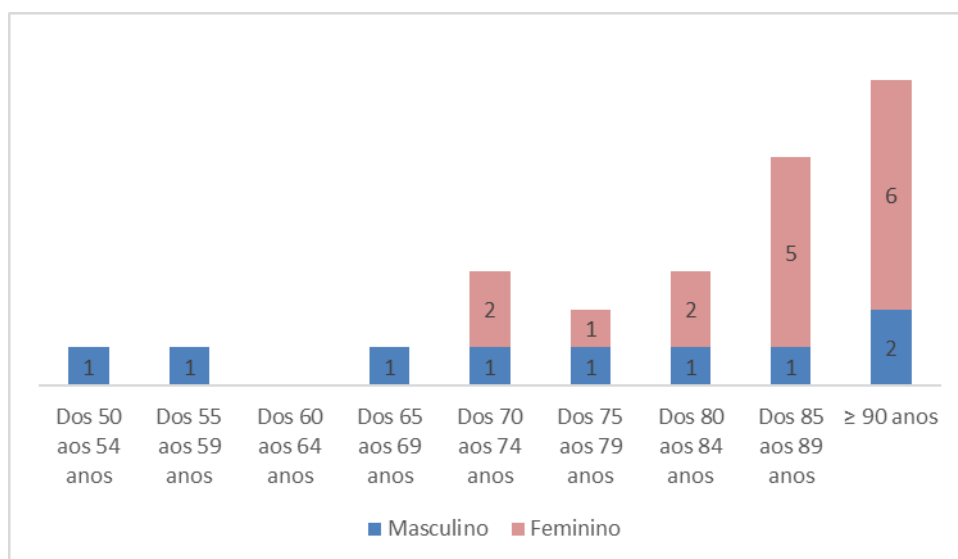
Prevalência de utentes provenientes maioritariamente da freguesia

Um aspeto comum aos dois centros de dia consiste no facto da maioria dos utentes serem provenientes da própria freguesia, onde o respetivo equipamento se localiza, reiterando, assim, tratar-se de uma resposta social preferencialmente de âmbito local.

Na análise do perfil dos utentes da presente resposta social, destaca-se o facto de esta atender sobretudo pessoas com idades mais avançadas (> 85 anos), em resultado da perda de autonomia e do maior isolamento social associado a estas idades.

O número de utentes apresenta uma marcante assimetria em função do sexo, verificando-se que os utentes do sexo feminino são os que mais procuram este tipo de resposta social (64%).

Figura 38 – Utentes dos centros de dia, por grupo etário (%), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Serviços complementares diversos e heterogêneos, com prevalência de atividades que visam responder às incapacidades associadas à perda de autonomia dos utentes

Com o propósito de assegurarem necessidades básicas dos utentes, assim como de garantir o seu bem-estar, os serviços complementares assegurados pelos centros de dia apresentavam-se heterogêneos. No entanto, como serviços comuns aos dois centros, destacavam-se o serviço de refeições, os cuidados de saúde e o acompanhamento psicológico.

As atividades desportivas, assim como as atividades culturais, serviço de transporte, tratamento roupas, higiene pessoal, animação, aquisição de bens e serviços são disponibilizados num dos centros, enquanto a outra resposta assegura fisioterapia e o serviço de cabeleireiro.

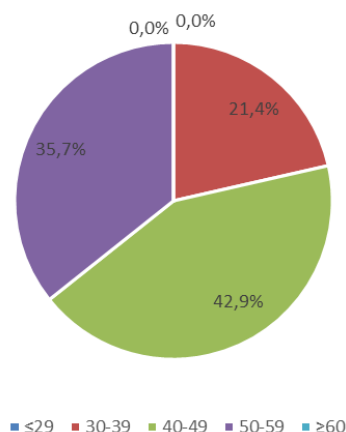
Centros de dia com bom estado de conservação

Os centros de dia dispunham de espaços exclusivos, sendo que as entidades gestoras efetuavam uma boa avaliação do estado de conservação das instalações, ambas construídas de raiz para o efeito. Em relação direta com estas duas variáveis, as entidades gestoras consideraram que o espaço onde funcionam os centros de dia reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço.

Perfil de trabalhadores afeto aos centros de dia com predominância de mulheres em idades ativas mais avançadas

Em 2021, a resposta centro de dia abrangia 14 recursos humanos no concelho (4 técnicos, 5 auxiliares, 2 administrativo e 3 outros trabalhadores não especificados). A análise do perfil dos trabalhadores evidencia que esta constituía uma área de trabalho dominada quase exclusivamente por mulheres, (apenas um trabalhador do sexo masculino).

Figura 39 – Perfil etário dos recursos humanos afetos aos centros de dia (5), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Esta constitui-se também inequivocamente como uma área de trabalho com prevalência de trabalhadores em idades mais avançadas, verificando-se um aumento gradual dos trabalhadores correlativo do aumento das faixas etárias.

Contexto atual de crise desfavorável à realização de investimentos a curto prazo

Os Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social (ISS) constituem a fonte de financiamento transversal à totalidade dos centros de dia, facto que reitera assim a dependência das transferências da Administração Central para se assegurar o funcionamento desta resposta social. Esta fonte de financiamento abrangia 48 de utentes.

Uma das entidades apresenta investimentos programados para o curto prazo, obras de renovação e remodelação e aquisição de equipamento, a realizar com capitais próprios.

Esta leitura é indissociável da quebra da procura que a resposta social registou, nos últimos 3 anos, e que a par do clima económico pautado por uma forte incerteza, compromete amplamente a capacidade de investimento das entidades, assim como subsequentemente limita o investimento contínuo na qualificação da oferta.

Constrangimentos financeiros agravados amplamente pela situação epidemiológica da COVID-19

As entidades gestoras/proprietárias dos centros de dia indicaram confrontar-se com constrangimentos no funcionamento da resposta social e à semelhança do observado em outras respostas sociais, pondo em causa a sustentabilidade financeira da resposta social. Os centros de dia, na qualidade de resposta social orientada para as pessoas idosas, registaram importantes reorientações ao seu funcionamento decorrentes da crise sanitária, com vista a reduzir potenciais casos de infeção ou mesmo surtos nos seus espaços. No conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da COVID-19, estas manifestaram particular impacto na redução de utentes, seja pela distância entre utentes exigida, seja pelo recurso aos serviços prestados no domicílio, seja pela crescente institucionalização de utentes, cuja saúde se deteriorou no seguimento dos constrangimentos físicos e psicológicos, entre outros.

A concertação da redução do quantitativo de utentes, a par da necessidade de cumprimento das exigências legais com a manutenção do equipamento e da resposta social, a que acresce ainda a prevalência de mensalidades reduzidas praticadas nestas respostas sociais, traduz-se num quadro de importantes constrangimentos financeiros.

A idade avançada dos utentes constitui outro importante constrangimento apontado, tornando mais exigentes os serviços prestados.

5.2.5. Centro de Férias

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a proporcionar estadias fora dos contextos do quotidiano a pessoas seniores visando uma quebra da rotina e o seu bem-estar físico, psicológico e social.

Em 2023, existia um Centro de Férias no concelho da Golegã

Em 2023, existia um centro de férias na Golegã, localizado na freguesia sede de concelho, o que lhe conferia um posicionamento central à escala concelhia.

Aquando da sua abertura, o centro de férias destinava-se para a população em geral, no entanto, a necessidade crescente de proporcionar estadias fora dos contextos do quotidiano a pessoas seniores visando uma quebra da rotina e o seu bem-estar físico, psicológico e social, em especial, aos seniores que desempenham funções de cuidadores informais e que se encontram em situação de sobrecarga física e emocional, pós-operatórios, situações de convalescença, férias, entre outros, tem motivado uma procura mais expressiva por parte deste segmento da população.

A satisfação das necessidades de lazer e a quebra de rotinas com saída da pessoa sénior dos seus contextos do quotidiano configura uma resposta da maior relevância para garantir o bem-estar integral deste grupo-alvo, especialmente porque com o fim da vida ativa e a entrada na reforma observa-se usualmente um maior isolamento social dos indivíduos e uma ocupação do tempo menos variada, o que efeitos negativos na saúde e bem-estar desta população.

Associado aos objetivos subjacentes ao funcionamento dos Centro de Férias, os serviços disponibilizados na presente resposta social apresentam-se diversos. Estes abrangem serviços essenciais (tais como alimentação e nutrição, cuidados de higiene e conforto pessoal e serviços de lavandaria), serviços na área da saúde (por exemplo, cuidados de saúde e enfermagem e serviço de fisioterapia e reabilitação), serviços que visam a promoção do bem-estar psicológico e social dos utentes (como sendo o apoio religioso, a animação sociocultural e os serviços de estética e bem-estar), integrando ainda serviços de acompanhamento técnico e apoio administrativo.

O Centro de Férias tem como entidade gestora a Santa Casa da Misericórdia da Golegã.

Centro de Férias com procura no limiar máximo da capacidade instalada no decurso dos últimos anos

A maior consciencialização social dos desafios inerentes ao envelhecimento e à fase da reforma que se tem verificado nos últimos anos, tem motivado uma crescente valorização das inúmeras formas de envelhecimento

ativo. Com efeito, em 2023, o Centro de Férias registava 21 utentes, quando a capacidade máxima instalada era de 21 lugares, pelo que se verificava uma taxa de ocupação de 100%. Esta situação tem-se mantido inalterada no decurso dos últimos anos, com a procura a manter-se persistentemente nos 21 utentes anualmente, desde o ano 2020 e, portanto, no limiar máximo da capacidade instalada.

Os níveis substancialmente elevados da procura que têm sido verificados a par com o crescimento expectável da população sénior nos próximos anos evidenciam a contínua relevância desta resposta social.

5.2.6. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Considera-se Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir uma das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existiam 2 ERPI, geridas pela Santa Casa da Misericórdia da Golegã

Em 2021, existem no município 2 respostas sociais de ERPI orientados para as pessoas idosas, ambas da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia da Golegã.

Concomitantemente, o concelho dispõe ainda de um Aldeamento N.º S.º das Misericórdias – Sénior Residence gerido pela Santa Casa da Misericórdia da Golegã (SMG). Com 24 residências assistidas, de tipologia T1 permite alojar até duas pessoas, direcionado para pessoas com 65 ou mais anos, no entanto, configura oferta de residências assistidas e, como tal, não integra a análise de ERPI seguidamente apresentada.

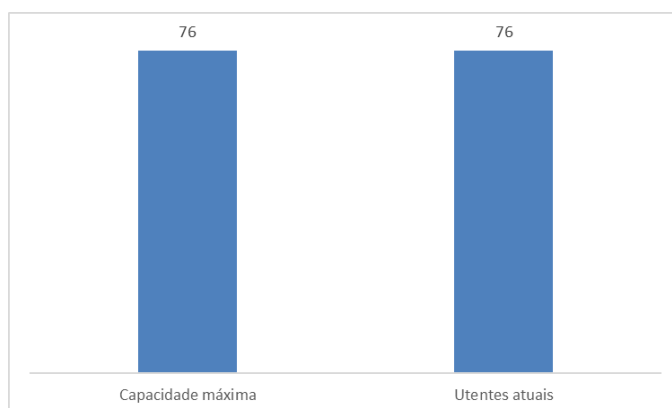
A oferta de ERPI existente no município é antiga, a ERPI Rodrigo da Cunha Franco entrou em funcionamento em 1973 e a ERPI Dr. Francisco Mendes Brito no ano de 1999. Os equipamentos estão localizados na freguesia sede do concelho.

O envelhecimento demográfico da população, a par de uma perda de autonomia e deterioração das suas condições físicas e psicológicas que as impedem de permanecerem nas suas próprias residências, acentua a necessidade de continuar a investir nesta resposta social.

Resposta social com uma taxa de ocupação de 100%, em 2021

A capacidade instalada atualmente nesta resposta social é de 59 lugares ERPI (52 ERPI Rodrigo Cunha Franco e 7 ERPI Dr. Francisco Mendes Brito), mais 24 residências assistidas, e atualmente as ERPI totalizavam o mesmo número de utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação de 100%, estas ERPI estão a funcionar no limite da capacidade instalada.

Figura 40 – Capacidade máxima e utentes atuais das ERPI (n.º), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

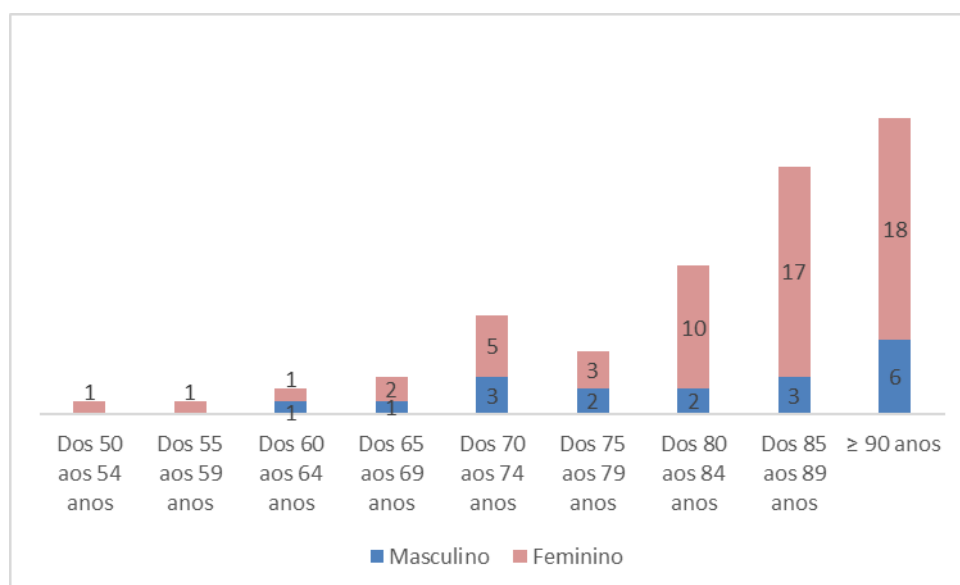
De acordo com a informação fornecida pela entidade gestora/proprietária no decurso do processo de recenseamento, não se identifica qualquer situação de sobrelotação no funcionamento destas respostas sociais, contudo é referida uma lista de espera de 218 pessoas.

De 2019 a 2023, as ERPI, permaneceram na sua lotação máxima, com 76 utentes (52+24 utentes).

As ERPI dão resposta maioritariamente a utentes provenientes da própria freguesia

O perfil dos utentes da presente resposta social encontra-se marcado pela preponderância dos indivíduos do sexo feminino (76%) e com 80 ou mais anos (74% do total de utentes).

Figura 41 – Utentes das ERPI, por grupo etário (%), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Serviços complementares diversos, embora com prevalência de serviços básicos

Os serviços complementares assegurados pelas ERPI apresentavam-se heterogéneos, com uma vasta diversidade de serviços e atividades proporcionadas aos utentes.

Os serviços que visam responder às necessidades básicas da população, como o serviço de refeições, tratamento de roupas, higienização, manutenção de espaços e os cuidados de saúde, são comuns às duas respostas sociais, tal como acontece com as atividades culturais e o culto religioso. A ERPI Rodrigo da Cunha Franco, com uma capacidade maior, tem uma oferta mais alargada, oferecendo outros serviços importantes para a saúde e cuidados pessoais e ocupação dos utentes da resposta social, tais como o acompanhamento psicológico, reabilitação/fisioterapia, nutrição, atividades desportivas e musicais, pedicure, cabeleireiro, acompanhamento a serviços.

ERPI a necessitarem de intervenção ao nível da conservação do espaço

As duas ERPI dispõem de espaços exclusivos, embora adaptados para o efeito. Em conjunto, as duas ERPI, disponibilizam 41 quartos.

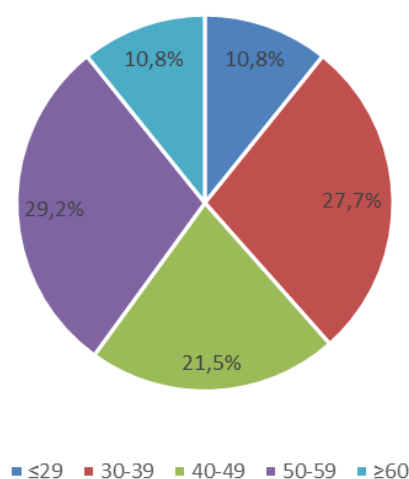
A ERPI Rodrigo da Cunha Franco apresenta um estado de conservação “razoável” e a ERPI RPI Dr. Francisco Mendes Brito “deficiente”, segundo a classificação da Santa Casa da Misericórdia da Golegã. Esta última funciona num espaço adaptado do antigo Hospital da Misericórdia, necessitando de obras de requalificação para este fim.

Não obstante, a entidades gestora considerou que os espaços onde funcionam as ERPI reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço.

Perfil de trabalhadores afeto às ERPI com primazia de mulheres em idades ativas mais avançadas

Em 2021, a resposta ERPI abrangia 65 recursos humanos no concelho, não contabilizando os 7 dirigentes. A análise do perfil dos trabalhadores evidencia que esta constituía uma área de trabalho dominada por mulheres. Foram recenseados 9 técnicos, 2 administrativos, 23 auxiliares e 31 recursos humanos com funções não especificadas.

Figura 42 – Perfil etário dos recursos humanos afetos às ERPI (%), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Esta constitui-se também como uma área de trabalho com prevalência de trabalhadores entre os 50 e os 59 anos, enquanto os maiores de 60 anos constituem aproximadamente 10% do total.

Com uma forte articulação com esta estrutura de funções, verifica-se uma primazia do ensino secundário no nível de escolaridade dos trabalhadores das ERPI.

Por último, importa salientar que 77% dos trabalhadores acumula o trabalho nas ERPI com outras valências, da instituição.

Prevalência de entidades com investimentos programados a curto prazo

Os Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social (ISS) cobrem a totalidade dos utentes das ERPI (76), constituindo fonte de financiamento fundamental para o funcionamento destas respostas.

A entidade gestora/proprietária tem investimentos programados para o curto prazo, o que constitui um fator muito positivo, na ERPI Rodrigo da Cunha Franco está prevista a renovação e remodelação das instalações, a financiar por capitais próprios, enquanto na ERPI Dr. Francisco Mendes Brito estão programados a ampliação das instalações, renovação e remodelação, bem como a aquisição de equipamento, a realizar em função de apoios/projetos direcionados a esta rubrica.

A Casa do Povo do Pombalinho prevê a construção de raiz de um equipamento para ERPI e SAD, com capacidade para 38/39 camas, que candidatou ao Programa PARES e PRR, tendo sido indeferido por falta de dotação financeira.

Primazia dos constrangimentos financeiros

As ERPIS apresentam como constrangimentos ao funcionamento relacionados com o melhoramentos nas instalações e na equipamentação das mesmas: necessidade de melhoramento de sistema de chamada; a inexistência da plataforma de registo das AVD's realizadas aos utentes; parque de viaturas envelhecido (carrinha ligeira adaptada para cadeira de rodas), necessidade de dotar o parque de ajudas técnicas de novos equipamentos; ou necessidade de requalificação das instalações para estarem adaptadas ao fim a que servem, aquisição de mobiliário mais adaptado e funcional, criação de zona verde, na ERPI (Dr. Francisco Mendes Brito).

5.2.7. Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existiam 3 SAD geridas por 3 entidades distintas

Em 2021, existem no município 3 respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) orientados para as pessoas idosas, geridas pelas seguintes entidades SFL: Casa do Povo de Pombalinho, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga e Santa Casa da Misericórdia da Golegã.

A distribuição territorial da oferta apresenta-se homogénea, com existência de uma resposta em cada uma das freguesias do concelho.

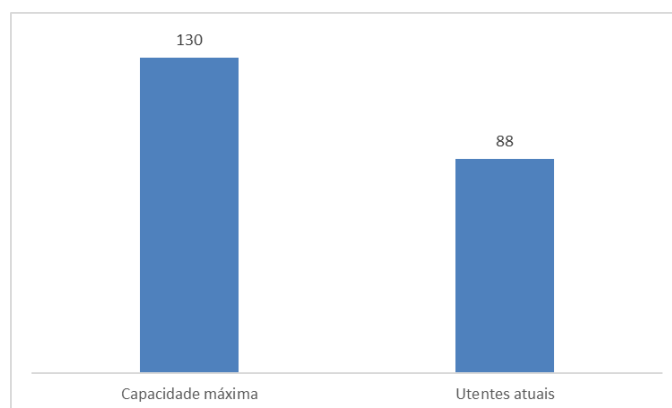
A oferta de SAD existente no município apresenta um importante histórico de intervenção, na medida em que a totalidade destas respostas sociais já se encontrava em funcionamento aquando da realização da Carta Social da Golegã, em 2010. Dos 3 SAD, dois deles datam dos anos 80 do século XX, acompanhando assim o aumento da expressão do fenómeno do envelhecimento populacional na sociedade portuguesa. Apenas 1 SAD iniciou atividade na primeira década do século XXI (Casa do Povo do Pombalinho).

Resposta social com uma taxa de ocupação de 68%, em 2021

A capacidade instalada atualmente nesta resposta social é de 130 lugares, no entanto, em 2021, os SAD totalizavam 88 utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação de 68%. Com uma disponibilidade de 40 lugares (38% da capacidade instalada) para acompanhar um eventual aumento da procura efetiva, a dotação de SAD no concelho apresenta-se satisfatória.

Nas 3 respostas identificam-se capacidades instaladas diferentes, variando entre os 30 lugares na Casa do Povo do Pombalinho e os 50 lugares nos SAD da responsabilidade das Santas Casas da Misericórdia. Contudo as taxas de ocupação não são muito diferenciadas oscilando entre os 64% e 72%, não existindo respostas a funcionar no limite da sua capacidade.

Figura 43 – Capacidade máxima e utentes atuais dos SAD (n.º), 2021



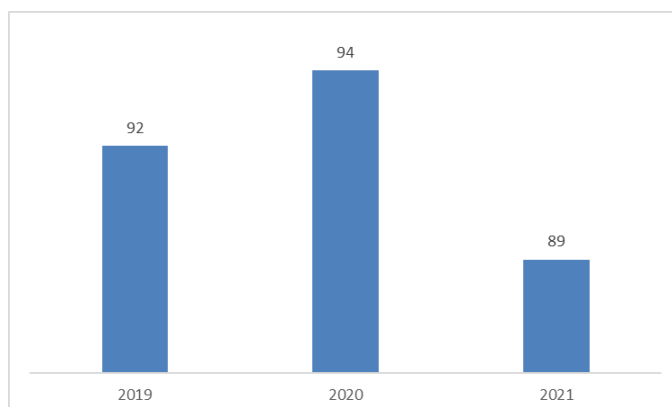
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

No triénio 2019 a 2021, os SAD registaram oscilações da procura

Entre 2019 e 2020, a procura desta resposta social teve um aumento muito ligeiro (+2 utentes), com a pandemia da COVID-19 a explicar amplamente esta variação. Na sequência das situações de confinamentos e das muitas medidas de saúde pública adotadas, a resposta SAD teve um aumento, na medida em que permitia responder às necessidades dos utentes no seu próprio domicílio.

Com a evolução da pandemia e paulatino regresso à normalidade e reabertura da economia e das demais respostas sociais, verifica-se que entre os anos de 2020 e 2021, os SAD tiveram uma contração da procura (-5 utentes), circunscrevendo-se aos 89 utentes, o que representa uma quebra face ao ano pré-pandemia.

Figura 44 – Utentes dos SAD (n.º), em 2019, 2020 e 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

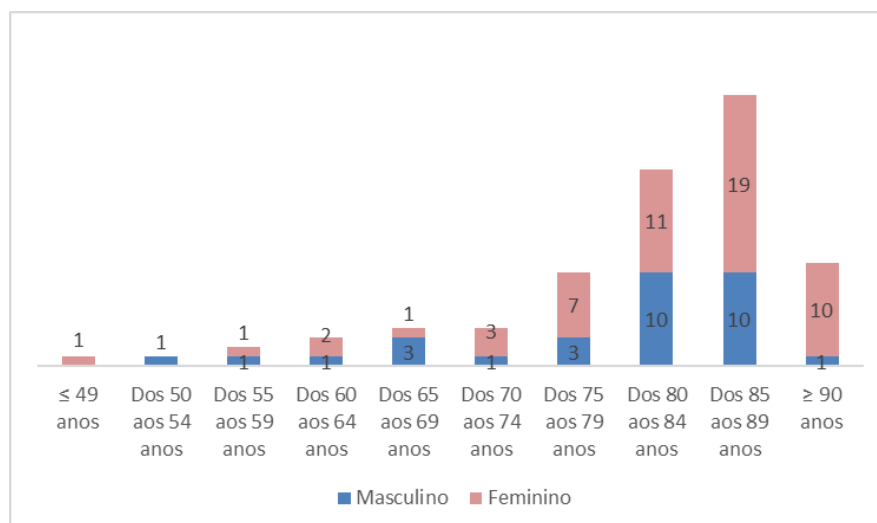
Prevalência de utentes provenientes maioritariamente da freguesia

Um aspeto comum a todos os SAD em funcionamento no concelho consiste no facto da maioria dos utentes serem provenientes da própria freguesia onde o respetivo equipamento se localiza, reiterando assim tratar-se de uma resposta social preferencialmente de âmbito local, muito embora com serviço ao domicílio.

O perfil dos utentes caracteriza-se por uma importante heterogeneidade de faixas etárias. Ainda que constituindo uma resposta social vocacionada para as pessoas idosas, os SAD apresentam utentes mais jovens, reiterando assim, que esta não se trata de uma resposta social exclusiva dos mais idosos, mas que dá suporte a pessoas de todas as idades em situação de dependência temporária ou definitiva. Contudo, mais de 80% dos utentes de SAD são pessoas com 75 ou mais anos, evidenciando-se um aumento dos níveis da procura efetiva interdependentes do aumento da idade, decorrente da deterioração das condições físicas e psicológicas dos utentes, a par com o aumento de situações de isolamento social.

Entre a população idosa e/ou em situação de dependência apoiada pelos SAD, é dada prioridade a pessoas económica e socialmente desfavorecida; grau de dependência; em situação de isolamento/solidão, ausência de apoio familiar e/ou risco social; e aos utentes de outras respostas das instituições (SCM da Golegã).

Figura 45 – Utentes dos SAD, por grupo etário (%), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Os utentes apresentam uma assimetria em função do sexo, verificando-se que os utentes do sexo feminino são os que mais procuram este tipo de resposta social (64%), situação que resulta da conjugação de fatores de ordem biológica, mas também de comportamentos sociais e culturais.

Serviços complementares diversos e heterogêneos

Os serviços complementares assegurados pelos SAD apresentavam-se heterogêneos. No entanto, destacam-se os serviços assegurados:

- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Preparação e administração de medicação;
- Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados;
- Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica;
- Tratamento da roupa do uso pessoal do utente;
- Atividades de animação e socialização, designadamente, animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade;
- Apoio psicossocial (individual e familiar);
- Transporte;
- Realização de atividades ocupacionais;
- Serviço de acompanhamento a consultas.

A estes serviços acrescem outros complementares tais como a cedência de fraldas, fisioterapia, cuidados de imagem (cabeleireiro e estética - SCMG) e Serviço de teleassistência (SCMA/SCMG).

Espaços de apoio ao SAD com bom estado de conservação

Uma resposta tem espaços exclusivos para o seu funcionamento, sendo que uma entidade indica o contrário, e outra não responde.

A avaliação do estado de conservação das instalações realizada pelas entidades gestoras é positiva, sendo que duas indicaram um estado de conservação “razoável”, e uma delas avaliou como “bom” o espaço a partir do qual é realizado o serviço.

A totalidade das entidades gestoras considerou que os espaços afetos ao SAD reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço.

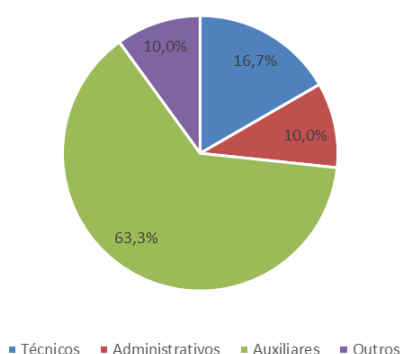
Perfil de trabalhadores afeto aos SAD com primazia de mulheres em idades ativas mais avançadas

Em 2021, a resposta SAD totalizava 30 recursos humanos no concelho da Golegã, não contabilizando aqui os dirigentes das entidades. A análise do perfil dos trabalhadores evidencia que esta constituía uma área de trabalho amplamente dominada por mulheres, com apenas um trabalhador do sexo masculino.

Esta constitui-se também como uma área de trabalho com prevalência de trabalhadores em idades mais avançadas, com 40% dos trabalhadores com idade acima dos 50 anos.

A tipologia de cargos exercidos demonstra a ampla preponderância de funções mais desqualificadas, designadamente a de auxiliar (63%), a que se seguem os técnicos (17%). Por último, importa salientar que cerca de 1/3 dos trabalhadores acumula o trabalho nas SAD com outras valências.

Figura 46 – Recursos humanos afetos ao SAD, segundo a função (%), 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Duas entidades gestoras têm investimentos previstos para os próximos 2 anos

As fontes de financiamento dos SAD assentam nos Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social (ISS) fonte de financiamento transversal à totalidade das respostas, o que demonstra a dependência destas valências face às transferências da Administração Central para assegurar o seu funcionamento. Os Acordos de Cooperação abrangem um quantitativo muito significativo de utentes (103).

Duas entidades gestoras/proprietárias apresentam investimentos programados para o curto prazo, o que permite a qualificação da oferta concelhia.

A Casa do Povo do Pombalinho prevê a construção de raiz de um equipamento para ERPI e SAD, com capacidade para 38/39 camas, que candidatou ao Programa PARES e PRR, tendo sido indeferido por falta de dotação financeira.

É importante referir que, segundo dados oficiais do Instituto da Segurança Social, a taxa de cobertura da cooperação para o Concelho é de 174,6 para a Resposta Social ERPI. Tendo em conta os números de lista de espera apresentados pela Santa Casa da Misericórdia da Golegã e o aparecimento crescente de casas particulares no concelho e concelhos limítrofes, não se pode considerar que a taxa de cobertura da cooperação seja adequada às necessidades da população.

A Santa Casa da Misericórdia da Golegã tem previstas obras de renovação e remodelação, bem como de aquisição de equipamento, com recurso a capitais próprios.

Constrangimentos financeiros e necessidade de requalificação dos espaços

A totalidade das entidades gestoras/proprietárias dos centros de dia indicaram confrontar-se com constrangimentos no funcionamento da resposta social. Os SAD apresentam como principal constrangimento as dificuldades materiais, como a construção/requalificação do espaço e a aquisição de equipamento (a casa da Povo do Pombalinho refere a necessidade de uma carrinha)

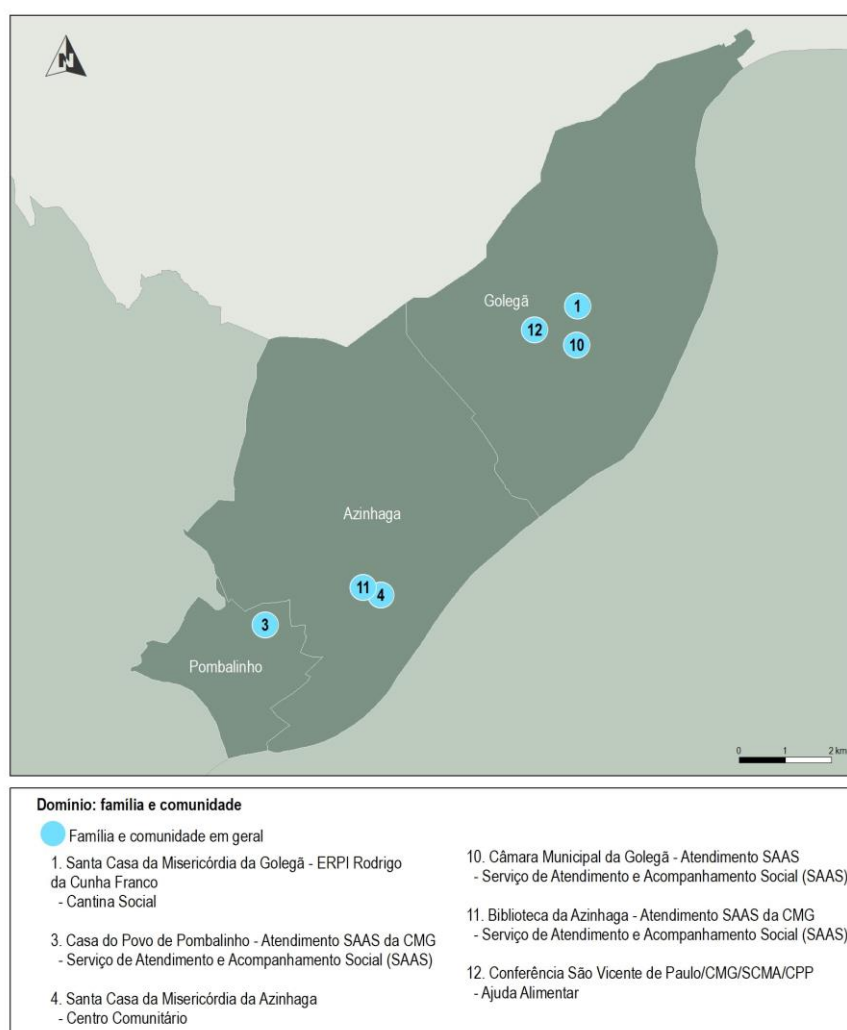
Os constrangimentos financeiros foram também referidos, nomeadamente os baixos rendimentos dos utentes, maioritariamente a cargo da família, com reflexos no financiamento da resposta.

5.3. Família e Comunidade

O Domínio de Intervenção da Família e Comunidade conta com quatro respostas sociais no concelho da Golegã, mais especificamente uma ajuda alimentar, uma cantina social, um centro comunitário e o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS).

À semelhança do contexto em que foi elaborada a anterior Carta Social da Golegã, em 2010, também o momento atual é de crise, no entanto, com menores efeitos no incremento do desemprego, na quebra de rendimentos da população inserida no mercado de trabalho e no aumento da pobreza generalizada, pelo que se acomete, apesar de todos os desafios vivenciados, uma menor pressão sobre as respostas e serviços sociais orientados para a Família e Comunidade. Não obstante, o crescente clima económico de incerteza e de inflação, a par de um reconhecimento da efetividade de que as crises económicas se constituem como cíclicas, conferem a estas respostas e serviços uma importância crucial em garantir o acesso a bens alimentares a pessoas que se encontram socialmente vulneráveis. Como tal, estas respostas sociais desempenham uma função estruturante na preservação de um ambiente social equilibrado e na coesão social, pelo que a sua continuidade se constitui como imprescindível.

Figura 47 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o Domínio de Intervenção da Família e Comunidade, no concelho da Golegã, em 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

5.3.1. Ajuda Alimentar

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias (Carta Social, MTSSS – 2021).

No domínio de intervenção da família e comunidade, o concelho dispõe da resposta do Programa Operacional de Apoio a pessoas mais Carenciadas (POAPMC) e o Banco Alimentar.

O POAPMC verificou um aumento considerável em 2020 (44 beneficiários), contra 17 beneficiários em 2019, e 2021 (43 beneficiários), consequência do Covid-19, contra 31 beneficiários em 2022 e, 26 em 2023.

Paralelamente, a Câmara Municipal da Golegã em parceria com a Conferência de São Vicente de Paulo, a SCMA e o CPP, asseguram, igualmente, no concelho a resposta social de ajuda alimentar (Banco Alimentar), procedendo à distribuição gratuita de géneros alimentares às famílias que comprovadamente se encontram em situação de vulnerabilidade e, por isso, deles necessitam.

Estas respostas sociais asseguram uma cobertura territorial que abrange todo o concelho da Golegã.

5.3.2. Cantina Social

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existia 1 resposta de cantina social gerida pela Santa Casa da Misericórdia da Golegã

Em 2021, existia no concelho uma cantina social, a funcionar desde 2016. Esta resposta funcionava todos os dias da semana, entre as 12h e as 19h30, com 3 recursos humanos afetos.

Com uma implantação territorial bastante central, a cantina social localiza-se na freguesia sede do concelho, servindo maioritariamente residentes na própria freguesia da Golegã.

Em 2023, a resposta dispunha de uma capacidade máxima instalada de 12 utentes, no entanto, contabilizava 8 utentes, dispondo, portanto, de alguma capacidade de apoio face a um potencial aumento de indivíduos em situação de carência social e económica e /ou em isolamento. Em 2021, eram servidas 6 refeições (3 almoços e 3 jantares).

O financiamento desta reposta tinha por base o protocolo com o ISS, IP.

5.3.3. Centro Comunitário

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existia 1 resposta de Centro Comunitário gerida pela Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga

Em 2021, existia no concelho uma única resposta social desta tipologia, na freguesia da Azinhaga cujo início de funcionamento data de 1987, contando com uma vasta experiência de intervenção neste âmbito. Para além dos cargos dirigentes, estão atualmente afetos a esta resposta 8 recursos humanos, com idades compreendidas entre os 30 e os 59 anos.

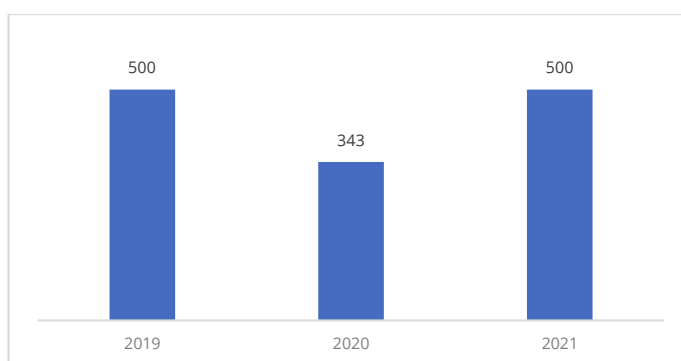
Como fontes de financiamento da resposta, a entidade tem um Acordo de Cooperação com a Segurança Social que abrange 119 famílias (500 indivíduos) e um protocolo com a Câmara Municipal da Golegã para o OTL de verão (crianças e jovens).

Os serviços oferecidos são diversificados: a animação social e cultural, o encaminhamento para respostas ou serviços, a disponibilização de recursos culturais, educativos, artísticos, digitais, ações de promoção do emprego, acompanhamento psicossocial, cedência de ajudas técnicas, consultas de psicologia, apoio alimentar, lavandaria e engomadoria e a ocupação de tempos livres para crianças e jovens.

Em 2021, o centro comunitário tem uma capacidade instalada de 500 utentes, correspondentes a 119 famílias.

A resposta social registou uma quebra da procura, tendo-se verificado uma variação negativa, entre 2019 e 2020, de 500 para 343 utentes, tendo, no entanto, sido reestabelecida em 2021.

Figura 48 – Utentes do centro comunitário (n.º), em 2019, 2020 e 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

5.3.4. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

Serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2023, o concelho dispunha de serviço de atendimento e acompanhamento social gerido pela Câmara Municipal da Golegã

Em 2023, no domínio de intervenção da família e comunidade, o concelho da Golegã dispunha de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), gerido pela Câmara Municipal da Golegã.

Enquanto serviço de proximidade, o SAAS contava com diversos locais de atendimento, nomeadamente, no Edifício Equuspolis, Biblioteca Municipal da Azinhaga e Casa do Povo do Pombalinho.

Em dezembro de 2023, este serviço prestava um apoio considerável a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, contabilizando-se um total de 40 processos.

5.4. Pessoas Vítimas de Violência

Nos últimos anos, a temática do combate à violência diversificou-se amplamente, a par com a diversificação das formas de discriminação e violência de uma pessoa ou grupo de pessoas, podendo esta ter múltiplas motivações (com base na nacionalidade, origem étnica, religião, orientação sexual ou política, identidade de género, raça, cor, sexo). Subsequentemente, o apoio às vítimas de violência ganhou uma importante notoriedade na sociedade portuguesa, em resultado da promoção de inúmeras e diversas campanhas de sensibilização para a ação contra toda e qualquer forma de violência, dirigidas ao apoio às vítimas, mas também às respetivas famílias e à sociedade em geral, a par de maiores níveis de informação da população contra o facto de a violência ter várias formas e implicar a prática de vários crimes. O Domínio de Intervenção das pessoas vítimas de violência no Município da Golegã abrange uma resposta social, a de centro de atendimento a pessoas vítimas de violência.

Figura 49 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o Domínio de Intervenção das Pessoas Vítimas de Violência, no concelho da Golegã, 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

O projeto Equipa Móvel de Apoio à Vítima (EMAV) da Lezíria do Tejo⁶ tem como objetivo central consolidar a intervenção da APAV ao nível do apoio e proteção às vítimas de violência doméstica no território abrangido pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

No seu âmbito, as principais atividades da equipa incluem:

- Atendimento e apoio individual a vítimas de violência doméstica, em itinerância, pelos municípios da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.
- Atividades de informação e/ou sensibilização para o contexto escolar, parceiros-chave e comunidade local sobre violência doméstica e os serviços de apoio.
- Preparação e distribuição de materiais de informação e divulgação.

5.4.1. Centro de Atendimento

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnicas e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento personalizado de vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existia 1 resposta de Centro de Atendimento gerido por uma entidade não lucrativa

No concelho da Golegã existe um Centro de Atendimento a vítimas de violência, gerido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Este constitui um dos 9 polos de atendimento existentes na Lezíria do Tejo, a que acresce um Gabinete de Apoio à Vítima de Santarém.

De acordo com a entidade gestora/proprietária, durante o ano de 2022, foram acompanhados 6 processos de apoio de apoio, cujos 6 utentes eram na sua totalidade do sexo feminino e apresentavam idades transversais a todos os grupos etários, designadamente, 2 utentes encontravam-se entre os zero e os 17 anos de idade, 3 utentes entre os 18 e os 64 anos de idade e ainda um utente no grupo etário dos 65 ou mais anos. Concomitantemente, foram realizados 21 atendimentos e diligências e 7 ações de sensibilização em contexto escolar. As ações de sensibilização, em particular, orientadas para crianças e jovens desempenham uma importância estratégica no âmbito da consciencialização para a temática e, por conseguinte, essencial para prevenir e combater as situações de violência na sociedade.

⁶ <https://apav.pt/publiproj/index.php/127-projeto-equipa-movel-de-apoio-a-vitima-emav-da-leziria-do-tejo>

(página propositadamente deixada em branco)

6. Exercício de cenarização

6.1. Enquadramento

No processo de elaboração dos instrumentos de planeamento setorial, a componente demográfica assume um papel relevante enquanto um dos pilares de sustentação do modelo de desenvolvimento territorial essencial para a programação de equipamentos. Neste quadro, emerge a necessidade de prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, as carências e os desafios que daí resultam, nomeadamente na programação dos equipamentos para satisfazer os habitantes que se irão instalar no concelho num futuro próximo e/ou para suprimir as necessidades atualmente existentes.

As diversas alterações observadas em Golegã nos últimos anos e aquelas que é possível perspetivar num futuro imediato, nomeadamente em termos económicos e urbanísticos, refletem-se nas características de atração populacional de alguns territórios, o que obriga a estabelecer e analisar correlações entre as dinâmicas da população e as dinâmicas de desenvolvimento local promovidas pelo Município.

Por outro lado, considerados em termos globais, as características da base demográfica e dos recursos humanos, constituem inegavelmente o principal fator potenciador para a prossecução do processo de desenvolvimento e, simultaneamente, para a adoção e realização de todo o tipo de ações a empreender, na melhoria da qualidade de vida e bem-estar socioeconómico das populações. Aliás, o facto de se considerar este potencial numa dupla perspetiva - mão-de-obra e mercado de consumo -, implica que, por arraste, todos os setores produtivos possam estar logo à partida condicionados ou potenciados em função de determinadas características demográficas, nomeadamente pelo decréscimo populacional e pelo envelhecimento da estrutura etária da população.

O presente exercício pretende apoiar o processo de programação de equipamentos e serviços sociais, permitindo compreender tanto a evolução global do Concelho (com cenários), como também por freguesia. Permitirá, igualmente, facultar informação sobre a evolução dos grupos etários adequados aos diversos equipamentos, respostas e serviços, respondendo às diferentes necessidades de programação de equipamentos de apoio social, para o ano horizonte de 2031.

6.2. Modelo de Estimativa Adotado

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização regional e local, é possível desenvolver cenários sobre o quadro evolutivo e de impactes da demografia no concelho de Golegã nos próximos anos.

Neste processo, foram realizadas projeções demográficas tendo como horizonte os anos de 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival* aberto. Este, corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Ou seja, a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período).

6.3. Cénarização demográfica (2025 e 2031)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival*. Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e para 2021-2031. Dadas as características do concelho, o impacto previsível gerado pela crise pandémica, e o timing de realização (muito próximo do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo três cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica patenteada durante a segunda década de 2000, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- Óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, a Lezíria do Tejo e o Continente, em 2011 e 2021;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e a Lezíria do Tejo, entre 2010 e 2021.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2001-2010 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário/população residente por grupo etário)*Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da segunda década de 2000. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2011, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década seguinte - 2021-2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Quadro 37 – Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista/expansionista, C - cenário alternativo moderado)

Grupo etário	2011	2021	Cenário tendencial		Cenário alternativo (expansionista)		Cenário alternativo (moderado)	
			2025	2031	2025	2031	2025	2031
0-9	455	390	467	465	511	514	503	506
10-19	535	496	507	518	504	515	496	507
20-29	567	509	544	507	509	474	501	466
30-39	702	569	487	462	553	524	544	517
40-49	730	743	609	528	585	507	576	500
50-59	765	748	744	684	695	634	685	625
60-69	663	755	771	743	725	700	714	689
+70	1048	1190	1253	1322	1545	1650	1522	1625
Total	5465	5400	5381	5229	5626	5518	5542	5435
Var. face a 2021	-	-	-0,4	-3,2	4,2	2,2	2,6	0,6

Fonte: INE (2011 e 2021), CEDRU (2023)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter uma evolução negativa, contabilizando-se um decréscimo, em 2025, em torno dos 0,4% (menos 19 residentes entre 2021 e 2025, aproximadamente). Este cenário, face à evolução recente das principais variáveis demográficas após o Recenseamento Geral da População de 2021, reflete uma maior aproximação à realidade demográfica perspetivada para os próximos anos.

Com base neste cenário A, em 2025, a população residente no concelho será de 5.381 e, em 2031, de 5.229 habitantes, traduzindo neste último um decréscimo de 3,2% face ao valor contabilizado em 2021.

6.4. Cénarização por domínio específico

Em função da análise anterior será assumido para o exercício de programação o cenário tendencial. Neste quadro, procede-se para os vários domínios-chave a um exercício de estimativas populacionais para os principais grupos-alvo dos equipamentos e respostas sociais presentes no concelho, para os quais se possa estabelecer uma relação direta idade/população-alvo.

Domínio Infância e Juventude

Numa leitura por grupos etários decenais, verifica-se que a população infantil (0-9 anos) tenderá a aumentar ligeiramente no concelho (uma variação de 19,2%, entre 2021 e 2031). Ao incluírem-se os jovens, passando a

considerar o grupo etário dos sub-20, o comportamento regista um aumento efetivo de 4,4%, valor inferior à dinâmica da população infantil.

Uma análise de maior detalhe, permite relevar que a população alvo das creches se situará em torno das 88 crianças, em 2031, e concentrar-se-á, sobretudo, na freguesia da Golegã (66 crianças).

Quadro 38 – Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial – cenário de referência para a programação)

GOLEGÃ (concelho)									
Grupos etários	Cenário tendencial			Cenário expansionista			Cenário moderado		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
0-2 anos	109	88	88	109	97	98	109	83	77
0-3 anos	157	132	132	157	145	146	157	125	115
0-9 anos	390	467	465	390	511	514	390	503	506

Fonte: INE (2011 e 2021), CEDRU (2023)

Quadro 39 – Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial – cenário de referência para a programação), por freguesia

Grupos etários	Azinhaga									Golegã								
	Cenário tendencial			Cenário expansionista			Cenário moderado			Cenário tendencial			Cenário expansionista			Cenário moderado		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
0-2 anos	25	22	21	25	22	21	25	22	19	76	66	66	76	75	76	76	61	57
0-3 anos	32	33	32	32	33	32	32	33	29	114	99	100	114	112	114	114	92	86

Grupos etários	Pombalinho								
	Cenário tendencial			Cenário expansionista			Cenário moderado		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
0-2 anos	8	5	5	8	5	5	8	5	4
0-3 anos	11	8	8	11	8	8	11	7	6

Fonte: INE (2011 e 2021), CEDRU (2023)

Domínio Pessoas idosas

A população com idade superior a 65 anos, registará um aumento no cenário tendencial (0,4%), atingindo, em 2031, os 1.590 residentes. A maioria desta população estará concentrada na freguesia da Golegã (1.159). A população com mais de 70 anos, em 2031, rondará os 1.322 residentes no concelho.

Quadro 40 – Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial – cenário de referência para a programação)

Grupos etários	GOLEGÃ (concelho)								
	Cenário tendencial			Cenário expansionista			Cenário moderado		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
65 e mais anos	1583	1523	1590	1583	1792	1896	1583	1263	1158
70 e mais anos	1190	1253	1322	1190	1545	1650	1190	1522	1625

Fonte: INE (2011 e 2021), CEDRU (2023)

Quadro 41 – Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial – cenário de referência para a programação), por freguesia

Grupos etários	Azinhaga									Golegã								
	Cenário tendencial			Cenário expansionista			Cenário moderado			Cenário tendencial			Cenário expansionista			Cenário moderado		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
65 e mais anos	450	420	431	450	420	431	450	358	313	1006	1103	1159	1006	1372	1465	1006	905	845
70 e mais anos	333	309	325	333	309	325	333	275	240	758	851	920	758	1144	1248	758	685	639

Grupos etários	Pombalinho								
	Cenário tendencial			Cenário expansionista			Cenário moderado		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
65 e mais anos	127	116	103	127	116	103	127	153	134
70 e mais anos	99	92	77	99	92	77	99	127	111

Fonte: INE (2011 e 2021), CEDRU (2023)

(página propositadamente deixada em branco)

7. Auscultação de Parceiros

Um processo participativo envolvendo os vários atores sociais concelhios é um processo imperativo na revisão das Cartas Sociais, constituindo-se de uma complementaridade estratégica à análise anterior suportada nos indicadores provenientes de estatísticas oficiais e dos inquéritos.

Neste sentido, foram realizadas entrevistas a parceiros estratégicos da esfera social do Município da Golegã, que procuraram facultar uma perspetiva múltipla e abrangente da oferta atual, assim como dos desafios mais prementes que se desenham no horizonte de curto e médio prazo. As entrevistas realizaram-se no período de fevereiro a julho de 2021, em formato *online* e envolveram múltiplos atores. Num primeiro tempo, foi auscultado o Município da Golegã, na qualidade de principal ator territorial e em resultado do seu aprofundado conhecimento concelhio, e num segundo tempo, foram auscultados parceiros setoriais estratégicos, em geral, entidades gestoras de equipamentos e respostas sociais no Município da Golegã. Os parceiros sociais envolvidos, ainda que com históricos de intervenção e naturezas jurídicas semelhantes, constituem-se de importância nevrálgica para o âmbito do presente trabalho face à sua oferta quantitativamente abrangente e com intervenção em tipologias de respostas distintas, designadamente: a Casa do Povo do Pombalinho, a Santa Casa da Misericórdia da Golegã e a Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga.

Do processo de auscultação resultaram importantes conclusões a considerar na revisão do presente instrumento de planeamento, entre os quais se destacam os seguintes:

- Reconhecimento da relevância da Carta Social enquanto instrumento de planeamento, bem como da sua revisão atualmente em curso, essencial para dotar o município, os atores do ecossistema social, assim como a população em geral, de um instrumento de planeamento atualizado e útil, essencial para uma eficaz e eficiente gestão da oferta e da procura de equipamentos e respostas sociais;
- Dinâmicas demográficas em curso no município com tendência para o envelhecimento populacional constituem desafios acrescidos à intervenção social que importa reconhecer, essencial para a promoção de uma consciencialização coletiva dos problemas, no ajustamento atempado da oferta às especificidades da procura e otimização dos recursos de intervenção, com particular relevância para o crescimento das respostas sociais orientadas para o Domínio de Intervenção das pessoas idosas;
- Proatividade da Autarquia da Golegã e dos atores sociais concelhios na promoção e qualificação da rede de equipamentos e dos serviços nas respostas sociais, assim como as práticas colaborativas incrementadas no decurso dos últimos anos, configura uma potencialidade da oferta social no concelho. Evidência destas práticas são a criação de mecanismos de apoio como as pulseiras SOS Assistência, ou as candidaturas ao PRR para aquisição de veículos elétricos que refletem também o compromisso destas entidades com a transição climática, por via do investimento na mobilidade sustentável. No quadro das práticas de parcerias colaborativas entre entidades, destacam-se ainda os apoios quer financeiros quer logísticos da Autarquia da Golegã às entidades sociais pelo importante suporte que configuram na prossecução do reforço e qualificação da oferta social concelhia;
- O crescimento quantitativo do Terceiro Setor, a par com a sua crescente heterogeneidade, traduz-se em desafios importantes em matéria de emprego, especialmente associados à acentuada insuficiência de recursos humanos que permitam cobrir as necessidades atuais e, em especial, num horizonte de médio e longo prazo. Tal facto impõe mudanças de curto prazo, nos modelos de recrutamento e de gestão dos recursos humanos, tão mais relevantes em territórios com trajetórias de perda demográfica e de envelhecimento populacional.

(página propositadamente deixada em branco)

8. Análise SWOT

Tendo por base o estudo de caracterização da oferta social anteriormente realizado, apresenta-se seguidamente uma análise SWOT essencial para sistematizar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que se colocam à Carta Social e que importa conhecer previamente ao desenho do seu modelo estratégico.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento estratégico e proximidade geográfica à Área Metropolitana de Lisboa, principal metrópole do país; • Inserção no subsistema Torres Novas/Entroncamento/Vila Nova de Barquinha/Golegã; • Proximidade territorial às respostas sociais beneficiando da reduzida dimensão do município e elevada concentração da população na freguesia sede de concelho e nos núcleos urbanos das restantes freguesias; • Taxa de desemprego inferior aos valores sub-regional e nacional, em 2021 (4,54%, em contraste com os 6,84% da Lezíria do Tejo e os 8,13% em Portugal); • Taxa de analfabetismo com tendência de decréscimo acentuado (de 8,5%, em 2011, para 4,55%, em 2021); • Crescimento de população ativa imigrante nos últimos anos representa um incremento de trabalhadores relevante para as atividades sociais, especialmente nas áreas com défices de recursos humanos, assim como conferem um equilíbrio demográfico; • Ecosistema de atores sociais diversificado no que trata aos âmbitos de intervenção do local ao nacional; • Respostas sociais geridas exclusivamente por entidades sem fins lucrativos constitui uma vantagem para o acesso universal da população; • Centro de convívio com um padrão de distribuição espacial de elevada cobertura; • Generalidade das respostas sociais dotadas de instalações adequadas às suas especificidades; • Respostas sociais de CATL, Centro de Convívio, Centro de Dia e SAD com capacidade quantitativa para responder ao aumento da procura (taxa de ocupação entre os 36% e os 68%); • Valorização da oferta social orientada para a população sénior. 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de variação populacional negativa e mais acentuada do que a tendência regional e nacional (-8,7%), entre 2011 e 2021; • Persistência de uma percentagem muito significativa da população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico (65%, em 2021); • Acentuado envelhecimento demográfico traduz alterações consideráveis na distribuição etária da população (29,3% da população correspondia a população idosa, em 2021); • Aumento do envelhecimento populacional e da esperança média de vida com repercussões no acréscimo de cuidadores idosos; • Ecosistema de atores sociais reduzido e com uma oferta concentrada em apenas 4 domínios de intervenção; • Constrangimentos financeiros decorrentes da pandemia da COVID-19 como inibidores da realização de investimentos a curto prazo; • Forte dependência de Acordos de Cooperação com a Segurança Social para assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos sociais; • Forte feminização do mercado de emprego afeto aos equipamentos e respostas sociais (96% dos recursos humanos são do sexo feminino), o que embora constituindo uma realidade à escala nacional, comporta constrangimentos e desafios acrescidos; • Primazia de recursos humanos com fracas qualificações e em idades avançadas, em especial nas respostas sociais do domínio das pessoas idosas, compromete um suporte adequado a este público-alvo, pelas especificidades subjacentes; • Necessidade de manutenção e conservação do edificado e de substituição e de aquisição de equipamentos, em especial na resposta social de ERPI; • Respostas sociais de importância estruturante na oferta social concelhia, creche e ERPI, com taxas de ocupação de 100%, denotando uma incapacidade de responder a acréscimos da procura; • Creches com taxas de cobertura manifestamente reduzida (31%) para uma resposta que se pretende universal; • Respostas sociais de centro de convívio e centro comunitário com uma quebra da procura nos últimos 3 anos.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Contexto pós-pandémico marcado por uma maior consciencialização política e social sobre a importância do reforço do investimento na oferta social; Anos mais recentes marcados pela emergência/consolidação de novas abordagens sociais, com particular destaque para a contínua desinstitucionalização dos indivíduos, maior articulação entre as respostas sociais e de saúde (por exemplo, a hospitalização domiciliária enquanto nova modalidade de internamento), reforço das equipas de apoio domiciliário, sensibilização para a importância da saúde mental, etc... Criação da “Creche Feliz: Rede de Creches Gratuitas” em que a Segurança Social assegura o pagamento de creches, creches familiares e amas em situações específicas potenciará um aumento da procura destas respostas sociais nos próximos anos; Aprovação recente do “Estatuto do Cuidador Informal” (pela Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro) que define os direitos e deveres do cuidador e da pessoa cuidada e estabelece as respetivas medidas de apoio; Coexistência de novas formas de trabalho (presencial, híbrido e remoto) representam uma desmaterialização das pendularidades convencionais e uma oportunidade de crescimento de cidades/concelhos de média e menor dimensão; Período de forte investimento na inovação e digitalização com potencial de alavancagem de novas respostas sociais; Disponibilização de financiamento para requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais e inovadoras, enquadrado no PRR, concretamente para Comunidades de Inserção e Habitação Colaborativa (<i>Co-Housing</i>), fundamental para a promoção do envelhecimento ativo e reforço das relações intergeracionais; Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável ao reforço da eficácia e resiliência da rede e apoio a uma nova geração de equipamentos e respostas sociais; Disponibilidade, ao nível internacional, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, dotado de uma visão mais abrangente e inclusiva das problemáticas sociais; Implementação de políticas públicas sociais assentes em modelos <i>bottom-up</i> reforçam a adequabilidade e pertinência das mesmas; Maior sensibilização da população sénior para o envelhecimento ativo; Processo de descentralização de competências no domínio da ação social em curso, através do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais. 	<ul style="list-style-type: none"> Crescente complexidade dos fenómenos sociais, económicos e demográficos reforça a premência de modelos de planeamento dinâmicos, pró-ativos e com abordagens interdisciplinares; Poli-crisis representam fator de risco acrescido à sustentabilidade das entidades e dos equipamentos sociais, como por exemplo o aparecimento de pandemias e vírus, que expõem as fragilidades e vulnerabilidades das populações; Forte envelhecimento populacional como fator de agravamento dos problemas de saúde de elevada magnitude (por exemplo, a demência na população idosa), exige fortes níveis de articulação entre os setores sociais e da saúde; Constrangimentos atuais no SNS representam fator de pressão acrescida para algumas respostas sociais; Ausência de reconhecimento social do trabalho não remunerado da população idosa, mas ativa, fracas/nulas oportunidades de participação no desenvolvimento social e enquanto líderes na resolução de desafios, ilustram o desaproveitamento deste segmento da população; Ausência de medidas de proteção social com capacidade efetiva de promover o bem-estar material e reduzir a indigência entre a população mais idosa, em particular, entre os mais vulneráveis; Medidas de apoio às famílias com crianças e jovens e respetiva despesa pública alocada amplamente insuficientes a nível nacional, transversal aos vários ciclos políticos e económicos, o que compromete a redução da pobreza infantil; Inexistência de planos de ação específicos nos equipamentos e respostas sociais que acompanhem a mitigação da emergência climática, traduzindo um reduzido compromisso com as metas da descarbonização e aumento da eficiência energética; Regime de inspeção aos equipamentos, respostas e serviços sociais a nível nacional com fragilidades e lacunas persistentes, permissivos ao surgimento de segmentos da oferta que colocam em causa a dignidade humana; Dificuldades de contratação de determinadas tipologias de recursos humanos nos equipamentos sociais; Insuficiente aproveitamento das oportunidades para o mercado de trabalho desencadeadas pelos mais recentes movimentos migratórios (transitórios ou permanentes); Práticas de avaliação da satisfação dos utentes e respetivos familiares ainda manifestamente insuficientes, ainda que nevrálgicos para a avaliação e implementação de estratégias de melhoria contínua da oferta.

9. Modelo Estratégico

9.1. Visão Estratégica

A revisão da Carta Social da Golegã visa a implementação de um novo instrumento de planeamento, atualizado e amplamente informado, capaz de orientar a oferta e a procura de equipamentos, respostas e serviços sociais no concelho da Golegã, num período de médio prazo, até 2030.

Sem prejuízo do seu dinamismo demográfico, o Município da Golegã apresenta múltiplos desafios, de escala diversa, com condições propícias para afetar a oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais, tal como explanado anteriormente. A convergência destes fatores, que se potenciam mutuamente, limita a capacidade da oferta se adequar paulatinamente à procura, podendo comprometer os elevados níveis de esforço e de investimentos realizados pelos atores sociais e territoriais concelhios, regionais e nacionais.

Perante este contexto, a Autarquia da Golegã e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo reconhecem a necessidade de se munir de um instrumento atualizado e rigoroso, capaz de apoiar todo o ecossistema de atores sociais, assim como contribuir para garantir uma melhoria contínua das condições de vida da sua população, no momento presente, mas também nos próximos anos.

Com base nestes pressupostos, foi desenhado um modelo estratégico especificamente pensado para responder aos desafios e problemáticas que atualmente se identificam no concelho, mas também aqueles que embora assíncronos, urge atempadamente acautelar e mitigar possíveis impactes negativos.

A visão estratégica deste modelo radica na concertação da trilogia: objetivos, princípios e critérios seguidamente apresentados, que importa claramente identificar e conhecer, na medida em que toda a estratégia proposta é por eles norteadas.

Os **objetivos** da visão estratégica desenhada para a Carta Social agora em revisão são três, encontram-se estritamente articulados entre si e visam, em última análise, robustecer o setor social em matéria de oferta.

O primeiro e primordial objetivo consiste necessariamente em garantir a maior adequação possível da oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais às necessidades atuais e imediatas de desenvolvimento social e de crescimento económico e populacional no concelho. Esta adequação, que deve ser permanentemente equacionado e assegurada, é irrevogável para garantir que o Município da Golegã se constitui a consubstanciar como um território qualificado e polarizador no sistema urbano regional.

O segundo objetivo consiste em reforçar o carácter multi e intersectorial que o domínio social deve assumir na generalidade das políticas municipais e regionais, essencial para assegurar a transversalidade da esfera social nas demais opções de investimento, uma vez que apenas esta concertação é plausível de conduzir a uma eficácia e eficiência dos resultados.

O terceiro e último objetivo centra-se no reforço da concertação entre os atores do ecossistema social, porque apesar destes disporem de amplo histórico de trabalho conjunto, importa garantir a sua continuidade, bem como a existência de espaços e canais de comunicação regulares.

Figura 50 – Objetivos da Visão Estratégica da Carta Social da Golegã

<p>GARANTIR a adequação da oferta e da procura</p> <ul style="list-style-type: none"> • O ajustamento da oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais à evolução da procura constitui-se um pilar nevrálgico para garantir o crescimento e desenvolvimento social. 	<p>REFORÇAR o caráter multi e intersectorial do domínio social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Importa reforçar o papel central do domínio social na tomada de decisões no concelho, assim como na região, bem como assegurar a sua transversalidade nas demais políticas públicas. 	<p>ROBUSTECER a concertação entre atores sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Urge dar continuidade ao trabalho de concertação entre os vários atores do ecossistema social, beneficiando do histórico de trabalho anterior, essencial para assegurar a continuidade das respostas.
--	--	---

Fonte: CEDRU, 2023

A estruturação da visão estratégica pressupõe igualmente a definição dos **princípios** basilares que a orientam. Estes emanam dos principais referenciais políticos e sociais de desenvolvimento consensualmente aceites entre as sociedades mais avançadas, encontrando-se assim em linhas com as principais diretrizes internacionais, europeias e nacionais.

O planeamento da rede de equipamentos sociais em Golegã nos próximos anos, de forma a constituir-se como um processo dinâmico, íntegro e assente numa visão holística do território, das suas populações e tecido empresarial deve ser construído assente em nove princípios centrais, sem prejuízo de outros que possam ser considerados.

- **Equidade** – O planeamento da rede de equipamentos deve maximizar a possibilidade de a oferta social permitir que cidadãos em iguais condições possam ter iguais oportunidades de acesso aos equipamentos, respostas e serviços sociais. Este princípio insere-se na esfera da justiça social e procura consolidar Golegã como um território de iguais oportunidades para todos os cidadãos.
- **Racionalidade** – Num contexto de escassez de recursos técnicos, humanos e financeiros não é viável promover uma igual distribuição dos equipamentos, respostas e serviços sociais pelo território, sendo por isso fulcral identificar e selecionar os territórios nevrálgicos para a localização da oferta social sem comprometer os demais princípios.
- **Policentrismo** – O planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve contribuir para a promoção de um sistema urbano municipal e preferencialmente regional também policêntrico, visando assim o desenvolvimento de um policentrismo interurbano a múltiplas escalas.
- **Sustentabilidade** – A estruturação da rede deve acautelar a tomada de decisões financeiramente sustentáveis, de médio e longo prazo, de forma a salvaguardar que os investimentos realizados, de natureza, pública, privada ou outra, sejam canalizados para as melhores opções de investimento possível.
- **Cooperação** – Todo o processo de planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve assentar num amplo processo de cooperação entre os principais atores do ecossistema social e territorial, na medida em que são conhecedores das especificidades territoriais e setoriais, assim como dos desafios em emergência. Como tal, estes devem ser atores ativos no processo, beneficiando as decisões tomadas de consenso e reconhecimento, mitigando assim constrangimentos futuros.
- **Transição Climática** – Os municípios dispõem hoje de um aprofundado conhecimento do seu território e dos seus recursos naturais, pelo que as decisões tomadas devem de procurar mitigar ao máximo eventuais impactos negativos neste domínio. Num tempo amplamente marcado pela emergência climática, urge salvaguardar o território, os recursos naturais e a conservação da natureza, considerando ainda que

Golegã se insere na NUTS II Alentejo, uma região com uma vulnerabilidade nas previsões para as alterações climáticas.

- **Resiliência** – Os últimos anos, ficaram marcados por múltiplas e sequenciais crises de natureza diversa (económicas e financeiras, sociais, ambientais, de saúde, conflitos bélicos de larga escala, etc...), que têm demonstrado a maior vulnerabilidade da sua ocorrência, muitos dos quais de forma substancialmente imprevisível. Com efeito, o planeamento futuro da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve procurar viabilizar os investimentos que demonstrem maior resiliência a estas poli-crisis, detendo uma forte capacidade adaptativa.
- **Digitalização** – Na Era da digitalização, constitui-se crucial que os equipamentos, respostas e serviços sociais efetuem os respetivos processos de transição digital, essencial para que consigam acompanhar as mais recentes e emergentes necessidades e aspirações da sociedade. Aplicando-se este princípio amplamente à oferta atual, que deve procurar efetuar esta transição digital, aplica-se, no entanto, de forma ainda mais incisiva ao planeamento de novos equipamentos, respostas e serviços sociais, que devem basear-se em sistemas integrados, abertos à comunidade e altamente personalizados às necessidades específicas dos cidadãos.
- **Transparência** – Todo este processo de reflexão e construção da futura rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve ser amplamente transparente, salvaguardando o interesse da sua população e dos seus atores setoriais.

Figura 51 – Princípios da Visão Estratégica da Carta Social da Golegã

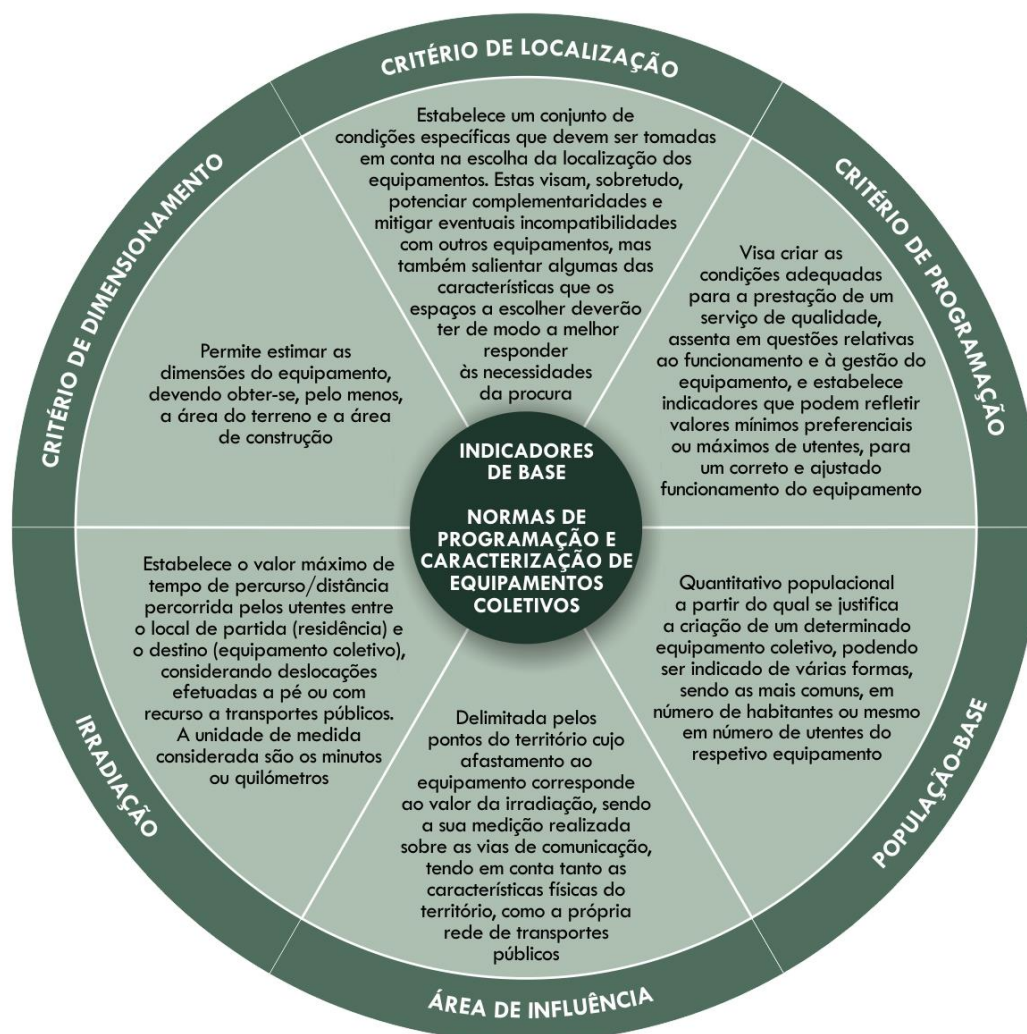


Fonte: CEDRU, 2023

A operacionalização destes princípios obedece a um ciclo, em que todos são fulcrais e indispensáveis para a promoção de uma rede de equipamentos, respostas e serviços sociais moderna e qualificada.

A programação de equipamentos coletivos deve ainda obedecer a um elenco de critérios e normas de programação. Em Portugal, este exercício continua a ter como principal referência as Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), atual Direção-Geral do Território (DGT), que estabelece seis indicadores principais: 1) critério de localização; 2) critério de dimensionamento; 3) critério de programação; 4) irradiação; 5) área de influência; 6) população-base.

Figura 52 – Indicadores de base definidos nas Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos



Fonte: Adaptado por CEDRU das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.

Não obstante a contemporaneidade que as Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da DGOTDU continuam a apresentar, estas circunscrevem-se a apenas algumas tipologias de respostas e serviços sociais.

Estas Normas encontram-se sistematizadas nos quadros seguintes, ainda que considerando algumas tipologias e domínios de intervenção atualmente não disponíveis na oferta existente no concelho da Golegã. Nestes quadros foram ainda considerados os documentos e instrumentos legais elaborados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social regulares essenciais para sustentarem o presente exercício de programação de equipamentos.

Quadro 42 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
INFÂNCIA E JUVENTUDE	Creche/ Creche Familiar	5.000 Habitantes	Freguesia com: 1. Elevada Taxa de Atividade Feminina 2. Elevada taxa de natalidade	Unidade Mínima: 5 crianças Unidade Máxima: 35 crianças	1. Espaço com assinalável proximidade às áreas residenciais, de modo a evitar pendularizações diárias significativas
	CATL/CAF	2.000 Habitantes		Unidade Mínima: 5 crianças ou jovens Unidade Máxima: 60 crianças ou jovens divididos por 2 turnos	
	Ludoteca- Ludobiblioteca				
PESSOAS IDOSAS	Academia/Universidade Sênior	Variável consoante o número de idosos	Freguesias com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 3 m²/pessoa Área de construção – 4 m²/pessoa Área do Espaço Exterior – a definir	2. Espaço central, com boas acessibilidades, incluindo abastecimento a bombeiros
	Centro de Convívio/Espaços Sênior e Respostas Sociais Similares				3. Espaço central, de modo a evitar que os utentes fiquem sujeitas a extensos trajetos diários
	Centro de Dia			Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 5,5 m²/pessoa Área de construção – 7 m²/pessoa Área do Espaço Exterior – a definir	4. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 5. Zona segura a peões e veículos, incluindo abastecimento a bombeiros 6. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

Fonte: Adaptado por CEDRU das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.

Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.

Quadro 43 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS IDOSAS	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	Variável consoante o número de idosos	Território com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	1. Unidade para 30 a 40 pessoas 2. Área média das instalações: Área Útil – 24 m²/pessoa Área de construção – 32 m²/pessoa Área de espaço exterior – a definir	1. Em zonas habitacionais, para que a oferta esteja inserida nos quotidianos de vivência dos utentes, mitigando os efeitos disruptivos que acometem a respetiva institucionalização
					2. Preferencialmente localizado na proximidade de jardins públicos, lugares de culto, zonas comerciais e serviços estratégicos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 4. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 5. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
COMUNIDADE EM GERAL	Centro Comunitário/Centro de Recursos	Variável consoante as necessidades	Existência de problemáticas sociais que justifiquem a implantação do equipamento.	Unidades para 50 pessoas em simultâneo Área Média das Instalações: Área Útil - 7,5 m²/pessoas Área de construção - 10 m²/pessoa Área do espaço exterior – a definir	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos
	Refeitório/Cantina Social			Varia de acordo com as necessidades e o número de pessoas abrangidas	3. Ser servido por transportes públicos 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	Centro de Atividades Ocupacionais	Variável de acordo com as necessidades	Incidência de jovens e adultos com deficiência grave e/ou profunda	1. Unidades para 30 jovens ou adultos, em edifício próprio ou adaptado 2. Área média das instalações – 300 m²	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	Serviço de Apoio Domiciliário	Variável consoante as necessidades	-	1. A Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro, estabelece as condições de instalação e funcionamento do SAD e procede ao ajustamento desta resposta social às exigências de uma gestão eficaz e eficiente face ao estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 62/99, no Anexo Áreas Funcionais estabeleceu vários dimensionamentos a ter em conta, para áreas distintas do SAD.	1. O SAD pode ser desenvolvido partir de uma estrutura a criar para o efeito ou, a partir de uma estrutura já existente, desde que reúna as condições de instalação previstas 2. O SAD, independentemente do modelo de instalação, deve encontrar-se inserido na comunidade, de modo a garantir-se a acessibilidade dos serviços junto da população 3. O local de implantação do SAD deverá ter fácil acesso a viaturas.

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL/PSIQUIÁTRICO/DEMÊNCIAS	Fórum Sócio Ocupacional	Variável consoante as necessidades	Existência de condições por parte dos serviços de saúde e da solidariedade e segurança sociais locais	1. Unidades de 30 utentes	1. Ter boa inserção no tecido urbano preferencialmente num local central, permitindo a utilização dos diversos equipamentos coletivos e serviços locais 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes

Quadro 44 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Central

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
FAMÍLIA E COMUNIDADE	Centro de Acolhimento de Emergência Social	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade de pequenas dimensões	1. Implantar-se em zonas habitacionais e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 4. Ser servido por rede de transportes públicos

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS COM VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS	Residência	Variável de acordo com as necessidades	O relatório “Infeção VIH/SIDA: a situação em Portugal a 31 de dezembro de 2015” publicado pelo Instituto de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. indicava que 73,2% dos 54.297 casos cumulativamente notificados de infeção por VIH se concentram nas zonas urbanas/periurbanas de três distritos, em que por esta razão importa concentrar o investimento, designadamente: - Lisboa - Porto - Setúbal	Unidade mínima – 5 utentes Unidade máxima – 12 utentes	1. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido por rede de transportes públicos
	Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (CAAP)	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade mínima – 20 utentes Unidade máxima – 60 utentes	1. Implantar-se em zonas habitacionais e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 3. Ser servido por rede de transportes públicos

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
	Apartamento de Transição	Variável de acordo com as necessidades	Existência de Toxicodependentes que não consolidaram a sua autonomia na fase de tratamento	Unidade mínima – 6 utentes Unidade máxima – 12 utentes	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

Fonte: Adaptado por CEDRU das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.

Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.

9.2. Modelo Territorial

As últimas décadas em Portugal, em especial após o 25 de abril de 1974, verificaram-se importantes e céleres transformações urbanas em Portugal. Estas conduziram a uma forte macrocefalia do sistema urbano nacional, com a Área Metropolitana de Lisboa a consolidar-se como a principal e quase exclusiva grande polaridade nacional. Concomitantemente, verificou-se uma forte concentração da população e das atividades económicas ao longo da faixa litoral ocidental e no Algarve. Consequentemente, verificou-se um forte despovoamento do restante território e uma rarefação das atividades económicas, com prejuízos assinaláveis em matéria de desenvolvimento social, de crescimento económico e de sustentabilidade urbana.

A rede de programação de equipamentos coletivos tem um papel nevrálgico na organização do território e na construção de um sistema urbano concelhio (e regional) policêntrico, contribuindo para a relevância de um determinado território, influenciando amplamente na rede de fluxos, de conectividade urbana e de cooperação, beneficiando o crescimento e dinamismo das áreas rurais e centros urbanos próximos. O encerramento de equipamentos coletivos e de serviços públicos em centros urbanos de média ou menor dimensão, ao longo dos últimos anos em Portugal, desempenhou um papel nefasto na desvitalização territorial. É neste contexto que se entende que falar sobre sistemas urbanos não significa centrar a atenção apenas nas cidades e um sistema urbano policêntrico representa inequivocamente um fator de desenvolvimento territorial.

É neste contexto que emerge a Carta Social, pois para além de instrumento de desenvolvimento social, constitui-se também como instrumento de ordenamento do território, devendo por isso contribuir para reforçar o sistema urbano concelhio policêntrico, o que deve operacionalizar-se através de:

- Solidificar as centralidades urbanas existentes no território, com a devida afetação de equipamentos sociais de nível concelhio de localização central;
- Dotar as áreas residenciais com os equipamentos de proximidade necessários, de modo a assegurar respostas nos territórios, promotoras de pendularizações de curta distância (preferencialmente efetuadas a pé);
- Revitalizar em termos sócio urbanísticos os espaços urbanos periféricos e as áreas rurais.

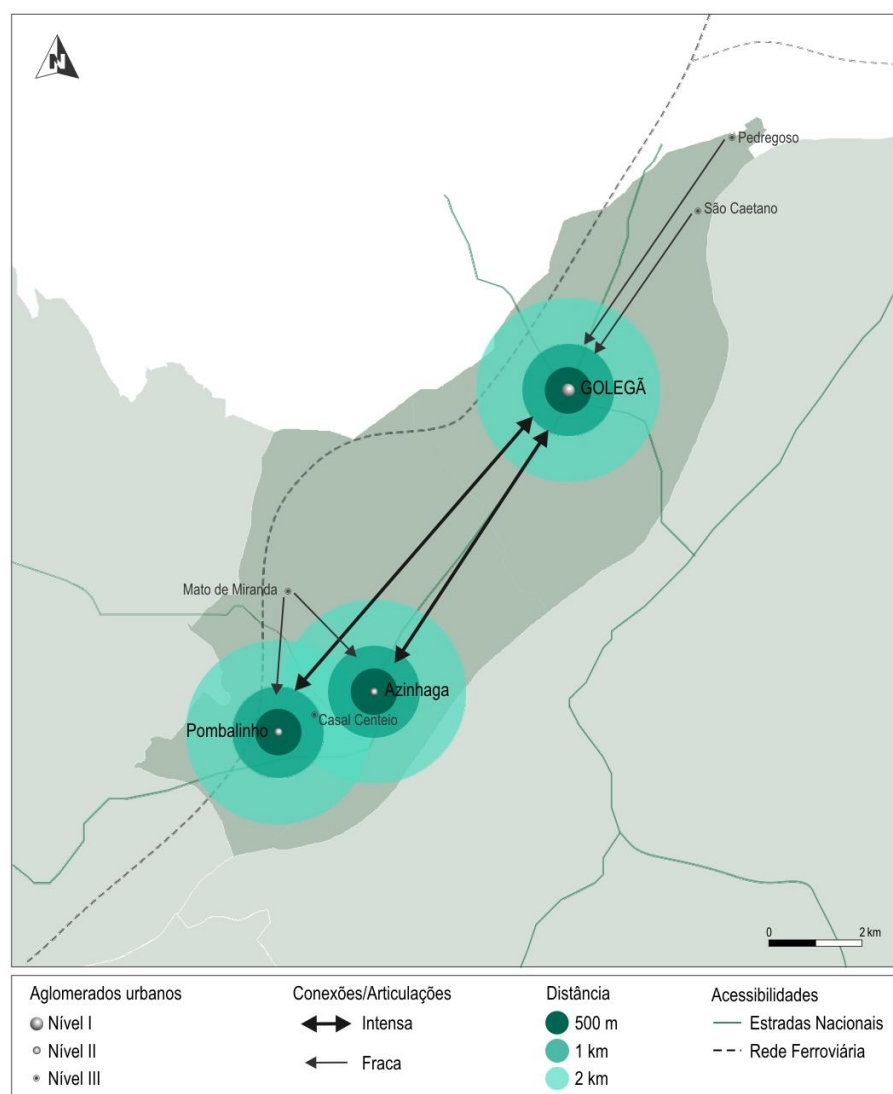
Muito embora a Golegã constitua um território de intermediação entre a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo e integre o subsistema Torres Novas/Entroncamento/Vila Nova da Barquinha/Golegã, a vila da Golegã constitui um centro urbano que concentra funções centrais com um espectro territorial limitado, com uma incidência especialmente circunscrita ao seu território municipal, adquirindo a sua população bens e serviços especializados, fundamentalmente, nos municípios vizinhos de Torres Novas e do Entroncamento. Com uma oferta de funções urbanas pouco desenvolvida, em termos de densificação, diversificação e qualificação, fica dificultada a consolidação deste aglomerado enquanto âncora do sistema urbano concelhio.

A organização do território da Golegã conta ainda com apenas dois aglomerados urbanos de nível intermédio (Pombalinho e Azinhaga) próximos entre si e três aglomerados urbanos de nível III que conjuntamente perfazem um sistema urbano municipal exíguo. Acresce que os pequenos aglomerados urbanos se desenvolvem quase totalmente na dependência da vila da Golegã, com a qual se estabelece a totalidade das conexões (intensas ou fracas). A ausência de articulações múltiplas entre os vários aglomerados urbanos são a evidência de um sistema urbano muito hierarquizado e mononuclear, que importa robustecer e polinuclear, desempenhando os equipamentos coletivos uma importância nevrálgica para o alcance destes objetivos.

Os fatores potenciadores de uma qualificação territorial proporcionados pela execução da estratégia desenhada na presente Carta Social traduzem-se assim como uma oportunidade de reforçar a urbanidade desta multiplicidade de centros urbanos de menor dimensão, enquanto reforça a principal aglomeração urbana concelhia. Ainda que as propostas apresentadas considerem esta hierarquização de aglomerados urbanos, estas procuram a um tempo mitigar alguns dos constrangimentos atualmente existentes em termos de oferta de equipamentos e respostas sociais e a outro tempo, ao procurar densificar e diversificar a oferta de respostas sociais, têm a ambição de induzir nestes aglomerados crescentes níveis de mobilidade e de conectividade que contribuam para um policentrismo urbano e subsequentemente para a coesão social, urbana e territorial.

Na implementação da estratégia aqui proposta, a questão crítica consistirá na capacidade de a concretizar, garantindo a dimensão e o custo necessário, a par com uma forte articulação com o ecossistema de atores sociais envolvido e com os enormes desafios que a sociedade atual enfrenta (poli-crises, Guerra na Ucrânia e efeitos multifacetados subsequentes, alterações climáticas, transição digital, forte envelhecimento da sociedade portuguesa...) e que nem sempre são fáceis de sincronizar.

Figura 53 - Contributo da Rede de Equipamentos Coletivos Sociais para o Sistema Urbano Policêntrico do concelho da Golegã



Fonte: CEDRU, 2023

9.3. Eixos de Intervenção e Tipologias de Ações

A operacionalização da visão estratégica consubstancia-se numa matriz de eixos de intervenção, que constituem as grandes áreas de intervenção da Carta Social do Município da Golegã:

- **EIXO 1 - AUMENTAR A CAPACIDADE DE RESPOSTA**, com destaque para o Domínio de Intervenção das Crianças e Jovens, da População Idosa, das Pessoas em Situação de Dependência e para as Pessoas com Deficiência e considerando a tipologia de respostas já existente ou existentes no concelho.
- **EIXO 2 - DIVERSIFICAR A OFERTA**, com a finalidade de suprimir lacunas em matéria de respostas e serviços sociais a nível concelhio.
- **EIXO 3 - PROMOVER A ACESSIBILIDADE TERRITORIAL**, uma vez que a existência de barreiras à acessibilidade geográfica aos equipamentos coletivos representa um constrangimento da maior relevância ao acesso da população, despoletando iniquidades territoriais e fraturas sociais, tanto mais significativas quanto mais vulneráveis os públicos-alvo em questão.
- **EIXO 4 - QUALIFICAR A OFERTA EXISTENTE**, o que aglutina essencialmente uma melhoria das condições físicas do equipamento (melhorar o conforto térmico, promover a transição digital, eliminar fragilidades físicas, etc....), mas também das condições humanas (valorizar a formação, a qualificação e capacitação contínua dos trabalhadores).

Com base no diagnóstico realizado anteriormente, suportado em estatísticas oficiais, nos dados dos inquéritos às entidades gestoras dos equipamentos, respostas e serviços sociais e ainda na auscultação dos principais atores locais, identificaram-se as seguintes ações prioritárias de intervenção:

- **EIXO 1 - AUMENTAR A CAPACIDADE DE RESPOSTA**
 - Promover uma nova geração de apoio domiciliário – SAD Inovador
- **EIXO 2 - DIVERSIFICAR A OFERTA**
 - Construir uma ERPI com espaços individualizados para população autónoma e grandes dependentes (projeto piloto), na Freguesia do Pombalinho
 - Criar uma resposta social permanente dirigida a idosos ou a outros públicos em situação de vulnerabilidade, na Freguesia da Azinhaga
 - Qualificar e especializar a intervenção do SNIPI
- **EIXO 3 - PROMOVER A ACESSIBILIDADE TERRITORIAL**
 - Criar uma creche
- **EIXO 4 - QUALIFICAR A OFERTA EXISTENTE**
 - Qualificar e capacitar os recursos humanos
 - Qualificar as condições de operacionalidade geral dos equipamentos no âmbito da eficiência energética e do conforto térmico

- Reabilitar o edificado com constrangimentos físicos
- Melhorar a articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos
- Diversificar a oferta de serviços em creches
- Diversificar a oferta de serviços em centros de dia

9.4. Programa de Ação

Para os Eixos e Ações Prioritárias de Intervenção anteriormente identificadas foi construída uma matriz que corresponde ao programa de ação da presente Carta Social da Golegã, para o horizonte temporal de 2030.

Nesta matriz é identificada, para cada uma das Ações Prioritárias de Intervenção, a respetiva localização geográfica. Para investimentos transversais, o mesmo critério foi aplicado.

Nesta fase optou-se por não apresentar a respetiva estimativa de investimento previsto, em resultado da atual conjuntura macroeconómica pautada por uma forte variação de preços dos bens e serviços, com tendência de aumento generalizado (inflação), sobretudo, considerando que se encontra em análise um horizonte temporal ainda alargado, que se estende de 2023 a 2030. A indicação do investimento previsto carece ainda de um estudo pormenorizado das especificidades técnicas das respostas sociais sinalizadas nas ações prioritárias de intervenção, pelo que a apresentação de estimativas orçamentais nesta fase não se revela pertinente.

O atual quadro de financiamento comunitário, conhecido por Portugal 2030, que materializa o Acordo de Parceria assumido entre Portugal e a Comissão Europeia para a aplicação estratégica de 23 mil milhões de euros dos fundos europeus em projetos que estimulem e desenvolvam a economia portuguesa, no período de intervenção compreendido entre 2021 e 2027 constitui o financiamento por excelência. Este será distribuído através de programas, organizados por temas (programas temáticos: COMPETE 2030, PESSOAS 2030, SUSTENTÁVEL 2030) e por regiões. Estes fundos comunitários têm um papel fulcral na medida em que são uma importante fonte de financiamento para assegurar a operacionalização de diversas medidas de combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social. A estes instrumentos de apoio acresce o PRR, que até 2026, poderá também financiar diversas das intervenções a delinear no âmbito da Carta Social da Golegã. Na dimensão de Resiliência, o PRR considera 9 componentes com vista a reforçar a resiliência social, económica e territorial de Portugal. Dentro da Componente 3 “Respostas Sociais”, procura-se apoiar intervenções que concorram para “reforçar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidade e famílias”.

De acordo com o programa de ação seguidamente apresentado, é elencada uma dezena de ações prioritárias de intervenção. Temporalmente, estas ações podem dividir-se em dois grandes conjuntos, em que um primeiro, que engloba a totalidade das ações dos Eixos 1, 2 e 3, apresentam diferentes níveis de prioridade, repartidos pelos 3 períodos de tempo considerados, enquanto que o segundo conjunto abrange as ações do Eixo 4, cuja operacionalização é transversal aos vários períodos de tempo, na medida em que configuram ações continuadas no tempo, uma vez que as necessidades sinalizadas carecem de um investimento contínuo.

Seguidamente apresenta-se uma breve fundamentação das ações prioritárias de intervenção propostas:

- **Eixo 1 | Promover uma nova geração de apoio domiciliário – SAD Inovador** – Muito embora o município disponha da resposta SAD e esta apresente uma capacidade instalada que permita responder a incrementos da procura no horizonte temporal de curto e médio prazo, importa promover o preconizado no âmbito do PRR como “desenvolvimento de uma nova geração de apoio domiciliário”. Tal consistirá na promoção de um SAD mais inovador, flexível, multifacetado e integrado (com informação partilhada entre o utente e os múltiplos cuidadores), possibilitando uma resposta mais célere, holística e ajustada às necessidades específicas dos utentes da resposta social. Os ganhos que daqui resultarão consubstanciam-se a diferentes níveis, sendo de destacar que possibilitarão um incremento qualificado da resposta.
- **Eixo 2 | Criar uma resposta social permanente dirigida a idosos ou a outros públicos em situação de vulnerabilidade, na Freguesia da Azinhaga** – O fenómeno do envelhecimento progressivo e irreversível da população portuguesa, associado a outras situações como desertificação de significativas áreas, mobilidade e progressiva incapacidade e/ou desresponsabilização familiar, indica a necessidade crescente de uma resposta atual e adequada às necessidades específicas deste grupo demográfico. Ao reconhecer estes desafios, e dada a insuficiência de respostas para a população idosa e/ou dependente neste concelho e nos concelhos anexos, e a elevada procura deste apoio permanente, avista-se como de extrema importância a criação de uma resposta capaz de suprimir esta necessidade.
- **Eixo 2 | Qualificar e especializar a intervenção do SNIPI** – A Intervenção Precoce na Infância usualmente definida como um conjunto de medidas de apoio da área social, da educação e da saúde, para crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias, com a finalidade de melhorar as oportunidades de aprendizagem da criança, fortalecer as competências dos cuidadores e promover os recursos das famílias e das comunidades, são realizadas nos ambientes habituais das crianças, tais como a sua casa, creche, jardim de infância ou outros, durante as suas rotinas e atividades diárias. O maior conhecimento técnico e especializado atualmente disponível nesta área, a par com as céleres mudanças na sociedade com impacto nas famílias e indivíduos, reforçam a importância de se continuar a qualificar e a promover a especialização da intervenção do SNIPI, essencial para garantir o alcance dos objetivos subjacentes ao SNIPI.
- **Eixo 3 | Criar uma creche** – Em 2021, existia uma única creche no concelho, com uma capacidade instalada de 33 lugares, uma taxa de ocupação de 100% que se manteve inalterada entre os anos de 2018/2019 e 2020/2021, possibilitando assim uma taxa de cobertura de apenas 33%, em 2021, o que se revelava manifestamente insuficiente. A presente ação prioritária insere-se numa estratégia de alargamento da rede que deverá continuar a ser garantido nos próximos anos, com vista a promover-se tanto quanto possível, uma universalização do acesso, pelos ganhos confirmados no desenvolvimento harmonioso da criança.
- **Eixo 4 | Qualificar e capacitar os recursos humanos** – Pensada a médio e longo prazo, a Carta Social deve ser entendida como um instrumento estratégico que preconiza o desenvolvimento de um município cada vez mais coeso, qualificado e inclusivo. Neste contexto, a qualificação e capacitação dos recursos humanos consubstancia-se como uma ação estratégica fulcral, que deve ser transversal à generalidade das respostas sociais dinamizadas no município. A insuficiência e a desqualificação dos recursos humanos acarretam custos acrescidos, quer em termos de baixo desempenho, quer de comprometimento do desenvolvimento social e do bem-estar dos utentes e respetivas famílias. Por conseguinte, importa incrementar uma estratégia de gestão, formação e qualificação dos recursos humanos, contribuindo para que estes tenham mais competências que lhes permita responder da forma mais informada, qualificada e inovadora em concordância com as necessidades dos utentes.
- **Eixo 4 | Qualificar as condições de operacionalidade geral dos equipamentos no âmbito da eficiência energética e do conforto térmico** – O contexto atual encontra-se profundamente marcado

pelas alterações climáticas e questões de segurança e custos acrescidos no abastecimento de energia. Por conseguinte, urge reduzir a dependência energética através da melhoria da eficiência energética na generalidade dos setores e atividades (indústria, habitação, serviços, transportes), de modo a reduzir não só as emissões de dióxido de carbono (CO₂), como também os próprios custos com o setor energético. Os edifícios, em geral, e os equipamentos coletivos sociais, em particular, desempenham um papel central, enquanto grandes consumidores de energia, pelo que se impõe a necessidade de qualificar as condições de operacionalidade geral dos equipamentos visando um melhor desempenho em termos de eficiência energética e um incremento dos níveis de conforto térmico, essencial para o bem-estar de utentes e profissionais. Esta ação poderá ser incrementada de forma individualizada ou considerando um plano integrado de eficiência energética nos equipamentos sociais de forma a torná-los energeticamente mais eficientes, assim como mais sustentáveis.

- › **Eixo 4 | Reabilitar o edificado com constrangimentos físicos** – A presente Carta Social permitiu identificar alguns constrangimentos físicos nos equipamentos coletivos sociais, que importará mitigar nos próximos anos. A reabilitação do edificado constitui-se nevrálgico num quadro de qualificação das respostas existentes, de consequente adaptação às novas necessidades emergentes, mas também de revitalização do território.
- › **Eixo 4 | Melhorar a articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos** – O esforço de colaboração triangular considerando como vértices utentes, famílias e recursos humanos, constitui-se inegavelmente um fator estratégico potenciador da prossecução do processo de desenvolvimento e qualificação da oferta social. Neste contexto, devem ser consideradas múltiplas abordagens que o possibilitem (por exemplo, incorporação de soluções inovadoras que agilizem a comunicação, inquéritos regulares de satisfação de utentes e famílias, nomeadamente quanto à qualidade dos serviços proporcionados, entre outros).
- › **Eixo 4 | Diversificar a oferta de serviços em creches** – Muito embora os estudos disponíveis em Portugal apontem para níveis de satisfação adequados dos pais e responsáveis legais das crianças com a oferta de serviços existentes em creche, a oferta de serviços disponíveis apresenta-se ainda tendencialmente insuficiente e circunscrita. Estes resultam da própria evolução dos serviços de apoio social e cuidados para crianças até aos 3 anos de idade, no país. Com a massificação do trabalho feminino, entre as décadas de 70 e 90 do século XX, em Portugal, a par com o processo de êxodo rural e crescimento urbano concentrado ao longo do litoral, verificou-se um incremento significativo da oferta destes serviços, ainda que inicialmente limitados à necessidade de supervisão das crianças mais pequenas e respetiva supressão das necessidades básicas, durante o período de trabalho das mães. A célere evolução recente da sociedade, assim como a maior consciencialização sobre a importância da primeira infância no desenvolvimento da criança e futuro adulto, impõe atualmente uma necessidade de readaptação da oferta dos serviços prestados em creche. Assim, torna-se necessário conceber modelos de creche inovadores, que para além de assegurarem o respetivo cumprimento da lei em vigor, contribuam efetivamente para a construção das creches enquanto espaços de desenvolvimento integral das crianças, assentes num projeto pedagógico adequado à idade e potenciador de um desenvolvimento harmonioso, integral e adaptativo face às especificidades do atual contexto temporal e espacial.
- › **Eixo 4 | Diversificar a oferta de serviços em centros de dia** – O centro de dia é uma resposta dirigida para pessoas idosas e respetivas famílias que visa prestar um conjunto integrado de serviços que contribuam para a manutenção da pessoa idosa no seu contexto habitacional e familiar, retardando tanto quanto possíveis processos de institucionalização. A mudança de perfil da pessoa sénior e idosa, nos anos mais recentes em Portugal, especialmente associada ao aumento muito significativos dos níveis de literacia, exige por parte desta resposta social uma permanente reavaliação da tipologia de serviços

disponibilizados, de forma a assegurar a contínua adequação às necessidades dos utentes, essencial para que estes espaços se continuem a constituir promotores do envelhecimento ativo e do bem-estar psicológico, emocional e mental da pessoa idosa.

Quadro 45 – Programa de Ação da Carta Social da Golegã

EIXOS	AÇÕES PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	CRONOGRAMA		
			2023-2024	2025-2027	2027-2030
EIXO 1	Promover uma nova geração de apoio domiciliário – SAD Inovador	Concelho			
	Criar uma resposta social permanente dirigida a idosos ou a outros públicos em situação de vulnerabilidade (ERPI)	Azinhaga e Pombalinho			
	Qualificar e especializar a intervenção do SNIPI	Concelho			
EIXO 3	Criar uma Creche	Concelho			
EIXO 4	Qualificar e capacitar os recursos humanos	Concelho			
	Qualificar as condições de operacionalidade geral dos equipamentos no âmbito da eficiência energética e do conforto térmico	Concelho			
	Reabilitar o edificado com constrangimentos físicos	Concelho			
	Melhorar a articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos	Concelho			
	Diversificar a oferta de serviços em Creches	Concelho			
	Diversificar a oferta de serviços em Centros de Dia	Concelho			

Fonte: CEDRU, 2023



CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Rua Fernando Namora, 46 A

1600-454 Lisboa - Portugal

Telefone: + 351 21 712 12 40

Email: geral@cedru.com

URL: www.cedru.com | www.facebook.com/cedru.pt

Documento:

Carta Social da Golegã – Relatório Final

Data:

dezembro de 2023